ASSIS CINTRA

MENTIRAS HISTORICAS

EDITORA A
GRANDE LIVRARIA LEITE RIBEIRO
RUAS – BETHENCOURT DA SILVA 15, 17 e 19
(ant. Santo Antonio)
e 13 DE MAIO 74 e 76
RIO DE JANEIRO
1922

Obras de ASSIS CINTRA

EM 1921 :

1—*Mentiras historicas* — ed. da Livraria Leite Ribeiro (Rio)

2—*Os classicos e antigo vernaculo* — » » » » » »

3—*Os erros dos mestres* — » » » » » »

4—*No limiar da Historia* — » » Livraria Alves »

5—*Patria* — » » » » »

6—*Viagens* — » » » » »

7—*Pedro I e o grito de Ipiranga* — » » Casa Werizflog (S. Paulo)

8—*O homem da Independencia* — » » » » » »

9—*Questões de português* — » » » » » »

10—*Nossa primeira historia* — » » » » » »

11—*Alma brasileira* — » » » » » »

12—*Nossa lingua* — » » » » » »

13—*Diccionario da lingua portuguêsa* — » » » » » »

14—*O nome Brasil* — » de Monteiro Lobato & C. »

15—*Novas questões de português* — » » » » » »

16—*Estudos de português* — » da Livraria Schettino (Rio)

17—*Polemica* » » » Castilho »

18—*O que é correcto* — » » » "Globo" (S.Paulo)

19—*Tiradentes perante a Historia* — » » » » » »

20—*O redivivo* — » » » » » »

21—*Historia dum coração* — » » Casa Mayença „ „

22—*Geographia* — » do auctor (exgottada)

23—*Minas contra S. Paulo* — » » auctor (exgottada)

24—*O Jornalista Assis* — » » " "

A' memoria santa de meu pae.

Assis Cintra.

CAPITULO I

Mentiras historicas

ASSIS CINTRA

MENTIRAS HISTORICAS

«A Historia é, ás vezes, madrasta: cobre de louros os que pouco fizeram e obscurece o merito dos verdadeiros heróes.»

(MICHELET)

LIVRARIA EDITORA LEITE RIBEIRO
RUAS – BETHENCOURT DA SILVA 15, 17 e 19
(ant. Santo Antonio)
e 13 DE MAIO 74 e 76
RIO DE JANEIRO
1922

CAPITULO I

Mentiras historicas

Ha, em nossa historia, consagrações exaggeradas e esquecimentos indesculpaveis. Exemplo: a consagração, como proto-martyr da independencia nacional, do alferes Xavier — o *Tiradentes* —, e o esquecimento de Filippe dos Santos. Quiçá por ignorancia da verdadeira historia brasileira, os politicos divisaram na *Inconfidencia Mineira* um facho de luz e em Tiradentes, um semi-deos nacional. Dahi resolverem cultuar a idéa republicana do miliciano mineiro, fazendo *feriado* o 21 de abril. E' justa essa consagração? Foi Tiradentes o proto-martyr da independencia do Brasil? A *Inconfidencia Mineira* é um ponto luminoso de nossa historia? A negativa impõe-se a todos que, como nós, leram e estudaram o processo de Tiradentes e de seos companheiros. Manuseámos esse processo e os respectivos *Annexos,* que se encontram na *Sala Pedro II,* armario do centro, do Archivo Nacional. E a conclusão que tirámos é identica á do grande visconde de Taunay, exposta em discurso no Instituto Historico do Brasil, quando se verificou o centenario de Claudio Manoel da Costa:

— *A conjuração mineira não passou de um sonho:* «*Uma conjuração de poetas!*»

Foi um sonho, mas um sonho negro, um pesadello vergonhoso que maculou as paginas da Historia Patria. E por que? Porque os conjurados, sem excepção, se acovardaram vergonhosamente, abjurando suas idéas, negando seos actos, bajulando seos

carrascos. Destruiram com a sua covardia a belleza de sua idéas.

Desde o mais illustre, Thomaz Gonzaga, até o mais humilde, o alferes Xavier, cognominado *Tiradentes*, os conspiradores não procederam com dignidade e honra. Choravam como crianças, negavam suas crenças politicas, elogiavam os portuguêses, pediam perdão aos carrascos, santificavam a rainha Maria I, e nenhum delles teve aquella coragem e desassombro de Filippe dos Santos, em 1720, ao ser executado na praça publica: «*Morro sem me arrepender do que fiz e certo de que a canalha do rei ha de ser esmagada pelo patriotismo dos brasileiros*».

Em 16 de julho de 1720, á vista do general governador de Minas, d. Pedro de Almeida, conde de Assumar, o patriota Filippe dos Santos, o verdadeiro proto-martyr da Independencia e da Republica, foi esquartejado. Seos membros esparsos foram colhidos e fincados em postes; sua casa, queimada; seos descendentes, declarados infames. Isto annos antes de nascer Tiradentes, que a sabedoria official erradamente declarou proto-martyr da Independencia nacional.

Em officio ao rei, o conde de Assumar, governador de Minas, dizia que a revolução tomara grande vulto, sendo esmagada por duas companhias de dragões reaes e 1.500 homens de infantaria. Acrescentava que o intuito dos revolucionarios era fazer uma Republica, expulsar do governo todos os ministros d'el-rei e não admittir outros. Por isso prendera Filippe dos Santos, um dos cabeças que nessa revolta havia praticado os maiores desatinos, pelo que lhe mandara fazer logo summario de suas culpas, e como tudo confirmasse e nada negasse, o mandara arrastar e esquartejar, pela necessidade urgente de dar um exemplo de rigor e por estar certo que si Sua Majestade estivesse presente maior seria ainda o castigo.

Portanto, Filippe dos Santos chefiou a revolução de 1720, que não foi um sonho de póetas, como a *Inconfidencia Mineira,* de 1789; foi preso; foi processado; confirmou seos intentos republicanos; sustentou suas idéas patrioticas, e, no dizer do conde governador, «como tudo confirmasse e nada negasse», foi esquartejado para exemplo.

Vejamos agora o processo de Tiradentes.

Humilhados, vencidos, os inconfidentes acovardam-se deante dos juizes, renegam suas idéas, juram não ter conspirado, accusam-se reciprocamente. A perspectiva da justiça real redu-los á mais abjecta covardia. Nem Tiradentes escapa ao terror que se apodera dos inconfidentes. Interrogado, nega sua adhesão ao projectado movimento emancipador. Inquirido pelo desembargador Torres e pelo ouvidor e corregedor Pereira Cleto, Tiradentes acovarda-se, dizendo que jamais proferira palavras offensivas aos portuguêses, que jamais trabalhara pela Independencia, «*que era inteiramente faltar á verdade o dizerem que elle respondente tinha dito semelhantes proposições, pois só si elle estivesse bebado ou doido, poderia tal proferir; — ... que tudo é uma chimera, que elle não é pessôa que tenha figura, nem valimento, nem riqueza, para poder persuadir um povo tão grande a semelhante asneira*». (*Processo de Tiradentes*, Sala Pedro II, *Auto de Perguntas*, vol. V, pag. 4 v., Archivo Nacional).

Mais adeante, na mesma pagina do Auto de Perguntas, se lê:

— «*E sendo instado que dissesse a verdade, porque, sem que elle tivesse as qualidades que julga necessarias para esse intento, podia entrar nelle, seguindo o partido de alguns cabeças, que o tivessem intentado — Respondeu que nem tinha entrado em semelhante projecto, nem delle tinha noticia alguma*».

Ao morrer, falta a Tiradentes aquella coragem homerica de Felippe dos Santos, aquelle ardor pa-

triotico expresso em palavras de fogo, anathematizando a *canalha do rei, os oppressores do Brasil.* Pelo contrario, Tiradentes rebaixa-se ao ponto de beijar os pés de seo carrasco, que representava a justiça portuguêsa.

O visconde de Porto Seguro, principe dos historiadores brasileiros, no conceito de Pedro II, offereceu ao Instituto Historico do Brasil um valiosissimo trabalho historico, feito quando Tiradentes morreu, por uma testemunha occular da execução. Esse precioso subsidio para a Historia Patria, acha-se no Archivo do Instituto Historico do Rio e tem o seguinte titulo: — *Memoria do exito que teve a conjuração de Minas e dos factos relativos a ella, acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro, desde o dia 17 até 26 de abril de 1789.*

Ahi se lê o seguinte topico:

— «Vendo Tiradentes o carrasco que entrava na prisão a pôr-lhe as cordas, assim que o conheceu lhe beijou os pés com tanta humildade, que, sendo elle (carrasco) do numero dos que affectam dureza e crueldade, chegou a commover-se e deixou escapar uma lagrima. Ao despir-se para receber a alva, despiu tambem a camisa e disse assim: — *Nosso Senhor morreu nú por meus peccados*».

Diz outro documento:

— «Amanheceu o dia 21 de abril. Era a ultima vez que para o martyr o sól illuminaria de limpido azul o céo querido da patria. Aquella luz brilhante era uma despedida eterna: quando ella se apagasse no occaso, teria parado a vida num generoso coração. Aquelle sól seria o facho que illuminaria o sombrio limiar da eternidade... O algoz, a quem a justiça, e não a vontade, ali levara, vestiu-lhe a alva do condemnado. Ao tirar a camisa, disse Tiradentes estas ultimas palavras: — *O meu Redemptor tambem por mim morreu nú*... — Em seguida o guardião de Santo Antonio subiu alguns

degraus da forca e em enthusiasmos não esperados para mostrar os pulos que no peito lhe dava o coração, dirigiu-se ao povo, tomando por thema as palavras sagradas da Biblia: — *In cogitatione tua Regi ne detrabas... quia et aves coeli portabunt vocen tua et qui habet pennas annunciabit sentenciam.* (Ecclesiastes, versiculo-20, capitulo 10: — Nem por pensamento falles mal de teo rei, porque as proprias aves do céo levarão a tua voz e o que tem pennas dará noticia do teo sentimento).

Esse trabalho, em 116 paginas, in-4, lettra miuda, têm o titulo: — «*Relação circumstanciada da perfida conjuração descoberta em Minas Geraes e collecção de varias peças, etc., por um amante da verdade e do throno — Rio de Janeiro, 1792*».

O historiador Joaquim Norberto offertou ao Instituto Historico um precioso manuscripto, copia do original de Frei Raymundo de Pennaforte, existente no Archivo Mineiro. Essa copia foi mandada tirar pelo dr. Venancio José de Oliveira Lisboa, no tempo presidente da provincia de Minas. Na pagina 7, verso, lê-se:

— «Entra o algoz para lhe vestir a alva e pedindo-lhe de costume perdão da morte e que a justiça é que lhe movia os braços e não a vontade, placidamente voltou-se a elle e lhe disse: «Oh! meo amigo, deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés». O que fez com demonstração de humildade, e com a mesma despiu a camisa e vestiu a alva dizendo que o seu Redemptor morrera por elle tambem nú.»

Positivamente, a morte de Tiradentes não foi a de um heróe de Homero. A humildade não dignificaria, em casos como estes, um official do exercito. E o condemnado era um alferes, era um militar.

Tiradentes não foi o chefe da *Inconfidencia*. Antigo mascate, dentista ambulante, modesto alferes, não podia chefiar uma conspiração em que se achavam coroneis, padres, juizes, advogados, enge-

nheiros, etc. Além disso, no governo anterior ao de Barbacena, estivera preso e sahira da prisão sem nenhum credito, conforme se lê no interrogatorio de Alberto da Silva de Oliveira Rolim.

Em artigo publicado no « Jornal do Commercio », do Rio, em 27 de novembro de 1872, diz o visconde de Barbacena que ouvira de seo pae « que, sendo nomeado ajudante de ordens do governador de Angra, d. Miguel de Mello, no anno de 1798, e tendo ali residido por espaço de 2 annos, ainda encontrara vivos o dr. José Alves Maciel e coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, com elles viveu na maior intimidade e de ambos ouviu a exposição desses acontecimentos e *declararam que Tiradentes nessa conspiração figurou apenas como um confidente do dr. José Alves Maciel, limitando-se o seu papel a simples correio para communicar certas informações* que não convinham que fossem por escripto, afim de evitar a possibilidade do risco que corria de poder o governador havel-as, sendo em cartas; *commissão que elle não soube desempenhar com a cautela devida,* em vista de seu genio exaltado e tagarella, enthusiasmando-se com a exposição que lhe fazia o dr. José Alves Maciel das vantagens que gosavam os americanos com a sua independencia, levando o seu exaltamento e loquacidade á indiscrepção de revelar no quartel de seu regimento o projecto da conspiração, o que deu logar a ser denunciado por Joaquim Silverio dos Reis, e que elle só foi o unico em quem se executou a pena de morte, por não ter tido quem por elle se interessasse e estar o governo portuguez disposto a castigar com severidade qualquer tentativa para a independencia ».

Em 19 de maio de 1893 o mesmo « Jornal do Commercio » publicou um interessante artigo confirmando o do visconde de Barbacena.

Em 1894, o illustre pernambucano José Domin-

gues, no livro «A Idéa Republicana no Brasil», perfilhou o mesmo modo de pensar, dizendo:

— «Um homem nas condições de Tiradentes, sem fortuna, sem posição social saliente, sem familia, sem amigos, sem illustração, de uma imaginação exaltada e, finalmente, sem orientação alguma, incapaz de conceber e executar um plano de conspiração, e que dizia a Antonio José Soares de Castro, a quem communicou o projecto de conspiração, *que tinha esperanças de ver uma testa coroada na Capitania de Minas*, não podia de modo algum ser alma de uma conspiração» (pag. 37).

Em 1881 (sessão de 9 de dezembro) Joaquim Norberto, notavel autor da «Historia da Conjuração Mineira», leu uma dissertação com o titulo de «Tiradentes perante os historiadores», na qual expõe com clareza o verdadeiro papel historico de Tiradentes, concluindo que seo vulto é bastante secundario para ornar uma praça publica da capital do país.

Não avançamos tanto. O que pretendemos é lembrar aos brasileiros o nome do verdadeiro proto-martyr da liberdade do Brasil — o nome glorioso de Filippe dos Santos, executado 28 annos antes do nascimento de Tiradentes.

Tiradentes não dirigiu a Conjuração de 1789; Filippe dos Santos foi um chefe na de 1720; a Inconfidencia Mineira de 1789 foi um projecto; a Revolução de 1720 foi um facto, que exigiu cerca de 2.000 soldados para a subjugar; Tiradentes humilhou-se ao ser condemnado, renegou as suas idéas, e Filippe dos Santos exaltou sempre a sua fé republicana, não a negando um momento siquer; Tiradentes foi enforcado, Filippe dos Santos foi esquartejado... Será Tiradentes maior que Filippe dos Santos? Nunca. Ambos são martyres da Independencia do Brasil, precursores das idéas republicanas...

Tiradentes morreu pela patria; foi uma victima dos dominadores lusitanos. Que se commemore, pois, o seo nome, que a elle se levantem estatuas! Será justo. Mas que se não esqueça o nome glorioso de Filippe dos Santos.

Não foi Tiradentes o proto-martyr de nossa emancipação politica: antes delle ha as figuras brilhantes de Filippe dos Santos, Bernardo Vieira de Mello e João Borba, o martyr de 1642.

CAPITULO II

O julgamento de Calabar

CAPITULO II

O julgamento de Calabar

Ha, no fundo de nossa Historia, uma figura sombreada que péde Justiça. E' Domingos Fernandes Calabar. Traidor, ladrão, ignorante, covarde, desclassificado social, negro desprezivel, taes os qualificativos que lhe dá a incontida sabedoria official. Entre os maiores accusadores do mulato de Porto Calvo, dois se destacam: Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) e Viriato Correa. Aquelle, brilhante histtoriador; este, famoso jornalista. As accusações destes dois illustres escriptores constituem o maior libello architectado contra Calabar. Porem, Calabar tem defesa. E não ha consciencia integra que seja capaz de condemnar um accusado sem ouvir sua defesa. Tiremos, pois, do recesso da historia patria essa figura aviltada, e apresentemo-la ao julgamento da consciencia nacional.

1)—Accusação pelo historiador Varnhagen

— «Lamentavel occorrencia veiu mudar a face dos acontecimentos, atiçar a guerra e prolongar a duração do dominio estranho. Referimo-nos á deserção, das fileiras dos nossos para as do inimigo, de Domingos Fernandes Calabar, natural de Porto-Calvo. Consta, pelo testemunho de dois escriptores que conheceram pessoalmente o mesmo Calabar, e que deram seus depoimentos ante a posteridade, alguns annos (1) depois da morte do mesmo Calabar,

que a origem da deserção procedeu de temor do castigo, em virtude de grandes crimes commettidos. — Esses crimes, segundo uma das testemunhas, que foi nada menos que o sacerdote que ouviu o reu de confissão na hora da morte, foram *grandes furtos*, em virtude dos quaes o desertor receava ser perseguido pelo provedor André d'Almeida. — Contra depoimentos tão explicitos, não nos é permittido, sem offender os principios do criterio historico, oppôr conjecturas, para, com mal entendida generosidade, pretender desculpar essa deserção, origem de tantas lagrimas para a patria. E' inquestionavel que, como militar, ajuramentado ás bandeiras, o Calabar foi perjuro, desertando dellas, e que, como subdito, abrindo o exemplo á deserção, e prestando serviços na guerra contra a sua patria e os seus concidadãos, foi ao mesmo tempo traidor. Ao effectuar a deserção, no dia 20 de abril de 1632, fel-o de um modo tão pouco justificavel aos proprios olhos do chefe contrario que, quando já lhe estava prestando valiosos serviços, o mesmo chefe desconfiava da fidelidade do novo transfuga e de officio (2) o tratava de negro (een em Neger) e com certo desprezo (dom Volek). E, poucos annos depois, o eloquente historiador hollandez (3) não duvidava declarar que no patibulo havia o mesmo Calabar expiado a sua infidelidade e deserção. — A rehabilitação de Calabar não seria mais justificavel do que a de qualquer official inferior que, por commetter alguma falta, ou por mera ambição, desertasse para o inimigo paraguayo na ultima guerra.»

Notas — (1) O seu confessor na hora da morte, fr. Manuel Calado, doze annos depois; o donatario da Capitania, d'ahi a seis annos mais. — (2) Officio de Weerdenburgh de 9 de maio de 1632. — (3) *Barlaeus*, Rerum, etc., ed. de 1647, pag. 37.» (Varnhagen, *Hollandezes no Brazil*, Lisboa, 1872, paginas 83 e 84).

II) Accusação pelo jornalista Viriato

— « Em dias do mez passado, nesta columna, ao contar do ataque dos hollandezes ao forte de Cabedello, alludi ligeiramente á traição miseravel de Calabar aos seus companheiros da defesa da terra brasileira.

A expressão « miseravel » chocou alguns leitores. Tres cartas vieram-me ás mãos. A mais interessante das tres é a de um cavalheiro que se assigna Lima Bello e que, além de mostrar-se intelligente e gentil, revela-se de alguma maneira sabedor daquelle periodo vibrante da historia nacional.

Discute a figura de Calabar e conclue por guindal-a ás honras de um vulto de patriota. Foi por patriotismo que Calabar se passou para os hollandezes! A colonização flamenga trazia um grande surto de avanço para o Brasil; o Brasil só tinha a ganhar com a Hollanda e patriotas eram aquelles que, naquella immensa luta do seculo XVII, se collocassem ao lado dos batavos contra os portuguezes rotineiros e ambiciosos.

Essa noção da personalidade de Calabar não é nova. Muita tinta e muito papel se tem gasto para provar que o gesto do mulato alagoano, em collocar-se ao serviço dos hollandezes, foi um rasgo de intelligente patriotismo.

Está tudo errado.

Em primeiro logar, porque será muito difficil provar que a colonização flamenga era mais util ao Brasil que a portugueza. Pernambuco só teve, durante a occupação hollandeza, um periodo de fulgor — o do governo de Nassau. Não deveu aquelle fulgor a um povo, mas a um homem.

Em segundo logar, porque a guerra contra os flamengos não era uma questão portugueza, era uma questão brasileira.

Portugal, naquella phase impressionante da nossa historia, bem pouca coisa podia fazer. Sob o jugo da Hespanha, minado pelo sentimento de independencia, cuidava de si. A resistencia contra os usurpadores do nosso territorio teve que ser feita pelos filhos da terra.

Não se diga que, pelo facto do Brasil ter menos de seculo e meio de descoberto, não estivessem o caracter nacional e o sentimento de nacionalismo perfeitamente firmados. O Brasil foi um dos paizes onde aquelle caracter se firmou mais rapidamente. Já em 1560, quando foi da expulsão dos francezes das aguas da Guanabara, o maior numero de heróes contou-se entre os mamelucos.

Na guerra contra a Hollanda já o sentimento de nacionalismo está perfeitamente delineado. Na resistencia e na expulsão apparecem as figuras maximas do patriotismo brasileiro: os Henrique Dias, os Camarão, os Vidal de Negreiros, os Mathias e Antonio de Albuquerque Maranhão, etc., todos filhos da terra, todos na suprema defesa do sólo nativo.

Calabar não preferiu a Hollanda por Portugal. Mas traiu os seus companheiros de armas, os seus irmãos de ideaes, brasileiros como elle, todos unidos contra a usurpação.

Os factos são claros.

Quando, em fevereiro de 1630, a esquadra hollandeza surgiu deante de Olinda, a cidade inteira tremeu apavorada. Não foram só os portuguezes que se viram na imminencia de perder o dominio de tão vastas terras e de tão rica capitania. Foram os brasileiros que se sentiram ameaçados na sua propria casa, e ameaçados por intrusos que já se tinham mostrado simples piratas no ataque á Bahia.

Passado o primeiro momento de panico, entregue Olinda ás forças de Weerdenburg, todos se unem. A indignação inflamma os peitos. A surpresa do ataque, a desegualdade da luta, o saque furioso da

soldadesca flamenga, congregaram a população expulsa.

O espirito era, no momento, profundamente catholico. E os hollandezes eram hereges. As scenas que se produzem na cidade saqueada são as mais chocantes para o sentimento religioso do povo. Os flamengos transformam as egrejas em quarteis, quebram os santos, profanam as reliquias sagradas. Em plena embriaguez, soldados andavam pelas ruas, em chuchadeira, vestidos de batinas e sobrepelizes que roubaram das sacristias dos templos. As casas ricas, as grandes lojas, as adégas, tudo foi varejado. Conta-se que a soldadesca se vestia com roupas das damas, outros empunhavam a vara das autoridades da justiça e saiam pelas ruas em grossa pandega macaqueando gestos e attitudes.

Tudo isso devia ter abalado profundamente o coração dos habitantes. A revolta era natural.

Não era o sentimento portuguez que estava offendido: eram os brios dos filhos da terra. Aquillo os feria mais de perto.

Mathias de Albuquerque, o governador portuguez, incita os animos e organiza a defesa. Não se póde dizer que, por ter sido Mathias o grande chefe no momento, a questão era portugueza. O que se precisava era de um chefe. Mathias era o governador; nada mais natural que a chefia lhe continuasse nas mãos.

O grito de resistencia é levado para o interior da capitania. Não ha um peito que não vibre, não ha um brio que se não accenda.

Em derredor de Mathias de Albuquerque congregam-se todos os braços brasileiros.

Organiza-se o Arraial de Bom Jesus, aquelle estupendo baluarte de heroismo épico que, durante cinco annos, sitiado, sitiando, sem roupa, sem viveres e quasi sem armas, resiste aos embates do formidavel poder de Hollanda.

No Arraial de Bom Jesus juntaram-se todos aquelles que sentiam pela terra brasileira um traço de amor: Camarão com os seus indios, Henrique Dias com os seus negros, padre Manoel Moraes, paulista, com os seus fieis, Mathias e Antonio de Albuquerque Maranhão, com os seus parahybanos, familias das fazendas dos engenhos em redor, quasi toda a população expulsa de Olinda, homens, mulheres, creanças, tudo a trabalhar pelo ideal commum — o da defesa do sólo e o da expulsão dos intrusos.

E entre essas creaturas que se reuniam no arraial, lá estava Calabar.

Os seus primeiros dias de combatente foram brilhantes. Teve por duas vezes duas feridas em combate. Era valente, sagaz, emprehendedor e habil. Bem pouca gente conhecia como elle os sertões e a costa. O seu valor de soldado, a sua pratica de caminhos, deram-lhe um certo destaque entre os companheiros de luta.

De um momento para o outro, quando menos se espera, eil-o que desapparece do Arraial de Bom Jesus, e surge lá no Recife ao lado dos hollandezes.

As causas da defecção variam em muitos escriptores. Uns affirmam que o mulato alagoano se passou para os flamengos para fugir ás penas dos grandes furtos que fez no arraial. Não está apurado isso.

Ha quem diga que o traidor se deixou seduzir pelo ouro e pelas honras que os hollandezes offereciam.

Este é que deve ter sido o motivo predominante.

O do patriotismo, como muitos querem, é que não póde ser. Não foi por julgar a Hollanda mais avançada que Portugal que elle se passou para o lado dos flamengos.

E a razão é simples.

Até ao momento da defecção de Calabar, a Hollanda não tinha dado ao Brasil nenhum influxo progressista. Até 1632 a situação dos occupadores de Pernambuco era a mais triste e a mais desesperada. Viviam na faixa de terra do Recife, tendo de um lado o mar que varejavam em desenfreiada pirataria e do outro as emboscadas e as surpresas do Arraial de Bom Jesus. Não passaram dahi. Para o interior não avançaram um passo sequer. As tropas do arraial perseguiam-n'os noite e dia, não lhes consentindo ao menos a agua para beber. Sitiantes viveram como sitiados. Durante dois annos não puderam comer uma fruta dos pomares vizinhos, não puderam encher um pucaro na corrente dos rios. Alimentavam-se de fiambre defumado da Hollanda que lhes traziam os navios e bebiam a agua salôbra das cacimbas á beira mar. Até a lenha, queimavam a que lhes vinha da Hollanda.

Tinham tentado a conquista da Parahyba e do Rio Grande do Norte, com insuccesso total. No Rio Formoso e no cabo de Santo Agostinho os defensores não lhes consentiram um palmo da terra.

Até 1632 eram simples presidiarios numa estreita fita da terra, perseguidos, atenazados pelos pernambucanos que os iam combater até nas proprias ruas de Olinda e do Recife.

Nem um prego tinham conseguido pôr no Brasil.

Não se podia prever que fossem bons colonizadores.

Esse sentimento de patriotismo que muitos dizem ter levado Calabar aos hollandezes é um erro flagrante deante da historia. Se a passagem do traidor se tivesse dado já no começo do governo de Nassau, quando Pernambuco iniciou o seu periodo de esplendor, havia para ella um milhão de defesas.

Naquelle momento ella não foi mais do que uma traição, e traição infamissima.

Só o movel do ouro o arrastou.

De um homem daquella ordem estavam os hollandezes á procura. Era evidente a desegualdade entre as forças batavas e as pernambucanas. Todos os dias a Hollanda despejava no Recife navios cheios de tropas e armas. No Arraial de Bom Jesus escasseiavam os braços, escasseiavam as armas, escasseiava tudo. Só a Hollanda não tinha vencido porque não conhecia aquelle genero de guerra, feito por meio de emboscadas e surpresas, no fundo dos grotões e na ramada das arvores. Só não tinha vencido por não conhecer a topographia do interior, os caminhos que levassem com exito aos inimigos. Daria tudo ao homem que lhe apparecesse com aquelles conhecimentos.

Calabar era sagaz. Comprehendeu isso tudo, e aproveitou-se do momento.

Os seus planos não falharam. Os hollandezes receberam-n'o como se recebe um salvador. Deram-lhe dinheiro e distincções como a mais ninguem. Elevaram-n'o até ao posto de major, e, para cumulo do escandalo, sentavam-n'o nas reuniões do Conselho, como a maior autoridade de assumptos guerreiros.

E dahi partiram todos os successos flamengos. Com Calabar tiveram elles as suas primeiras victorias O traidor conhecia os mais escusos e os mais remotos caminhos, sabia da situação dos exercitos da resistencia, e guiou os usurpadores a todos os triumphos.

Os endeosadores do traidor negam o movel do dinheiro e das honras, affirmando que honras e dinheiro Mathias de Albuquerque offereceu a Calabar e que elle os recusou.

E' verdade que isso se deu. Ao verificar-se o primeiro successo das armas contrarias, Mathias de Albuquerque, comprehendeu que ali estava o dedo de Calabar. Mandou-lhe offerecer dinheiro e mercês valiosas, se voltasse ao arraial. Mas Calabar era

esperto e previdente. Mathias cumpriria a palavra, as mercês ser-lhe-iam dadas, mas o que ninguem podia conter era o ambiente de odio que contra elle existia em Bom Jesus e onde houvesse um inimigo dos hollandezes. Já se tinha dado o ataque de Iguarussú e do Rio Formoso. Os flamengos sairam vencedores e as atrocidades commettidas indignaram Pernambuco e as capitanias em redor. E não havia quem não soubesse que a causa da victoria fôra o traidor alagoano. Em cada familia daquelles teria elle uma indignação accesa. E não attendeu ao chamado do commandante do arraial.

Era natural que assim fizesse. E, para isso, não se fazia necessaria uma intelligencia excepcional, nem patriotismo algum. Bastava o instincto de conservação.

Calabar é, chronologicamente, o primeiro traidor que apparece na historia patria. E traidor dos mais infames. Não se satisfez em passar-se do lado dos seus irmãos para o lado dos inimigos. Foi o guia, o conselheiro, a causa unica das victorias destes contra aquelles.»

(Do «Correio da Manhã», do Rio de Janeiro, de 6—6—920).

III)—A defesa pelo prof. Assis Cintra

As accusações contra Calabar, ora formuladas em livros, por historiadores apaixonados, ora nas columnas de jornaes e revistas, por investigadores mal orientados, apresentam, sem discrepancia, um mesmissimo aspeito: a pobresa de argumentação e a ausencia de documentos valiosos.

Na actualidade, não se faz mais a historia de um país com ramilhetes de flôres de rhetorica ou affirmações singulares. O espirito moderno exige soberanamente a prova inconcussa e insophismavel do facto para depois sobre elle lavrar o *veredictum* que consagra ou derroca heroes e reputações collectivas.

Taine, nas «Origines de la France Contepo-raine», vulgarizou a nova theoria da critica historica. Do estudo dos archivos publicos e particulares, do manuseio cuidadoso dos relatos dos mestres, da analyse arguta e esmiuçada dos acontecimentos, considerando-se num blóco unico o meio e o homem, resulta a sentença.

Na Alemanha, Onken e Momnsen, e na Inglaterra, Roseberry e Schertteton, não fizeram outra cousa sinão o que fez Taine: *collocar acima de tudo a verdade, revelada pela documentação dos acontecimentos*. Eis ahi porque a monumental e recente obra de Schertteton (The crimes of England) provocou na propria Inglaterra os calorosos applausos dos competentes. E um membro conspicuo do governo inglês não se pejou de commentar num jornal londrino: «Ha verdades que dóem, mas é preferivel o doloroso da verdade ás blandicias da mentira, mesmo que ellas affectem o nosso innato sentimento de orgulho patrio. E apontar sinceramente os erros de um país, as falhas dum director de homens, as injustiças dos julgamentos sociaes, é obra que só compéte aos fórtes de espirito, a esses que desafiam a rotina. E taes pesquisadores bem merecem o applauso dos estudiosos.»

Justamente, é contra a rotina historica, é contra a mentira duma affirmação maculante, que já vive ha quasi tres seculos, que nós aqui surgimos, defendendo Calabar. E para destruir uma mentira tri-secular é preciso que o defensor da verdade alumie a consciencia nacional com a argumentação séria e clara das mais robustas provas, ante a qual se esfiapam a rhetorica e o sophisma dos escrevedores apaixonados, dos escravos da tradição.

Camões antevira o soffrimento de sua patria sob o guante dos Filippes. O vice-rei de Portugal, Christovam de Moura, miseravel instrumento da po-

litica filippina em Lisboa, cobria de impostos o velho reino de Affonso Henriques.

O Brasil, colonizado pelos portuguêses, soffria tambem o opprobrio da mais terrivel oppressão. Quer Filippe II, solerte e balofo, quer Filippe III, paranoico tutellado do duque de Lerma, não pensavam sinão em opprimir e vexar os brasileiros, esmagando-os com o peso duma tyrannia sem limites. Grande potencia, em guerra com francêses, flamengos e inglêses, a Espanha não protegia o Brasil, deixando-o á sua propria sorte. Em vez de lhe mandar soldados, mandava-lhe exercitos de frades. Num livro de 1612 *(Razão do Estado do Brasil)*, o auctor, com palavras sensatas, observa esse facto, pois a colonia «*encerrava em si demasiados clerigos e frades, e mais gente inutil á defensa*». Pouco antes, já em 1587, o historiador Gabriel Soares dizia, referindo-se ao Brasil: «*vivem os moradores tão atemorizados, que estão sempre com o fato entrouxado para se recolherem para o mato...*»

Southey constata o deploravel captiveiro do Brasil filippino. E Faria e Souza, historiador luso-espanhol, de evidente insuspeição, diz que antes da chegada dos hollandêses em Pernambuco, os habitantes desta terra lamentavam a ausencia de justiça, clamavam abertamente contra a prepotencia e despotismo dos governadores.

As provisões régias de 9 de fevereiro de 1591, de 30 de outubro de 1592, de 11 de março de 1593, de 6 de março de 1599, de 27 de setembro de 1605, de 14 de novembro de 1610, de 15 de dezembro de 1620, de 26 de janeiro de 1628, e as *Resoluções* de 20 de fevereiro de 1601, de 18 de março de 1604, de 16 e 28 de julho e 28 de novembro de 1606, A. C. R. de 5 de janeiro de 1605 e 30 de julho de 1614, 24 de agosto de 1626, reduziram o Brasil á mais negra escravidão: impos-

tos terriveis, absoluta intransigencia religiosa, isolamento do mundo.

O estranjeiro que caisse nas mãos dos luso-espanhoes era punido com a morte. O brasileiro não podia prosperar, não podia pensar. De todos os lados o guante oppressor...

Foi nessa época que surgiu o hollandês nas costas brasileiras. E na Europa era o seculo de Luis XIV, um seculo de luz e de surtos gloriosos. No Brasil, o seculo das trevas.

Agentes da *Companhia das Indias Occidentaes*, organizaram, então, o Brasil Hollandês. Qual a sua intenção? Qual a sua politica?

No *Memorial* de 5 de junho de 1640 dizia Mauricio de Nassáo aos membros directores da «Companhia das Indias»:

— «E é evidente que vv. ss. devem approvar essas resoluções: E' preciso que os hollandêses respeitem a liberdade dos pernambucanos, forneçam-lhe recursos necessarios para as fundações de engenhos em todos os lados do país. Qualquer dominio que se não baseie no respeito á liberdade humana e no progresso da collectividade, fatalmente não póde durar. E' a lei da vida social que nos ensina a historia. Em relação aos frades, nós aconselhariamos que se permittisse a sua propaganda franca, dentro de suas egrejas. As missões de que vv. ss. tanto empenho fazem não poderão produzir os resultados esperados e só servirão para irritar os animos dos naturaes deste país que obedecem a Roma. Sabemos que os frades conspiram contra nós e que o movimento dos naturaes contra nossa obra é inspirado, exclusivamente, na propaganda anti-calvinista, feita nos confissionarios e nos lares. Não se preoccupem vv. ss. com isso. Responderemos com actos e melhorias a essa tenaz propaganda. E' preciso dinheiro para os melhoramentos, para os emprestimos a particulares. Mas esse dinheiro fructificará em benefi-

cio da propria Companhia. Com a liberdade de acção e de consciencia e com o trabalho intensificado, Pernambuco constituirá uma gloria para os Paises Baixos. E é preciso que se convençam desta verdade: emquanto a Espanha opprime estes povos, nós devemos acenar-lhes com a liberdade e com a prosperidade. E assim fazendo teremos ganho a confiança do, pernambucanos que nos combatem insuflados pelos agentes de Roma». (Doc. da *Companhia das Indias Occidentaes*, II, 142, m. 15).

No *Memorial de 6 de maio de 1644*, que póde ser considerado como o testamento politico, em relação ao Brasil, do conde Mauricio de Nassáo, pois pouco depois elle partia de Pernambuco, lê-se o seguinte, que confirma plenamente as intenções hollandêsas:

— «Este é o ultimo acto do meo governo e esta memoria que deixo a vv. ss., como despedida, encerra providencias que ,si forem observadas, como fiz durante o meo governo, trarão, com o favor de Deos, mais felizes resultados do que tem sido os obtidos até agora.»

Em seguida aborda assumptos militares e civis, com a clarividencia de um grande estadista e de um grande espirito, e aconselha, sobre a liberdade de consciencia:

— «Em relação ás coisas religiosas é necessaria toda tolerancia ou condescendencia, pois della carece o Brasil mais do que qualquer outro povo a quem se tenha dado a liberdade de consciencia.»

Do que foi a administração hollandêsa, fecunda e progressista, nos dá amostra o livro de Gaspar von Baerle (mais conhecido pelo nome de *Barleaeus*), sobre o Brasil Hollandês *(Rerum per octenium in Brasile)*. Foi publicado em 1647 em Amsterdão e acompanhado de preciosas estampas (1) que representam, ao vivo, o progresso pernambucano nas regiões

(1) Mais ou menos 60 estampas.

dominadas pelos hollandêses. Entre as vistas, sobresaem as das cidades de Recife e Olinda, com palacios e edificios hoje inexistentes e que foram copiados do natural pelo pintor hollandês Francisco Prant.

Emquanto os homens da Hollanda, liberaes, respeitavam as crenças e as liberdades populares, os homens de Espanha e Portugal, despoticos, enforcavam todos os adversarios que lhes caíam nas mãos.

Assim, de um lado se achava o progresso, a liberdade de consciencia e de acção — o dominio hollandês; de outro, o mais negro captiveiro, o servilismo, a intransigencia feroz — o dominio espanhol.

Que partido deveria seguir o brasileiro patriota? Certamente o da Hollanda. E foi o que fez Calabar. Mas antes de o fazer elle se bateu como um heroe nas hostes de Filippe, contra os hollandêses, sendo varias vezes ferido. De 1630 a 1632 distinguiu-se entre os mais bravos combatentes. O proprio Varnhagen, seo maior detractor, na obra *Os hollandêses no Brasil*, pag. 85, ed. de 1872, confessa:

— « Havia sido Calabar um dos primeiros pernambucanos que se alistara contra os hollandezes e fôra até honrosamente ferido... »

Entretanto, elle que fôra um dos mais bravos, que abandonara seos haveres para pegar em armas, que tudo sacrificara, vem a saber dos propositos que inspiravam os hollandêses.

Em carta de Aldienbert a Wtenbogart lê-se o motivo da *deserção* de Calabar.

— « ... e esse Calaber ou Calabar é um dos mais aguerridos cabos que nos hostilizam. Foi ferido algumas vezes e tem fama de grande patriota. Mandei Jouer, que falla o idioma do país, se entendesse com elle, e como Jouer é catholico e amigo dos portuguêses e brasileiros e convencionalmente não nos quer bem, saíu-se feliz na empresa.

Apesar de ter soffrido injustiças dos seos patricios, por ser escuro, recusou-se a acceitar o nosso offerecimento de dinheiro e honras. Sómente uma explicação das vantagens e dos beneficios de nossa causa é que o demoverão a se bandear para o nosso lado. Temos muita necessidade desse mulato (Neger), pois é um bravo guerrilheiro, conhece muito bem o país, é intelligente e tem fama de bom cabo. Tem sido a alma dos ataques contra nós. Foi elle quem defendeu Arrayal do Bom Jesus em nossos ataques de 14 de março. Continuarei a procurar convencê-lo da injustiça da causa que elle defende e pela qual se bate com bravura. Darei nova commissão. — *Aldienbert.*» (Documentos Wtenbogart, carta de 14 de novembro de 1631, traducção.)

Uma carta de Weerdenburgh ao Conselho Supremo da Companhia das Indias, diz:

— «Conseguimos, com muito custo, e por intermedio de um nosso agente de propaganda entre os nacionaes, a adhesão do bravo e intelligente cabo de guerrilha Domingos Fernandes Calabar. Conhece a fundo o terreno e só se collocou de nosso lado pela convicção, pois recusou a recompensa que vv. ss. lhe haviam mandado. Diz que está certo que comnosco sua patria irá melhor do que com os espanhoes e portuguêses. E' um mulato muito curioso e de grande vivacidade e de algum conhecimento, muito raro nestas regiões. Envio-lhe uma carta que nos mandou, communicando a sua adhesão. Nós estavamos desanimados pela falta de conhecimento destes logares de natureza forte, mas iremos atacar agora Igarassú, com 500 ou 600 homens dirigidos pelo nosso novo amigo.» (Relatorio de 26 de abril de 1632).

A carta de Calabar, appensa aos documentos acima, é longa e acha-se, em grande parte, estragada. O ultimo periodo é este omittidas as palavras que desappareceram pelos estragos no papel:

— « ... e assim perdi a desta contra os meus amigos de agora sem querer recompensa, nem cousa alguma e vim para melhorar minha terra que não tem liberdade de especie alguma. »

Com o mesmo denodo e bravura com que se bateu contra os hollandêses, Calabar batalhou contra os seos antigos companheiros.

Diz Varnhagen, detractor de Calabar:

— « Vamos agora a ver como á sua infeliz deserção deveram os hollandêses os immediatos passos que deram, com exito decidido, no empenho de assenhorear-se do paiz. A primeira empresa, concebida e dirigida pelo Calabar, foi um ataque de surpreza contra a villa de Igarassú... — Acceitou Weerdenburgh o plano, e tudo se preparou, segundo dispoz Calabar... — Prepararam-se 500 homens levando uns trinta e tantos pretos para conduzir os feridos; partiram todos no dia 30 de abril, acompanhando a atrevida expedição o proprio Weerden burgh. » (Os hollandezes no Brasil, pag. 85).

No Relatorio de 9 de maio de 1632, escreve Weerdenburgh: « ... nesses perigos, nossa vida ficou, pois, dependente dum mulato e de sua fidelidade e apesar de não se ter confiança em gente dessa raça estupida, elle se portou com honra, levando-nos á victoria, demonstrando ter optimas qualidades de guerra. »

Nas « Memorias Diarias » sobre a guerra hollandêsa, escriptas por Duarte Coelho de Albuquerque, marquês de Basto, conde e senhor de Pernambuco, representante da metropole, vem este topico:

— Abril, 20. — Em 20 de abril se introduziu com o inimigo um mulato chamado Domingos Fernandes Calabar, natural da parochia de Porto Calvo, em Pernambuco, onde tinha mãe e alguns parentes. Assistiu e serviu ao principio desta guerra; e quando o inimigo, a 14 de março de 1630 atacou

o Real, que então se começava a fortificar, foi ferido de um mosquetaço. Podendo isto accrescentar-lhe o odio contra aquella gente, antes o desvaneceu e a procurou, que tal era sua damnada intenção, tendo elle muito valor e astucia, e sendo o mais pratico em toda aquella costa e em terra que o inimigo podia desejar. Como o nosso general lhe conhecia o talento, sentiu muito esta fuga... — Muito estimou elle (o inimigo) a presença do novo companheiro.» («Memorias diarias», pag. 45).

Era um chefe dos inimigos dos hollandêses que assim, no proprio dia da *fuga* de Calabar, lhe chamava *homem de muito valor, de muita astucia, de talento reconhecido pelo general das tropas brasileiras*. E este general *sentiu muito* a sua partida.

Nas mesmas «Memorias», dia 19 de julho de 1635, (pag. 116), vê-se quão estimado era Calabar pelos hollandêses:

— «Despendeu-se mais de meio dia no ajuste destes artigos (os da rendição dos hollandêses) porque o inimigo insistia em levar comsigo Domingos Fernandes Calabar. Mas o general assegurou-lhe que arriscaria a sua propria pessôa para não perder das mãos a de Calabar, e nem este o desejava; porquanto sabendo que era essa a causa de não se ajustarem, disse com grande animo estas palavras ao governador Picard: — «Não deixeis, senhor, de concordar no que se vos exige pelo que me diz respeito...»

E mais adeante:

— «Foi enforcado e esquartejado neste 22 de julho... — tambem é crivel que para isto permittiu sua Divina Majestade que o nosso general estivesse tão firme em não entregal-o, a despeito de tamanhas instancias que fazia o inimigo.»

No mesmo dia, escreveu o conde governador (1)

---

(1) Duarte Coelho de Albuquerque.

que «*Calabar morreu calmo e que era de crêr que Deus lhe tivesse perdoado.*»

Veja-se que tempera de homem era esse mulato: Quando saiu do acampamento luso-espanhol, o general «*sentiu profundamente*» a sua partida; quando chegou ao acampamento hollandês, mereceu logo a confiança do chefe flamengo, que lhe poz nas mãos 500 vidas batavas, inclusive a sua propria, a de chefe hollandês. E da fidelidade e do talento dum mulato brasileiro dependeram então a vida de centenas de brancos civilizados da Hollanda! Não é edificante?! Seria Calabar um réles ladrão?

Depois, o chefe Picard levou meio-dia discutindo a rendição da praça, sómente porque não queria entregar Calabar. E offereciam-lhe honrosas condições, quaes as da retirada franca com as armas nas mãos.

E só depois da insistencia do mulato de Porto Calvo, que collocou acima de sua vida centenas de vidas hollandêsas, é que a rendição se verificou nas condições exigidas.

D. Domingos de Loreto Couto, visitador geral do bispado de Pernambuco, escreveu, ha 150 annos, uma obra sobre homens e cousas de sua terra. Em tal livro transparece o odio profundo que devotava aos hollandêses e a Calabar. Pelo titulo já se avalía o conteúdo: «DESAGRAVOS DO BRASIL». Entretanto, apesar de sua ogeriza pelo glorioso mulato de Porto Calvo, o frade visitador, sem o querer, inconscientemente, diz cousas que constituem pontos de apoio para a rehabilitação do heroico hollandophilo. No livro II, cap. III, n. 89, diz:

— «Chamava-se Domingos Fernandes Calabar, mulato manhoso, atrevido e pratico dos lugares da terra e portos do mar. Com bôa opinião e algûas feridas, havia dous annos servido nesta guerra.»

Sabendo-se que antigamente a expressão *boa opinião* significava intelligencia, como se póde ve-

rificar nos classicos; e sabendo-se mais que Calabar fôra ferido varias vezes, combatendo sob a bandeira luso-espanhola, a conclusão que resalta é a seguinte: Calabar era valente, possuia muita intelligencia e cultura (*era pratico em cousas de terra e mar,* diz o chronista) e tinha grande valor como guerrilheiro, pois era (di-lo D. Domingos), *manhoso e atrevido.*

Dizem os detractores de Calabar que era a ambição o fito da sua mudança politica. Mas nesta obra o frade historiador offerece um topico que patenteia a inverdade, a infamia de tal accusação. E' no mesmo livro II, cap. 13, n. 92:

— «O mesmo se pode inferir de um successo extraordinario: Quando primeiro se meteu elle (Calabar) com os Olandezes, procurou Mathias d'Albuquerque reduzillo A DESAMPARAR O PARTIDO INIMIGO, PARA SERVIR A PATRIA COM O SEU VALOR, E INDUSTRIA, SIGURANDO-LHE MAYORES AUGMENTOS ENTRE OS PROPRIOS, QUE OS QUE PODERIA CONSEGUIR DOS CONTRARIOS. Abusando dos FAVORES QUE SEM PEDIR SE LHE OFFERECIA, soberbo com esta demonstração a que nos obrigavão tantas maldades pelo damno que causava a todo Brasil, o atrevimento de hum só homem, não se contentou de obstentar na resposta, sentir pouco o delicto, MAS DELINQUIO DE NOVO, PELA ARROGANCIA, COM QUE JULGOU OFFENSA O PERDÃO COM QUE O ROGAVÃO, E PREMIOS QUE LHE OFFERECIÃO.»

Eis ahi. Mathias de Albuquèrque, o general luso-espanhol, convicto do grande valor de Calabar (diz o frade Calabarophobo), promette-lhe o perdão e maiores vantagens do que as feitas pelos hollandêses, convidando-o insistentemente para retornar ao seio dos primitivos amigos. E Calabar que nada pedira (ainda é relato do frade) recusou com arrogancia a offerta vantajosa e respondeu que tal pro-

posta era uma offensa ao seo caracter, desdenhando assim o perdão e os premios.

Não conseguindo seo objectivo de captar o apoio do mulato de Porto Calvo por meio de honras e dinheiro, Mathias de Albuquerque, apavorado pela intelligencia, valor e coragem de Calabar, architectou uma infamia. E como o covarde Servilio Scipião, que não podendo vencer Viriato no campo de batalha, mandou assassina-lo traiçoeiramente, o general luso-espanhol resolveu o assassinato, por traição, do valente e temivel porto-calvense. Ainda é um relato de frei Domingos, no mesmo livro citado, no mesmo capitulo, e no mesmo numero 92, que conta o caso infame:

— « Para tirar de Pernambuco, e do mundo, este escandalo das gentes (Calabar), e esta causa de grandes damnos, prometteo o nosso General a hum seu Primo chamado Antonio Fernandes, que lhe recompensaria liberalmente o atrever-se a matallo, para o que se passaria tambem ao inimigo, fingindo-se da mesma opinião. Resoluto a faser, espreitou occasião, e passado ao inimigo, reconhecendo de longe Calabar, correo a juntar-se com elle, quando se lhe dezembaynhou a espada da cinta, e cahindo sobre a ponta, atravessado pelos peitos, o que hia a matar, morreo no mesmo instante. »

Veja-se que força moral assombrosa tinha esse cabo de guerra Um vendido arranca da espada para mata-lo, mas ante a sua presença augusta de homem bom e valente, o assallariado se arrepende, se perturba, se confunde, e num impeto atravessa seo proprio peito! Não é edificante esta scena? Ella não photographa perfeitamente a formidavel força moral do capitão de Porto Calvo?

Depois, Mathias de Albuquerque, vendo que não encontrava homem capaz de matar o adversario valoroso, recorreu a um vil espião. Foi esse o miseravel Sebastião de Souto. Conterraneo de Calabar,

de quem era compadre e amigo intimo, não titubeou em se vender. Calabar já lhe salvara duas vezes a vida, com risco de sua propria, sendo uma quando ambos militavam sob a bandeira dos Filippes e outra em Porto Calvo. Alem disso, Souto lhe devia innumeros favores pessoaes, sendo o ultimo a posição de ajudante do capitão Alexandre Picard, cargo rendoso e invejado. Pois foi devido á traição desse miseravel Sebastião de Souto, que os chefes Calabar e Picard foram cercados pelas tropas luso-espanholas de Mathias de Albuquerque. Souto, em quem Picard e Calabar depositavam confiança, affirmara aos seos chefes que não havia tropas inimigas na região de Porto Calvo.

Confiando nessa informação, Picard e Calabar, com um numero reduzido de soldados, sahiram de Porto Calvo. O traidor mandara um aviso urgente a Mathias de Albuquerque, contando-lhe o numero de soldados brasilio-hollandêses, dizendo-lhe que seria facil surprender Calabar e aprisiona-lo. E dahi a traição, mesquinha e vil. O proprio frade historiador, d. Domingos Loreto, chama esta traição de EXQUISITA ao passo que qualifica a de Calabar de «HUA TRAIÇÃO SOBERBA E ORGULHOSA» traição «QUE SE MEDE A VULTO, POREM QUE SE DEVE DESCONTAR AO RIGOR DA CENSURA».

Mal succedidos, retornados a Porto Calvo, entrincheirados na egreja e predios circumvizinhos, Picard e Calabar, com seos valorosos soldados, preparavam-se para morrer com gloria, quando chegou um parlamentar de Mathias de Albuquerque.

«O general (disse em carta o capitão Picard) mandou-me dizer que consentiria na minha sahida e na dos meos soldados do reducto em que nos achavamos e que nos concederia livre passagem até os nossos, com a condição de entregarmos Calabar.

Recusei terminantemente. Mas o nosso amigo não concordou, dizendo-me: *Acceitae! Mais vale a vossa vida e a de vossos soldados, que a minha.. Elles me humilharão, elles me enforcarão, elles me insultarão até depois de morto, mas eu ficarei satisfeito com este sacrificio, e serei o primeiro brasileiro que morre pela liberdade patria*». Em seguida escreveu asseguintes linhas, para serem lidas pelo Conselho Superior: «Vós, os hollandêses, offerecestes ao Brasil, offerecestes ao meo amado Pernambuco, a liberdade. O destino não quiz que eu assistisse a consummação de vossa offerta, com a adhesão de todos os pernambucanos, de todos os brasileiros. Elles me chamam traidor... Vós bem sabeis que um homem que se bateu como eu, que recusou honras e proventos, não é traidor; e si houve traição, foi uma traição justificada pela nobreza do motivo. E demais, um homem tem direito de derramar o seo sangue pela causa que quizer. Derramei primeiramente meo sangue defendendo o interesse de Castella; errei; morrerei agora pela liberdade, que é a promessa dos hollandêses.»

— «Ao terminar, com as lagrimas nos olhos, porem com um sorriso nos labios, o nosso grande e saudoso amigo disse ao enviado do general: «Ide e dizei ao general Mathias de Albuquerque, que o general Picard e Calabar acceitam a proposta.»

— «Fiquei perplexo, e chorando, apertei no meu peito, como si representasse a nossa patria inteira, o heroe que assim se sacrificava.» (Carta de Alexandre Picard a W. Aldienbert, traducção do flamengo para o francês pelo dr. Wallitz, de Haya, por incumbencia do dr. Silveira Brasil, e do francês para o português, pelo prof. Assis Cintra.)

Não se pense, comtudo, que essa alegria de Calabar seja inventada pelo capitão Alexandre Picard. Tanto era uma verdade, que o frade d. Domingos Loreto, no seo volumoso arrazoadó, relatando o caso

conforme o ouvira de seo avô (pois era descendente do perfido Sebastião de Sôuto) e de accôrdo com os historiadores desse tempo e com a tradição popular, que ainda palpitava em Porto Calvo, escreve:

— «Posto que lhe affirmassem (os hollandêses a Calabar) que estavam resolutos a perecerem, pelo não entregarem, — soubé religiosamente offerecer, como em sacrificio a sua alma, a imfamia de sua vida, e com melancolisada alegria, e triste riso, fallando no semblante, o que callava nas palavras por mostrar que sem explicar-se, os entendia: — Reconheço (lhes disse) que me vejo perdido, para me não perder; pois buscou Deus este caminho de me salvar. E persuadindo-os a se renderem, capitularam: Que saindo com armas e sem bandeiras, os mandariam do Brasil a Espanha; e de Espanha a Olanda.»

Mais abaixo, na pag. 136 (*Desagravos do Brasil*, livro II, cap. 13), diz o historiador catholico, desaffecto rancoroso dos hollandêses e de Calabar:

— «... perdeo o tino (elle, Calabar) e por isso degenerarão os resplendores da sua valentia em sombras de traição, e no fim da vida deo a conhecer toda a grandeza do seo Espirito, motivando a sua culpa hûa heroica conformidade, e gloriosa penitencia. Se entre nós servira como mulato, pelejara como branco e esperara como prudente, corresponderião os premios a seos meritos, como corresponderam ao famoso Henrique Dias... o despachou El-Rey com Foro de Fidalgo, larga tença, posto de Mestre de Campo, e Habito de Christo...»

Ahi estão dois depoimentos valiosissimos: um do amigo de Calabar, isto é, do capitão hollandês Alexandre Picard; outro do inimigo rancoroso de Calabar e dos hollandêses, isto é, do frade catholico, visitador da provincia episcopal, isto é, D. Domingos de Loreto Couto, descendente do traidor Sebastião de Souto.

Ambos concordam em uma cousa importantissima para a rehabilitação de Calabar: a sua honradez, á sua coragem, o seo valor como cabo de guerra e como cidadão, o seo desinteresse, o seo heroismo.

Podia ser fidalgo, ter larga tença, posto de Mestre de Campo (general), Habito de Christo... Podia recuperar seos engenhos de assucar, perdidos com a sua passagem para o campo hollandês. Podia, emfim, com o seo grande prestigio, conquistado pelo seo valor, dominar a capitania de Pernambuco, si accedesse ao convite de Mathias de Albuquerque. Mas não quiz, porque estava certo que o dominio hollandês era a aurora da liberdade e que o dominio luso-espanhol, a noite trevosa da escravidão. Si fosse o interesse subalterno que o tentara, elle voltaria para o campo de Mathias de Albuquerque, ante as valiosas propostas desse general. Demais, recusou honrarias e dinheiro no campo hollandês. Apenas, como major, tinha assento na mesa do Conselho Supremo do exercito dos Paises Baixos. Foi o maximo que acceitou, e isso porque sua opinião, no traçado das operações militares, era indispensavel, e sempre foram respeitadas religiosamente.

Um homem que era dessa fórma disputado por duas grandes nações (Hollanda e Espanha), por dois grandes generaes (Mathias de Albuquerque e Weerdenburgh) não era um homem commum, um vulgar guerrilheiro. Certamente, devia ser um homem superiormente dotado de estimaveis qualidades.

Esse homem, que sorriu deante da morte, porque morria por uma idéa nobre, era evidentemente um heróe.

Entretanto, os detractores de Calabar gritam de todos os lados — no livro, nos jornaes, nas cathedras, nas conferencias publicas: «Calabar, o miseravel traidor, foi comprado pelos hollandêses, era um desclassificado social, um ladrão confesso, um soldado obscuro e imprestavel, um vulgar criminoso,

um réles mulato sem valor algum!» E assim vae sendo envenenada a consciencia do publico ignaro e da infancia das escolas com essa calumnia que já atravessou quasi tres seculos...

Em primeiro logar, o mulato de Porto Calvo não era um aventureiro sem eira nem beira. No «Auto de Avaliações de Engenhos», determinado pelo fisco em 18 de outubro de 1628, apparece Domingos Fernandes Calabar como proprietario de tres fabricas de Açucar, «pelas quaes hão registrados sem protesto e com sciencia dos proprios na presente *Relação* ordenada por El-Rey, que Deos Guarde.» Esta Relação (ou Auto de Avaliações) foi enviada ao governo espanhol e constitue um subsidio importante para a historia economica do Brasil no seculo XVII. Calabar era um bravo capitão, habil e previdente, tanto assim que Mathias de Albuquerque quiz reconquista-lo com promessas que só se fazem aos valorosos. Si fosse um réles ladrão, não haveria tal empenho.

Estudara na escola dos Jesuitas e todos os documentos por elle escriptos, comparados com os de Mathias de Albuquerque e do proprio conde Bagnuolo ou do marquês de Basto, revelam a sua superioridade intellectual. Naquelles tempos, um homem que escrevia com o desembaraço de Calabar, não podia ser um nullo. Seos planos de combate e seos projectos de reformas, apresentados ao Conselho Superior das tropas hollandêsas, para serem estudados pela Directoria Suprema em Hollanda, foram traduzidos, e a traducção enviada com o original. Leu-a mais tarde o principe de Nassáo e della aproveitou muita cousa, quando foi tempo opportuno. Sua carta a Mathias de Albuquerque, após sua passagem para os hollandêses, é um attestado vibrante de seo patriotismo:

— «*Depois de ter derramado meo sangue pela causa da escravidão que é a que vós defendeis ainda,*

passo para este campo, não como traidor, mas como patriota, porque vejo que os hollandezes procuram implantar a liberdade no Brazil, emquanto os hespanhoes e portuguezes cada vez mais escravizam o meu paiz: Como homem, tenho o direito de derramar o meu sangue pelo ideal que quizer escolher; como soldado tenho o dereyto de quebrar o juramento que prestei enganado. O meu desenteresse é sabido por aquelles que foram meus chefes. Quizesteis confiar-me um honroso posto na frente de vossas tropas. Recusei. Si meus bens se acham em terras occupadas pela vossa gente, não é visivel que só eu tenho a perder com a minha mudança de bandeira? Derramei meu sangue por uma causa que reputava santa e que entretanto era a da escravidão de minha patria. E' a causa que vós defendeis. Com os seus actos, os hollandezes têm provado melhor que os portuguezes e hespanhoes. Emquanto nas terras por vós occupadas existe a mais negra escravidão e tyrannia, elles, não somente protegem materialmente os naturaes, como lhe dão até liberdade de consciencia. Em Recife e Olinda, como na Europa, cada um pensa como quer E entre vós? Vós bem o sabeis. Com o mesmo ardor e sinceridade com que eu bati-me pela vossa bandeira, me baterei pela bandeira da liberdade do Brazil, que essa é a hollandeza. Tomo Deus por testemunha de que o meu procedimento he o indicado pela minha consciencia de verdadeiro patriota. — DOMINGOS FERNANDES CALABAR.» (Documento do Archivo do dr. Silveira Brasil, adquirido em Portugal).

Que era um admiravel e utilissimo elemento que Mathias de Albuquerque e a Espanha perdiam, di-lo o proprio Marquês de Basto, representante da Metropole, nas suas «Memorias Diarias», observação de 20 de abril de 1632 (pg. 45):

— «Abril, 20. Se introduziu com o inimigo um mulato chamado Domingos Fernandes Calabar, na-

tural da parochia de Porto Calvo, em Pernambuco, onde tinha ainda mãe e alguns parentes. Assistiu e serviu ao principio desta guerra... — tendo elle (Calabar) muito valor e astucia, e sendo o mais pratico em toda aquella costa e em terra... — Como o nosso general lhe conhecia o talento, sentiu muito esta fuga... — Muito estimou elle (o inimigo) a presença do novo companheiro.»

Um homem que passando de um campo para outro, deixa no primeiro saudades profundas e provoca no segundo grandes alegrias, não pode ser um desprezivel. E tanto não o era que o general Mathias de Albuquerque, não se conformando com a sua ausencia, escreveu-lhe:

— «.... He tido o vosso acto como tentação de Satanaz que protege os herejes, e por isso digno de perdão. Em nome d'El-Rey vos offerecemos a restituição de vossas bemfeitorias e bens, 50.000 cruzados de compensação, a tensa que em razoavel pedirdes, o posto de Mestre de Campo, o titulo de Dom, fidalguia só concedida aos grandes da Terra, o Habito de Christo, a amizade d'El-Rey e a nossa. E o que ainda quereis que não vindes? A vossa intelligencia, os vossos admirados conhecimentos, o vosso invejado valor, é pedido por El-Rey, Nosso Senhor. Sabeis que os soberanos poderosos tem em suas mãos o premio e o castigo. Aproveitae o premio, que vos é offerecido, não queiraes o castigo, que será terrivel, porque nós havemos de vencer. Que podem os hollandezes, tão poucos, contra o poder glorioso d'El-Rey Nosso Senhor? Que póde o Espirito Máo que protege os hollandezes contra Jesus Christo e seu Padre que nos ajudam? Lembrae-vos de vossa gente e de vosso Rey e de vosso Deos, porque ainda he tempo. E elles vos querem muito e vos receberão de braços abertos e feição alegre.» (Archivo do dr. Wallitz).

Este documento tem a seguinte observação, em

lettras miudas, e com a data de 14/9/48 — «Authenticada; ha mais tres de egual valor — V.»

O Visconde de Porto Seguro, detractor de Calabar, confessa que varias vezes Mathias de Albuquerque tentou attrair Calabar para as fileiras brasilio-luso-espanholas, por sentir a necessidade de seo auxilio. E apesar, diz elle, das instantes offertas, aliás valiosas, o mulato de Porto Calvo permaneceu irreductivel.

Na pag. 240 confirma os beneficios que os hollandêses faziam aos brasileiros, incentivando o commercio e a lavoura, por meio do emprego de capitaes de Hollanda e do credito a longo praso:

— «... *não só a maior parte das vendas (de mercadorias) se fizeram a credito e pagaveis a largos prazos, mas a muitos lavradores foram abonados, egualmente a credito, para ser o seu valor indemnisado em assucares, centenares de escravos.*»

O regimen adoptado pelos hollandêses nas terras brasileiras que elles conquistavam era o seguinte, que aqui transcrevemos em resumo, duma *certidão* de 13 de janeiro de 1632;

1.º) *Afiançamento de liberdade de consciencia e do serviço do culto de cada um, com a devida protecção das crenças individuaes;*

2.º) *Garantia de paz e de justiça e de protecção contra quaesquer inimigos;*

3.º) *Segurança da propriedade, mediante o pagamento de impostos devidos ao estado (direitos e alcavalas);*

4.º) *Concessão de toda protecção aos tratos e negocios;*

5.º *Franquia de passaportes aos que para os seos negocios se quizerem ausentar por mar ou por terra;*

6.º) *Isenção aos brasileiros de serem obrigados a tomar armas contra as forças brasilio-luso-espanholas; com a condição, porém, de se retirarem si a*

cidade (ou logar por elles habitado) estiver em risco grave de ser recuperado pelas tropas de Portugal e Espanha;

7.º) *Direito de recorrerem aos tribunaes do país até contra os proprios generaes hollandêses e governador, nos casos contenciosos;*

8.º) *Estabelecimento de juizes brasileiros que, nas questões entre naturaes do país, decidam as pendencias de accordo com as Ordenações do Reino de Portugal, como era costume no Brasil;*

9.º) *A faculdade de poderem andar armados para se defenderem de ataques de salteadores e inimigos pessoaes;*

10.º) *Obrigação mutua do governador hollandês e do povo brasileiro: aquelle garantindo a justiça, o direito e a liberdade dos brasileiros; e este respeitando as leis decretadas. Exercicio livre de todas as profissões. Direito pleno de locomoção.* (H., folha 118).

Compare-se tal legislação com as leis draconianas de Espanha e Portugal. A Hollanda garantia a propriedade individual, dava liberdade politica e religiosa, protegia a industria, a agricultura, as artes, o commercio. Facultava o direito de locomoção e de querella. Nem os governadores e capitães estavam a salvo da Justiça. Instituira o tribunal popular, com elemento brasileiro. Estabelecera uma Assembléa Legislativa, composta de brasileiros e presidida pelo governador. Esboçara a creação duma Universidade. Fundara escolas para brancos, negros e indios. Concebera um plano de ensino obrigatorio. Emfim, era uma verdadeira organização republicana (1). E a Espanha? E Portugal? Os avisos régios, os alvarás, as relações, as ordenações, são fartas mésses que se encontram á mão de qual-

(1) Vide os documentos a respeito dos hollandêses copiados dos archivos europeus pelo grande historiador Pedro Souto Maior e pelos saudosos José Hygino e Joaquim Caetano.

quer curioso. Tamanha era a tyrannia, que se tem a impressão de que o povo brasileiro daquelle tempo era um povo de cafres ou hottentotes.

Ora, ante a alternativa — *Espanha* e *Hollanda* — é claro que o bom brasileiro deveria escolher a segunda. Demais, admittir-se que Calabar não tinha o direito de se bater com os hollandêses, por já se ter batido contra elles, é privar a criatura do livre arbitrio, tornando-a immutavel. O homem pode julgar que uma causa é sagrada, mas ao reconhecer que está em engano, tem o direito e o dever de mudar de idéa.

Calabar, batendo-se contra os hollandêses, ferido em combate, bravo entre os bravos, com o seo sangue irrigou o torrão natal, julgando que o defendia; depois, convencido de que se batia em favor de uma causa prejudicial ao Brasil, qual a do dominio espanhol, se passou para os hollandêses e tambem se bateu, ao lado delles, com bravura e dignidade, certo de que batalhava em favor do engrandecimento de sua patria.

E, de feito, o dominio hollandês representava a prosperidade e a grandeza do Brasil. A Hollanda, ha tres seculos, instituira em Pernambuco um regimen de liberdades, com fórmas verdadeiramente republicanas: progresso material ao lado da liberdade de acção individual e respeito á consciencia religosa e ao pensamento politico e civil dos brasileiros. E até na criação das Camaras de Olinda e do Recife, com representantes do povo, demonstrou o flamengo o seu alto descortino.

E Calabar, percebendo as vantagens do dominio hollandês e por elle se batendo, foi um patriota.

Contra elle escreveu um frade, frei Manoel Calado, e um desaffecto, o donatario da Capitania de Pernambuco. Nestes inimigos firmou-se Varnhagen, para condemnar o grande e glorioso mulato. Disseram elles que Calabar se passara para os hollan-

dêses por temer castigos devidos a grandes furtos. Ora, é evidente a paixão do frade e do governador. Si Calabar fosse um ladrão e um criminoso, o seo general não sentiria profundamente a sua deserção e o marquês de Basto, (que representava o rei de Espanha), nas «Memorias», no proprio dia da fuga de Calabar, não o elogiaria como elogiou.

O governador representava um adversario politico, isto é, a Espanha; o frade um antagonista religioso, isto é, Roma.

Não se póde condemnar um individuo apenas pelo testemunho de dois inimigos. Os hollandêses tambem publicaram livros no seculo XVII. Os archivos estão repletos de documentos. Leia-se tudo, estude-se tudo e julgue-se.

Eis, pois, perante o Tribunal da Historia o réu Domingos Fernandes Calabar!

E a Consciencia Nacional, suprema julgadora, lavre agora o *veredictum!*

José Bonifacio de Andrada e Silva, que foi sabio e ministro, já o lavrou nestes versos, quentes de enthusiasmo pelo glorioso mulato de Porto Calvo:

CALABAR

Oh! não se vendeu! Não! — elle era escravo
Do jugo portuguez — quiz a vingança,
Abriu sua alma as ambições de um bravo
E em nova escravidão bebeu a esp'rança!
Combateu... pelejou... entre a batalha
Viu essas vidas que no pó se somem!
Enrolou-se da patria na mortalha,
Ergueu-se — inda era um homem!

Calabar! Calabar! — foi a mentira
Que a maldição cuspiu em tua memoria!
Amaste a liberdade; — era uma lyra
De loucos sonhos, d'elevada gloria!
Alma adejando neste céo brilhante
— Sonhaste escravo reviver liberto;
Subiste ao largo espaço triumphante,
Voaste — era um deserto!

A quem trahiste, heroe? na vil poeira
Que juramento te prendia a fé?!
Escravo por escravo — essa bandeira
Foi de um soldado — lá ficou de pé!...
Viu o sol entre as brumas do futuro
— Elle que por si só nada podia;
Quiz vingar-se tambem, — no sonho escuro
Quiz ter tambem seu dia!

O pulso roixo da fatal cadeia
Brandiu uma arma, pelejou tambem;
Viram-no erguida na refrega feia,
Sombrio vulto que o valor sustem!
Respeitai-o que amou a heroicidade!
Quiz erguer-se tambem do raso chão!
Foi delirio talvez — a eternidade
Teve no coração!

Oh! que o Céo era lindo, e o sol se erguia,
Como um incendio nas brasileas terras:
Da cimeira da serra a voz rugia,
E o som dos ventos nas remotas serras!
Adormeceu... á noite em funda calma
Ouviu ao longe os echos da floresta;
Bateu-lhe o coração — triste sua alma
Sorriu-se — era uma festa!

Homem — sentiu na carne desnudada
O açoite do algoz nodoar-lhe a honra,
E o sangue sobre a face envergonhada
Mudo escreveu o grit da deshonra!
Era escravo! — deixai-o que combata;
Livre nunca elle foi, quer sel o agora,
Como o peixe no mar, a ave na matta,
Como no céo a aurora!

Oh! deixai-o morrer! — deste martyrio
Não alceis a calumnia ao gráu da historia!
Que fique a lusa mão em seu delirio
— Já que o corpo manchou, manchou a gloria!
Respeitemos as cinzas do guerreiro
Que no pó sacudira a altiva fronte!
Quem sabe esse mysterio segredeiro
Do sol lá no horizonte?!

Não se vendeu! Infamia!... era um escravo!
Sentiu o stygma vil, horrendo sello;
Pulsou-lhe o coração, viu que era um bravo;
Quiz despertar do negro pesadello!
Tronco sem folhas triste e solitario,
Debalde o vento assoberbar tenton;
Das asas do tufão ao sopro vário
Estremeceu — tombou!

Paz ao sepulchro! Calabar morreu!
Sobre o topo da cruz falla a verdade;
Quiz ser livre tambem — elle escolheu,
Entre duas prisões quiz ter vontade!
E a mão heroica que susteve a Hollanda
A covardia entrega desarmada!...
A vergonha eterna a Providencia manda
A' ingratidão manchada!

Morreu! mas lá no marco derradeiro
O coração de amor bateu-lhe ainda!
Minha mãe, murmurou...—era agoureiro
Esse queixume de uma dôr infinda!
Morreu, o escravo se desfez em pó...
Ferros lançai lhe agora, si o podeis!
Vinde tyrannos — ella está bem só,
Dictai-lhe agora leis!

(Das «Poesias» de José Bonifacio de Andrada e Silva, 1850, paginas 199-201.)

CAPITULO III

O patriarca Bonifacio

CAPITULO III

O patriarca Bonifacio

Escrevemos no «Correio da Manhã», de 20 de junho de 1920, o seguinte artigo que ora reproduzimos integralmente.

Num dos capitulos do primeiro volume do nosso livro sobre José Bonifacio, aproveitamos alguns periodos deste artigo.

— «José Bonifacio é o patriarca da Independencia?

Diz a historia official — *sim;* dizemos nós — *não*.

Em primeiro logar, essa denominação de patriarca é impropria e ridicula no caso vertente.

Em historia, diz um notavel escriptor moderno, Charles Marie (*L'Histoire*, pag. 5) patriarca *était le chef de famille, roi parmi les siens, qui exerçait les fonctions de juge et prêtre*. Assim, chamar-se, historicamente, a José Bonifacio patriarca da independencia, é uma rematada tolice. Mas donde nasceu esssa idéa?

Da asneira dum pintor. Ouçamos, a respeito, o que diz um illustre brasileiro, contemporaneo dos Andradas:

— «Sendo eu estudante de engenharia em 1832 e passando com outros pela rua do Ouvidor, vi, em uma loja, um quadro contendo varios bustos, e no centro delle o do conselheiro dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, com uma inscripção (por sobre a cabeça de José Bonifacio), que dizia — *Patriarcha da Independencia*. Até essa época nunca ouvira

falar em patriarchado da independencia, dado a José Bonifacio, mas espalhando-se a noticia da existencia do quadro por entre os partidarios dos Andradas, grassou a idéa, acceitando-a mesmo o sr. José Bonifacio, até que os contemporaneos que acompanhavam os movimentos politicos de 1821 a 1833, apparecendo na imprensa da época, restabeleceram a verdade dos factos e desmantellaram ou nullificaram o pretendido patriarchado do sr. José Bonifacio» — (*Marechal Henrique de Baurepaire Rohan*, ex-ministro de Estado, ex-conselheiro supremo da Guerra, membro do Instituto Historico, in-*A Independencia e Imperio*, M. M., pag. 138).

Supponha-se, e não vae disparate no simile, que amanhã um illustre Correggio do Rio resolva fazer um quadro dos protagonistas da Republica e no centro esboce a figura do conselheiro Rodrigues Alves, encimando-a com o distico — *O patriarca da Republica*, — e exponha a obra prima num mostruario da rua do Ouvidor.

E a imprensa rodriguesalvista bateria palmas pela idéa supimpa; e os amigos do conselheiro guaratinguetaense soltariam o foguetorio do applauso; e a noticia correria vertiginosamente de norte a sul; e o quadro ficaria celebre. Os protagonistas da Republica, ainda vivos, viriam á imprensa, provando documentadamente que o conselheiro, de facto, encheu a Republica com seo nome, foi duas vezes presidente de São Paulo e do Brasil, mas combateu o republicanismo até 15 de novembro de 1889 e só então, já triumphante o movimento revolucionario, adheriu a elle. E viria o sr. Rodolpho Miranda, republicano historico, provar que quando s. s. era vereador em S. Simão, e o sr. conselheiro Rodrigues Alves presidente de S. Paulo, a Camara san-simonense foi processada por ser republicana, justamente em vesperas da Republica, e pelo sr. conselheiro Rodrigues Alves. E

as cousas ficariam assim explicadas. Mas a tradição popular, já impressionada pela retumbancia desse *patriarcado republicano*, não se esqueceria delle. E daqui a 50 annos um historiador diria, tratando da figura empolgante do conselheiro Alves que elle era *o patriarca da Republica* — e um jornalista accrescentaria — *o maior dos brasileiros da Republica* — pondo assim em plano secundario Quintino, Ruy, Benjamin Constant, Bernardino, Prudente, Deodoro, etc. Então outros jornalistas e outros historiadores repetiriam a expressão. O governo mandaria fazer uma estatua do conselheiro Alves, colloca-la-hia na praça da Republica, e a mocidade brasileira do seculo XXX, anno de 2.000, diria, reverente, apontando o furabolo para o bronze: *eis aqui o patriarca da Republica*. E por toda a parte se veria então a ephigie do conselheiro paulista encimada pelo distico gracioso — *patriarca da Republica*. E ninguem mais lhe tiraria o patriarcado, *per omnia secula*...

Pois é o caso do conselheiro José Bonifacio: Não foi patriota ardente que trabalhasse com afinco pela independencia do Brasil; não a fez; seo nome encheu a historia do primeiro imperio; architectou a dymnastia parlamentar dos Andradas; a nação ajoelhou-se agradecida e chamou-lhe patriarca, levantando-lhe estatuas; e ainda hoje o veneramos, e ainda amanhã o veneraremos.

E' da Historia. Mas... de vez em vez surgem, *revolucionarios, bolschevikis* da Historia, (*historicidas*, tal nos appelidou um egregio membro do Instituto Historico de S. Paulo), e dizem verdades, semeando-as na areia da rotina.

E o povo clama contra os atrevidos. E o *heroe* continúa *heroe*, mais *heroe*, muitissimo mais *heroe*...

——«:»——

Si José Bonifacio fosse um patriota, teria, certamente, trabalhado pela nossa independencia com

devotamento e ardor. Em 1817, Antonio Carlos entrou para a revolução pernambucana e emquanto trabalhava pela independencia, seo irmão José Bonifacio fazia retumbantes discursos em Lisbôa, elogiando os tyrannos, como, por exemplo, no panegyrico da rainha Maria I. Em carta de 14 de abril de 1817, dizia Antonio Carlos ao mano Bonifacio que sentia estar separado delle politicamente, militando em partido diverso: o de Antonio Carlos era o dos brasileiros; o de José, o dos portuguêses; o primeiro, o da liberdade; o segundo, o da escravidão do Brasil. Em 1818 escrevia Bonifacio a Antonio Carlos lastimando que elle estivesse preso «por não ter tido juizo e discernimento nas cousas politicas». Em 1819 obteve uma licença do governo português e veio ao Brasil. E, convidado para tomar parte na Maçonaria Carioca (*Loja Commercio e Artes,* em franca conspiração), respondeu a José Joaquim da Rocha: «O enthusiasmo no Brasil não passa de fogo de palha». E não entrou no movimento. Em 1820 os maçons trabalhavam sem descanso, ora na séde da loja, na rua Nova do Conde n. 4, ora na casa do capitão-mór José Joaquim da Rocha, na rua da Ajuda n. 64, ora no convento de Santo Antonio. Eram os conspiradores — padres, generaes, juizes, capitalistas, doutores. E entre elles não se achava José Bonifacio que, commodamente, espiava, em S. Paulo, a maré politica. Entretanto, tinha um meio propicio para agir, pois em todas as consciencias brasileiras latejava a revolução.

E sómente em 24 de dezembro de 1821 é que se manifestou, quando já era triumphante a idéa da liberdade, e assim procedeu em virtude de um convite do Rio de Janeiro. Não foi um acto expontaneo.

Em fim de outubro de 1821 Antonio Carlos escreveu a seu irmão José, então vice-presidente de S. Paulo, contando que o governo português lhe suspenderia os vencimentos. E, de facto, em sessão

de 30 de outubro de 1821, o deputado Borges Carneiro, após um violento discurso, apresentou nas Côrtes Portuguêsas um projecto que autorizava o governo a sustar o pagamento dos differentes vencimentos (cerca de 12 contos de réis por anno), que José Bonifacio, apesar de estar ausente no Brasil, recebia como lente, como inspector das minas e como director das obras do Mondego.»

Eis os termos dessa proposta, publicada no *Diario das Côrtes,* n. 213, sessão de 30 de outubro de 1821:

«Sou informado de que o dr. José Bonifacio de Andrada, ha muito tempo ausente no Brasil, recebe annualmente de ordenado cousa de doze mil cruzados de officios publicos que tem neste reino, como, por exemplo, de inspector do encanamento do Mondego, de inspector geral das minas, de lente de metalurgia, etc., etc. Ter muitos officios e não servir nenhum; tel-os em Portugal e estar no Brasil, e fazerem-se taes remessas de dinheiro para o paiz onde elle nasce, são cousas que não entendo. O dinheiro publico é muito precioso para assim se desperdiçar. Ordenados são tributos impostos á nação: não sei que se possam impôr tributos para semelhantes fins. Proponho, portanto, se diga ao governo que emquanto o dito dr. Andrada não vier effectivamente para o reino servir seus officios, mande suspender-lhe os pagamentos, á excepção dos que lhe tocarem por jubilação, ou aposentadoria — *Borges Carneiro*».

O projecto passou, e em virtude disso Bonifacio deixou de receber dos cofres portuguêses os milhares de cruzados que até então recebia, apesar de se achar ausente de Portugal. Esse acto das Côrtes, approvando o projecto Borges Carneiro, irritou sobremaneira José Bonifacio e atirou-o nos braços dos independencistas. E só depois disso é que surgiu na scena politica do Brasil o sabio paulista, traba-

lhando, comtudo, muito fracamente. Os laços que o prendiam a Portugal foram rotos com a suspensão dos vencimentos que indevidamente recebia do governo português. Que se diria de um homem que, residindo em S. Paulo, percebesse ordenados de 3 empregos rendosos em Portugal? Não leccionava, não inspeccionava as minas portuguêsas, não dirigia as obras do Mondego... e ganhava como si tudo isso fizesse!

Estudemos o patriotismo de José Bonifacio através dos grandes acontecimentos politicos da independencia.

A Maçonaria preparara movimentos subversivos em todas as provincias. O plano era derrubarem-se os governadores portuguêses, elegerem-se juntas governativas compostas de brasileiros, organizarem-se, por intermedio dessas juntas, milicias brasileiras e depois disso lançar-se o grito da independencia, com a republica. Em diversas provincias os governadores foram depostos. Vejamos o que succedeu em São Paulo. Eis a descripção, feita por uma testemunha occular, e transcripta por Mello Moraes na *Historia das Constituições,* pag. 52:

— «Os males provenientes de um systema abusivo tinhão de tal sorte indisposto os animos, que toda a interposição da parte do governador para consolidar a confiança dos povos, já abalada por anteriores comportamentos, era inteiramente baldada. Elle mesmo, intimamente convencido da sua impossibilidade para obrar com energia, vendo-se despopularizado, sem força physica nem moral para fazer executar as leis, pediu por vezes ao ministerio a sua demissão... — alguns patriotas bem certos na unanimidade de sentimentos que animavam a todos os cidadãos, determinaram aproveitar-se da occasião que a fortuna parecia deparar na reunião dos corpos milicianos, convocados para a festividade do dia 21, e ajuntando-se na manhã de 23 na praça dos Paços

do Conselho tocaram rebate no sino da camara, e dando vivas á religião, a el-rei e á constituição, proclamaram um governo provisorio. Esta noticia, levada rapidamente ao quartel do batalhão de caçadores, causou a mais forte sensação. Seu chefe, o coronel Lazaro José Gonçalves, não hesitou um momento em attender aos votos dos seus soldados, que marcharam logo em auxilio do povo para a installação do governo provisorio. O coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz, que então se achava com o seu 1º regimento de infantaria miliciana, passando-lhe mostra, ouvindo tocar rebate e sabendo o que se passava na praça dos Paços do Conselho, não tardou em apresentar-se á frente do dito regimento. O mesmo fez o coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, apparecendo logo com o seu primeiro regimento de cavallaria miliciana, assim como todas as praças do 2º de cavallaria, o regimento de uteis e o 2º de infantaria, todos os milicianos que se achavam na cidade. O sino tocava sempre a rebate, e cada vez se ajuntava mais povo.

Reunidos os corpos, uma deputação de tres capitães foi mandada em nome do povo e tropa convidar para presidente da eleição ao conselheiro José Bonifacio de Andrada. Outra deputação foi mandada ao ouvidor e á camara para que se apresentassem nos paços do conselho. Apenas a primeira deputação appareceu na praça, trazendo no meio ao illustre sabio da nação, conhecido em toda a Europa pelo nome de *Monsieur d'Andrada*, os ares retumbaram com este grito muitas vezes repetido: — Viva o sr. conselheiro! — Elle subio á sala da camara, acompanhado de immenso povo, e disse: — «Senhores, eu sou muito sensivel á honra que me fazeis em eleger-me para presidente da eleição do governo provisorio que pretendeis installar. Pela felicidade de minha patria eu farei os mais custosos sacrificios até derramar a ultima pinga do meu san-

gue» — A resposta foi um grito geral: — *Viva o sr. conselheiro!* — E elle continuou: — «Esta eleição só póde ser feita por acclamação unanime; descei, senhores, á praça e eu da janella vos proporei áquellas pessoas que por seus conhecimentos e opinião publica, já por vós manifestada, me parecerem dignas de serem acceitas.»

— Alguns cidadãos lhe disseram: — «Sr. conselheiro, não queremos no governo aquelles que até agora tem sido nossos oppressores» e queriam personalizar; mas elle os atalhou, dizendo: — «Senhores, este deve ser o dia da reunião de todos os partidos, da reconciliação geral entre todos. Não nos lembremos mais do passado; desappareçam odios, inimizades e paixões: a patria seja a unica nossa mira. Completemos a obra da nossa regeneração com socego e tranquillidade, imitando a honrada e gloriosa conducta de nossos irmãos de Portugal e Brasil. Persuadido de que haveis posto em mim vossa confiança, acceitei o vosso convite, e aqui estou prompto para dirigir-vos e para trabalhar pela causa publica Se de facto confiaes em mim e estaes resolvido a portar-vos como homens de bem, então me encarrego de procurar a vossa felicidade, expondo a minha propria vida; mas se outros são os vossos sentimentos, se o vosso fito não se dirige somente ao bem da ordem, se pretendeis manchar a gloria que vos póde resultar deste dia e projectais desatinos, então me retiro; ficai e fazei o que quizerdes.» — «Não senhor», responderão todos a uma voz; «nós temos toda a confiança em V. S., toda e toda.» — «Pois bem», disse elle, «descei á praça e approvareis daquelles que hei de nomear os que mais vos merecerem». — O povo se metteu no meio de um circulo formado pelas tropas. O estandarte da Camara foi collocado em uma janella e na mesma se achava o ouvidor, juiz de fóra e vereadores. Em outra janella appareceu o conselheiro e depois de

uma breve e eloquente falla ao povo e tropa, exhortando-as a que se portassem com honra e boa ordem, disse: — *Para presidente do governo provisorio o Illmo. Sr. João Carlos Augusto, que foi até hoje general desta provincia.*» (B. R., 52). (1).

Eis ahi o facto. Emquanto em outras provincias o governador português era posto fóra do governo, em S. Paulo tambem o era, porém para ser reposto logo depois na chefia da provincia. E por quem? Por José Bonifacio, o patriota, o patriarca da independencia! O povo se revolta contra o governador de S. Paulo, consegue a adhesão das tropas da cidade, depõe o capitão-general João Carlos Augusto Oyenhansen, governador, português, fidalgo devotadissimo aos Braganças, tyrannico, e reaccionario contra os liberaes politicos. Esse mesmo povo quer fazer uma eleição, procura para presidente do acto o conterraneo illustre, o sabio Andrada; acclama-o e deseja-o para seo presidente. E que faz elle nessa emergencia?

Falla ao povo e tropas, convence-os com sua eloquencia que se não devia fazer a eleição e sim uma acclamação; que se não devia reagir contra os portuguêses; e faz uma indicação assombrosa: Pede ao povo e tropas que seja presidente de São Paulo o capitão-general João Carlos Augusto Oyenhansen, isto é, o governador português deposto pela revolução, esse mesmo que por seos actos arbitrarios e reaccionarios determinara o movimento revoltoso! Entretanto, houve, diz o narrador, citado acima, cidadãos que disseram: «*Snr. conselheiro, nós não queremos no governo aquelles que até agora têm sido nossos oppressores*». E não valeu o protesto. A eloquencia de José Bonifacio repoz no governo o chefe português detestado pelo povo, e com isso granjeou a confiança de Pedro I e a amizade da

(1) Descripção publicada pelo jornal *O Espelho*, de 12 de Agosto de 1821.

princeza Leopoldina, que, austriaca, via em Oyenhansen um fidalgo de linhagem austriaca. E isso mais tarde lhe valeu o ministerio. Que differença do que aconteceu em Pernambuco e Alagôas, por exemplo!

Pois esse acto de Bonifacio não foi uma traição ao partido independencista, aos revolucionarios paulistas, aos interesses da emancipação politica do país? O povo queria-o para presidente e elle fez presidente o governador deposto, suggestionando esse mesmo povo paulista. Mas José Bonifacio foi o fautor da revolução paulista de 23 de junho de 1821, da qual resultou a junta governativa? Absolutamente, não.

Quem fez o movimento foi a Maçonaria, que agiu em S. Paulo por intermedio dos irmãos Alvins, maçons e nacionalistas. Eis o que nos conta o brigadeiro Machado de Oliveira (Obras escolhidas, volume I, pags. 326-327):

— « Designado para esse fim o dia 23 de junho, e feitos os avisos para a reunião popular na praça de São Gonçalo, no que desempenhou sobre todos a maior diligencia o benemerito cidadão José Innocencio Alves Alvim, paulista de quem só ha recordações honrosas, começando então sua carreira de dedicações pelas liberdades publicas de que jámais se desviou, e se fez distincto pela nobreza de seu caracter e firmeza de suas convicções. Ao alvorecer desse dia (23 de junho), ouviu-se o som de alarma, partido do sino da cadêa, tangido por José Innocencio, tendo a seu lado seu irmão Joaquim Alvim; e era esse o signal convencionado para a juncção do povo e tropa. Esse cidadão, logo que se viu rodeado do povo e por elle vivamente victoriado, e que a tropa se apresentára alli em formatura com seus chefes, levantou vivas á religião, ao systema constitucional, ás bazes da constituição, ao principe regente e ao governo provisorio que ia installar-se. Conheceu-se então na vontade geral a conveniencia de se pedir a presença do conselheiro Andrada e para esse fim

dirigiu-se-lhe uma deputação de officiaes, que, com sua *annuencia,* o acompanhou ao paço da camara.»

Repare-se bem: COM SUA ANNUENCIA. José Bonifacio, convidado, *annuiu,* isto é, *adheriu* ao movimento. Não o fez, não o preparou, e vendo-o triumphante, *annuiu, adheriu e trahiu-o,* repondo no governo o detestado governador português João Carlos Augusto de Oyenhausen! Bellissimo patriota! Bellissimo amigo da emancipação politica do Brasil!

Mas, não é tudo. Sendo vice-presidente de São Paulo, em fins de 1821, deu instrucções particulares aos deputados paulistas para que evitassem a todo o transe a separação do Brasil de Portugal.

Essas instrucções encontram-se na Bibliotheca Nacional. Assignadas por José Bonifacio, tendo a data de — S. Paulo, 9 de outubro de 1821 —, são divididas em tres capitulos e subdivididas em artigos. E o artigo 1º do capitulo I, diz que a deputação deve esforçar-se pela «*integridade e indivisibilidade do reino unido* — Portugal e Brasil» (H. C., 84). Assim, em 9 de outubro de 1821, José Bonifacio, como vice-presidente de S. Paulo, dava ordens terminantes aos deputados paulistas nas Côrtes para que combatessem a idéa de independencia do Brasil, pois a tanto equivalia a defesa da «integridade e INDIVISIBILIDADE» do Reino Unido de Portugal e Brasil.

E' que o deputado português Borges Carneiro não tinha ainda feito o seu discurso contra os vencimentos indevidos de José Bonifacio e este ainda era commensal fidalgo do Thesouro português (cerca de um conto de réis por mês, por cargos que não exercia).

E que bello patriota brasileiro!

Em dezembro de 1821, foi feito o ultimo pagamento do thesouro português. Bonifacio zangou-se. O mano Antonio Carlos escreveu-lhe, indignado.

Foi então que veio a S. Paulo Pedro Dias. Ouçamos o que diz um grande historiador:

«Pedro Dias de Macedo Paes Leme foi até Sepetiba, e depois, embarcando em uma canôa, chegou a Santos, e dahi partiu para S. Paulo, em cuja cidade entrou, na noite do dia 23 de dezembro. José Bonifacio estava doente de erysipela em uma cama, fóra da cidade. Apezar da chuva copiosa que cahia naquella noite, Pedro Dias foi á chacara onde estava José Bonifacio.

A visita de Pedro Dias, e áquella hora da noite, o sorprehendeu. O conteudo da carta e as explicações dadas por Pedro Dias o puzeram em agitação e, ao amanhecer o dia, transportou-se para a cidade, convocou a junta, expoz o negocio e propoz que se escrevesse ao Principe, pedindo que não partisse para Portugal, emquanto não chegasse ao Rio de Janeiro uma deputação, que a provincia de S. Paulo ia mandar para explicar a Sua Alteza os motivos do pedido». (M. Moraes, *Brasil Reino*, pags. 87-88).

Eis ahi. Ainda o acto de 24 de dezembro de 1821, não foi expontaneo: convidado, por intermedio de Pedro Dias, pela Maçonaria e pelo Rio de Janeiro, para escrever ao principe D. Pedro em nome de S. Paulo, José Bonifacio *adheriu* á idéa, accedeu ao pedido. A carta de 24 de dezembro de 1821 não foi o resultado de uma explosão patriotica, mas sim o resultado dum pedido, duma suggestão!

José Bonifacio não foi escolhido para ir ao Rio fallar com o principe em nome do governo de S. Paulo.

Si fez tal, deveu-o ao acaso. O escolhido foi Martim Francisco, que, adoecendo, mandou o irmão.

E' o que nos conta o historiador citado, na pag. 92, de sua Historia da Constituição:

— «Esperava-se com anciedade pela resposta de S. Paulo. A's 8 horas da noite do dia de 1º de janeiro de 1822, Pedro Dias entregou o officio da

junta provisoria do governo de S. Paulo. José Bonifacio não escreveu, porém Martim Francisco respondeu ao capitão-mór José Joaquim da Rocha, por uma carta muito laconica, na qual, sem entrar em outros pormenores, dizia tão sómente estas memoraveis palavras:

— «Nunca quiz entrar em revolução, porque conhecia a pouca madureza dos meus patricios, porém agora, como a necessidade insta, mostrarei para quanto póde em mim o amor da minha patria». De Minas as noticias não foram tão satisfactorias, como eram de esperar.

O portador que levou as cartas para o desembargador vice-presidente José Teixeira da Fonseca Vasconcellos e para outras pessoas de Villa Rica e Marianna, conduzio-se de modo que fez suspeitar-se na capital daquella provincia, que não eram sinceras as propostas do Rio de Janeiro ou que ahi se apparentava uma cousa para se fazer outra. Dahi veio a demora em que se achou Minas em relação a S. Paulo para acudir ao reclamo do Rio de Janeiro; e dahi veio tambem a perturbação que houve em se mandar mensageiro daquella provincia com apparencias de republicanismo. O governo de São Paulo designou, para vir ao Rio de Janeiro pedir a *ficada* do Principe, a Martim Francisco, mas como adoecesse, este encarregou de o substituir a José Bonifacio.

O governo de Minas designou para egual fim ao seu vice-presidente desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.»

Disso se conclue que só accidentalmente José Bonifacio foi representante de S. Paulo para ir ao Rio pedir ao principe que ficasse no Brasil.

Varnhagem, visconde de Porto Seguro, em sua Historia da Independencia, editada pelo Instituto Historico do Brasil, diz, na pag. 147, que a *ficada* do principe no Brasil (9 de janeiro de 1822), foi

devida ao Rio de Janeiro, que convidou Minas e S. Paulo, este por intermedio de Pedro Dias. O mesmo historiador, na pag. 173 da citada obra, escreve:

— « Não agradou muito a idéa (o conselho de procuradores, decreto de 16 de fevereiro de 1822) ao ministerio (presidido por Bonifacio), talvez por não ser de iniciativa sua ». Assim, José Bonifacio desagradou-se com o conselho dos procuradores, terceiro passo de nossa independencia. Onde seo patriotismo?

Ainda o mesmo historiador, na mesma obra citada, pag. 147:

— « Recorreu então a Camara ao pedido de convocação de uma Constituinte (passo principal de nossa independencia) e José Bonifacio aconselhou ao principe uma resposta evasiva ». A Camara pediu a Constituinte e Bonifacio aconselhou uma resposta evasiva. E a Constituinte era a independencia! Os procuradores dos Estados pediram ao principe d. Pedro a convocação da Constituinte. A representação de 3 de junho de 1822 foi feita por Gonçalves Lédo. Não podendo contraria-la, Bonifacio conformou-se com ella:

— « Estremeceram os ministros (entre os quaes Bonifacio) com a audacia das proposições proferidas por Lédo que nenhuma leitura prévia lhes havia feito da mencionada representação; porém reconhecendo o estado de effervescencia popular e a impossibilidade de se opporem no mais minimo á torrente sem serem por ella derribados, apressaram-se a escrever na propria representação de Lédo... que com ella se conformavam. » (Varnhagem, *Historia da Independencia*, pag. 136). Assim, não tendo forças para impedir a Assembléa Geral, pedida e decretada em 3 de junho de 1822, o ministro Bonifacio conformou-se com o caso para não ser derribado do poder. E a

Assembléa Constituinte equivalia á independencia! Grande patriota!

Em 20 de agosto de 1822 foi decidida a independencia do Brasil em sessão da Maçonaria, presidida por Gonçalves Lédo, contra a vontade de Bonifacio que se recusou a comparecer ao acto. Egualmente em 17 de setembro de 1822, na sessão em que d. Pedro foi proclamado imperador do Brasil. E onde estaria o patriota Bonifacio?

Si José Bonifacio, em carta entregue ao principe d. Pedro em 7 de setembro de 1822, no Ipiranga, o incitou á independencia, é porque nos officios, vindos de Lisbôa, as Côrtes ordenavam a ida immediata do principe para Portugal e a prisão e processo do seo ministro José Bonifacio!

Assim, vimos que José Bonifacio não fez o movimento de 23 de junho de 1821 em S. Paulo; não fez, de *motu proprio*, a representação de 24 de dezembro de 1821; só foi ao Rio de Janeiro pedir ao principe que ficasse no Brasil, porque adoeceu o seu irmão Martim Francisco; oppôz-se aos decretos de 16 de fevereiro e de 3 de junho de 1821, que construiram, na verdade, a nossa independencia: não foi á loja maçonica, de que fazia parte, na importantissima reunião de 20 de agosto de 1822, em que se decidiu a nossa emancipação politica... E onde estaria o seo patriotismo?

Bonifacio era um opportunista. Elle mesmo o confessou em carta ao conde do Funchal: «He fado meo: quasi nunca faço a tempo o que devo e quero, mas, sempre, o que de mim exigem as circumstancias.»

NOTA:—No livro «O homem da Independencia», editado por Weisflog Irmãos, fazemos um estudo completo sobre José Bonifacio e o seu pseudo patriarcado.

CAPITULO IV

A independencia e a separação

CAPITULO IV

A independencia e a separação

Ha cem annos, ainda vermelhava na rotina dos brasileiros o quadro sangrento da revolução de 17. Apesar disso, latejava em todas as consciencias nativistas o sentimento patrio. Prepara-se outra revolução, esta no Rio, devendo explodir em maio de 1821. O chefe era o jornalista Gonçalves Lédo, coadjuvado, efficazmente, pelo almirante Rodrigo Pinto Guedes, brigadeiro Felisberto Caldeira Brant, pelo juiz da alfandega Targini e desembargadores do paço Luiz José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa. Os galfarros da policia, porém, descobriram o trama, e em 5 de março de 1821 foram presos alguns dos conjurados. Iniciada a devassa, viu-se logo a impossibilidade de um castigo, pois entre os conspiradores figuravam amigos intimos de d. João VI, commensaes do Paço. O que havia de melhor no Rio de Janeiro pretendia a separação do Brasil, ou seja a desaggregação do reino unido. Além de fidalgos, juizes, altos funccionarios publicos, negociantes conceituados, na lista revolucionaria se achavam inscriptos os nomes de 38 officiaes das tropas do Rio de Janeiro. Aconselhado pelo conselheiro Thomaz de Villa Nova Portugal, que era o seo mentor politico, d. João VI, pela impossibilidade dum castigo, que inutilizaria para sempre até o proprio conde de Palmella, perdoou a todos, lavrando o decreto de 26 de março de 1821. Esse perdão, comtudo, em vez de apagar a fogueira separatista, acoroçoou-a. Gonçalves Lédo incumbiu a

Felisberto Brant de pedir na Inglaterra o auxilio da carbonaria inglêsa. Para os Estados Unidos, para pleitear o auxilio norte-americano e comprar armamentos, foi Severiano Costa. E para Lisboa, foi o dr. Custodio, irmão de Joaquim Gonçalves Lédo, tendo por intuito fiscalizar o movimento politico de Portugal e intrigar as Côrtes Portuguêsas contra o regente do Brasil.

Em carta de 3 de dezembro de 1821 escrevia Custodio ao seo irmão Joaquim, chefe da conspiração separatista:

— «Aqui tudo vae maravilhosamente, pois começou a fervedura na panella politica. O Borges atacou com vehemencia José Bonifacio de Andrada, esse mesmo bragancista que, como verdadeiro chefe da juncta de S. Paulo, deu instrucções aos seos deputados para trabalharem com afinco pela união Brasil-Portugal. O momento é opportuno para agir. Procure a opportunidade para conseguir o apoio do teimoso conselheiro paulista. Faça chegar ás mãos delle o discurso do Borges proferido com applausos dos portuguêses numa importantissima sessão das Côrtes. O momento é propicio para agir. Inicie, pois, os preparativos do movimento separatista.»

Intelligente e perspicaz, o conselheiro Thomaz Antonio Portugal já previra a fatalidade da separação. E em 6 de março de 21, fallou claramente ao seo amigo e rei as seguintes palavras:

— «A união do Brasil com Portugal não póde durar muito e a obrigação do governo é de a fazer durar o mais que fôr possivel; mas por fim, ha de realizar-se e ainda em tempo de Vossa Magestade. Si Vossa Magestade tem saudades dos berços de seos avós, regresse a Portugal; mas se quer ter a gloria de fundar um grande e poderoso Imperio e fazer desta nação uma das maiores potencias do globo, fique no Brasil. Aonde Vossa Magestade fi-

car é seo; a outra parte ha de perder... — Outro conselho desejava eu dar a Vossa Magestade: desejava que Vossa Magestade visse que os brasileiros já estão muito esclarecidos para serem exclusivamente governados pelos portuguêses.» (193)

Esta carta impressionou sobremaneira d. João VI. Quiz ficar no Brasil. Porém, após muita relutancia, cedeu á vontade de Carlota Joaquina, a rainha dissoluta, odienta e má, que dizia preferir a companhia de uma farrista do bairro baixo de Lisboa a uma brasileira aristocratica da rua da Ajuda ou da rua do Conde. E d. João partiu. Mas antes de partir, prevendo o movimento separatista, aconselhou a seo filho, que, quando estoirasse, se pozesse á sua frente, delle tirando todo o partido possivel. Tal qual foi feito. O pesquizador que mergulhar os olhos em nosso passado, verificará que o quinquenio precedente ao 7 de setembro foi revolucionario, principalmente os annos de 1821 e 22. Aliás, esse fervilhar patriotico de ha cem annos foi descortinado, não sómente pelos chronistas da Independencia, como tambem por escriptores estranjeiros. Um delles é o francês Angliviel de Beauville que aqui esteve em 1821. Em seo livro *L'Empire du Brèsil,* escripto e publicado em 1823, na pag. 90, diz elle:

— «*A 4 de Outubro de 1821 um movimento esteve a ponto de estalar no Rio de Janeiro, sendo affixadas proclamações atrevidas...*»

O velho Moraes retractou perfeitamente a epoca:

— «A independencia estava nos corações de todos os brasileiros; e o seu grito muitas vezes havia chegado aos labios dos que, algumas nobres, mas arriscadas tentativas fizeram em diversos pontos do Brasil para libertarem a patria da vergonhosa tutella de uma metropole. As circumstancias aplainaram e apressaram esse acto, já impossivel de embaraçar-se por mais tempo.» (Mello Moraes, *A Independencia,* pag. 158).

E Varnhagem:

— «... viu-se extraordinariamente alentada a pequena minoria dos clubs que ousara acenar tão cedo com a independencia; e o que se viu de mais extraordinario foi o apresentarem-se alistados, abertamente, a declamarem contra as providencias das Côrtes, centenares de familias inteiras...» (Varnhagem, *Historia da Independencia*, pag. 125).

E Luis Francisco da Veiga:

— «A Independencia do Brasil com a separação, era um facto providencial, irresistivel. Em Portugal todos os homens a previram e presentiram... O Brasil tinha chegado a seu periodo de maioridade e essa maioridade devia tornar-se uma realidade.» (Veiga, *O Primeiro Reinado*, pag. 18).

Ainda um outro, João Romeiro:

— «A proclamação de nossa independencia no dia 7 de setembro de 1822 só podia ter surprehendido a quem estivesse em completa ignorancia da situação do paiz.... Então se falava abertamente nas condições em que o Brasil se achava de poder viver independente e respeitado das demais nações e de poder prosperar e engrandescer-se sem protécção extranha, mas unicamente com os recursos de que dispunha. Em todas as camadas sociaes percebia-se o crepitar do fermento emancipador que tinha contaminado o paiz inteiro.» (Dr. João Romeiro, *De D. João VI á Independencia*, pag. 6).

José Bonifacio veio ao Brasil na occasião em que as aspirações brasileiras se congregavam num esforço supremo, em prol da liberdade, em que a opinião publica, irresistivel e irrefreavel como os vendavaes formidaveis das planicies majestosas de Obi, ia anniquilando os dominadores da nossa grande patria.

A independencia era fatal, era um fructo maduro pendente da arvore, prestes a ser colhido. Em todos os recantos fervilhava o ardor patriotico. Nas

lojas maçonicas, generaes, doutores, juizes, almirantes, funccionarios publicos, capitalistas, fazendeiros, artifices, e até padres dos mais illustres desse tempo, conspiravam. Eis o meio propicio que acolheu José Bonifacio no Brasil. Entretanto, o grande sabio paulista não foi de encontro ás aspirações nacionaes, e procurou marasmar, na medida do possivel, o movimento nativista que crepitava em toda a parte. Percebendo depois que sua acção era inefficaz, acompanhou a onda nacionalista quando esta já avassalava tudo, vencendo as ultimas resistencias. E o movimento foi tão violento e irrefreavel que o proprio principe regente o comprehendeu, communicando-o ao real pae, em carta secreta, no seguinte topico:

— «Eu ainda me lembro, e me lembrarei sempre do que Vossa Magestade me disse, antes de partir dois dias, no seu quarto (Pedro, si o Brasil se separar, antes seja para ti, que me has de respeitar do que para algum desses aventureiros). — Foi chegado o momento da separação...»

Eis ahi o que era o Brasil politico de ha 100 annos. E' preciso convir, porém, que em 1822 o Brasil já era independente. O que desejava era a separação, e não a independencia, que já tinha, havia meia duzia de annos. O 7 de setembro poderá representar a nossa separação do Reino Unido, porem não a nossa liberdade. E' o que vamos vêr.

O congresso de Vienna, que ia decidir os destinos da Europa, após a queda de Napoleão em Waterloo, reuniu-se em outubro de 1814 e encerrou-se em 9 de junho de 1815. Visando a paz européa, alli compareceram as grandes e pequenas potencias. Representante da nação vencida era Talleyrand, principe de Benevente.

Portugal entrava para o Congresso como potencia de terceira ordem e estas não tinham direito

de discussão, nem ingresso no recinto das reuniões, sendo apenas consultadas na ante-camara. O português Araujo, conde de Barca, amigo intimo de Talleyrand, affeiçoado ao Brasil, grande estadista, conhecedor profundo dos bastidores da politica européa, lembrou ao embaixador da França a conveniencia de se elevar o Brasil a reino, ficando assim Portugal classificado como grande potencia, de accordo com os requisitos exigidos pelo citado congresso. Figurando o Brasil, enorme região, com vastos recursos economicos, como séde do governo português, e reino, a influencia portuguêsa seria maior. O conde de Barca enviou ao principe de Benevente, para comprar essa pretensão dos grandes embaixadores, a quantia de 1.000.000 de cruzados (1.000 contos de reis). Talleyrand guiou então os passos do conde de Palmella, embaixador português, para se conseguir a elevação do Brasil em reino. O astuto Palmella mandou ao Rio um mensageiro que conseguiu de d. João VI (então principe regente) o necessario decreto, e as credenciaes de réprésentantes de Portugal a d. Pedro de Sousa Holstein, d. Joaquim Lobo da Silveira e Antonio de Saldanha.

Estes, como embaixadores do Reino-Unido do Brasil e Portugal, proclamado grande potencia em consequencia da elevação do Brasil em reino, tomaram então assento no recinto das deliberações, com voz activa nas discussões. E assim foi o Reino-Unido do Brasil e Portugal inscripto no ról das 8 grandes potencias (em 1815) que em Vienna decidiram a sorte da Europa. Entretanto, apesar de já estar figurando como reino na Europa pela ordem régia enviada ao conde de Palmella, os brasileiros não tinham ainda conhecimento desse faustoso acto, pois elle se fizera em sigillo na côrte de S. Christovam. Ahi se estabeleceu uma formidavel lucta de intrigas: de um lado, d. João querendo sustentar seo acto que elevou o Brasil a reino; de outro, Carlota

Joaquina e meia duzia de fidalgos portuguêses procurando annular a decisão do principe regente. Este titubeou algum tempo e si não fôra a habilidade do marquês de Aguiar e a influencia decisiva do conselheiro Thomaz de Villa-Nova Portugal, o acto seria annulado. Eis ahi porque, tendo sido elevado a reino em 1814, sómente em 16 de dezembro de 1815 esse acto se tornou publico, com o seguinte decreto:

— « D. João, por graça de Deos Principe Regente de Portugal e Algarves, etc. — Faço saber aos que a presente carta de lei virem que, tendo constantemente em meu Real animo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados que a Providencia divina confiou ao meu soberano regimen, e dando ao mesmo tempo a importancia devida á vastidão e localidade dos meus dominios da America, a copia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que elles em si contem; e outrosim, quanto seja vantajoso aos meus fieis vassallos em geral uma perfeita união e identidade entre os meus reinos de Portugal e dos Algarves, e os meus dominios do Brasil, erigindo estes áquella graduação e cathegoria politica, que, pelos sobreditos predicados lhes deve competir, e na qual os ditos meus dominios já foram considerados pelos plenipotenciarios das potencias que formaram o Congresso de Vienna, assim no tratado de Alliança concluido aos 8 de abril do corrente anno, como no tratado final do mesmo congresso, sou, portanto, servido e me apraz ordenar o seguinte:

1.º) *Que desde a publicação desta carta de lei o Estado do Brasil seja elevado á dignidade, preeminencia e denominação de — Reino do Brasil;*

2.º) *Que os meus reinos de Portugal e Algarves e Brasil formem de ora em deante um só e unico reino debaixo do titulo de Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves;*

3.º) *Que aos titulos inherentes á coroa de Portugal e de que até agora hei feito uso, se substitua em todos os diplomas, cartas de leis, alvarás, provisões e actos publicos o novo titulo de Principe Regente do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, d'aquem e d'alem-mar em Africa, de Guiné e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, da Arabia, da Persia e da India,* etc.

E esta se cumprirá como nella se contem, pelo que mando, etc.

Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos 16 de Dezembro de 1815. — *Principe* (com guarda). — *Marquez de Aguiar* (com os registros competentes).»

Egualado a Portugal, elevado a reino, constituindo a séde do governo do Reino Unido, sendo o mais rico e o maior, haverá quem possa negar que o Brasil não obteve sua independencia no dia 16 de dezembro de 1815? Certamente, não. O decreto desse dia representa, em verdade, nossa liberdade. E Portugal, na união, estava subordinado ao Brasil, porque as leis eram feitas aqui e mandadas para lá. Aqui estava o thezouro real, aqui estava a côrte, aqui estava o rei, aqui estava o ministerio. Lá, um simples governador, que dirigia Portugal e Algarves em nome de d. João VI. Si o Brasil, pelo decreto de 16 de dezembro de 1815 foi egualado a Portugal *com a mesma dignidade, preeminencia e denominação,* e com a vantagem de possuir a côrte, o thezouro real, o rei, ditando leis á parte restante da união, como se pode dizer que os brasileiros não eram independentes? Por que o monarca era portugués? Mas Pedro I, imperador do Brasil, tambem era portuguêS. Tanto era independente que houve em Portugal um formidavel movimento para destruir a independencia do Brasil, oriunda do decreto joanino de 1815, dando em resultado, não a nossa independencia, porque já era um facto, mas a nossa separação de Portugal, em 1822.

A's 6 horas da manhã de 26 de abril de 1821, coagido pelas circumstancias, obrigado pelo povo português que se preparava para um importantissimo movimento politico, amedrontado pelas pretenções ao throno, manifestadas pelo duque de Cadaval, d. João VI, com as lagrimas nos olhos, em companhia da familia e côrte, com excepção do primogenito d. Pedro, herdeiro do throno, deixou a bahia de Guanabara em rumo de Lisbôa, onde aportou ás 9 horas da manhã do dia 3 de julho de 1821. Conta o conselheiro Thomaz Portugal que, ao tocar na Bahia, d. João quiz mudar de idéa e ficar no Brasil, no que foi obstado pela rainha Carlota Joaquina, inimiga figadal dos brasileiros. O rei partiu, mas deixou no Rio como principe regente o herdeiro do throno português. Si o Brasil não fosse independente teria um simples governador, e não um principe regente.

D. Pedro, no proprio dia da partida do pae, proclamou aos brasileiros:

D PEDRO, PRINCIPE REGENTE,

AO POVO DO BRASIL

— «A obrigação de attender primeiro que tudo ao interesse geral da nação forçou meu Augusto Pae a deixar-vos e a encarregar-me do cuidado sobre a publica felicidade do Brasil até que de Portugal chegue a constituição e a consolide. E julgando eu mui conveniente nas presentes circumstancias que todos, desde já, conheçam quaes sejam os objectos de administração geral, a que especialmente attenderei, não perco tempo em manifestar que o respeito austero ás leis, vigilancia constante sobre seus explicadores, guerra sobre os ambages com que ellas se desacreditam e enfraquecem, serão os objectos de minha primeira attenção. Altamente agradavel me será antecipar os beneficios da Constituição, que pu-

derem ser conjugaveis com a obediencia das nossas leis. A educação publica, que actualmente exige o mais apurado desvelo do governo será attendida com quanta efficacia couber em meu poder. E porque em semelhante estado se acham a agricultura e commercio do Brasil, não cessarei de procurar quantas facilidades puder ser a favor de tão copiosas fontes de riqueza da nação. Igual attenção prestarei ao interessantissimo artigo das reformas, sem as quaes é impossivel promover liberalmente a publica prosperidade.

Habitantes do Brasil! todas estas intenções serão baldadas se uns poucos mal intencionados *(os republicanos)* conseguirem sua funesta victoria persuadindo-vos de principios anti-sociaes, destructivos de toda a ordem, e diametralmente contrarios ao systema de franqueza que desde já principío a seguir. — PRINCIPE REGENTE.»

Um reino dirigido por um principe regente, com ministerio e assembléa de representantes do povo (a convocada pelo decreto de 3 de junho) não é independente?

O 7 de setembro de 1822 não representa nossa independencia, que já era facto, mas sim nossa separação de Portugal, ou seja o desmembramento do Reino Unido de Portugal e Brasil. Isso, simplesmente. Separação e não independencia.

O Brasil, em 1822, antes do 7 de setembro, tinha um regente, era reino, possuia uma Assembléa para fazer suas leis, não obedecia ás Côrtes Portuguezas, tinha milicias brasileiras, desafiava o governo de Lisbôa, impunha sua vontade ao proprio regente, expulsara de seo territorio as tropas portuguêsas do general Avilez, e impedira o desembarque de outras.

O acto de 9 de janeiro de 1822, resultante das petições do Rio, S. Paulo e Minas, constitue o primeiro passo da separação; o decreto de 16 de fe-

vereiro, criando o «Conselho de Procuradores das Provincias», o segundo; o de 4 de maio, declarando que só seriam observadas as leis decretadas pelo congresso de Lisbôa quando tivessem o — *cumpra-se* — do principe-regente, o terceiro; o decreto de 3 de junho convocando a Assembléa Constituinte do Brasil, o quarto; a proclamação de 7 de setembro, em S. Paulo, o quinto; a acclamação, no Rio, em 12 de outubro, o derradeiro passo. E pelo decreto de 16 de dezembro de 1816 elevando o Brasil a reino, com eguaes direitos e preeminencia ao reino de Portugal, d. João VI fez a nossa independencia; pelo acto de 12 de outubro de 1822 acceitando officialmente o sceptro do imperio do Brasil. d. Pedro fez a separação.

E tanto o 7 de setembro não exprime a nossa liberdade que antes desse dia d. Pedro já a proclamara.

No manifesto aos governos e nações amigas, datado de 6 de agosto de 1822, diz o principe-regente:

— «Cumpre-me expor-lhes succinta, mas verdadeiramente, a serie dos factos e motivos que me tem obrigado a annuir á vontade geral do Brasil que *proclama á face do Universo a sua Independencia Politica;* e quer como Reino Irmão e como Nação grande e poderosa conservar illesos e firmes seus imprescriptiveis direitos, contra os quaes Portugal sempre attentou, e agora mais que nunca...»

Em seo manifesto de 1.º de agosto de 1822, dirigido ao povo do Brasil, diz o principe:

— «Brasileiros! Está acabado o tempo de enganar os homens. Os Governos que ainda querem fundar o seu poder sobre a pretendida ignorancia dos povos, ou sobre antigos erros e abusos, tem de ver o colosso da sua grandeza tombar da fragil base, sobre que se erguera outróra. Foi, por assim o não pensarem, que as Côrtes de Lisboa forçaram

as provincias do Sul do Brasil a sacudir o jugo, que lhes preparavam; foi por assim pensar que eu agora já vejo reunido todo o Brasil em torno de mim, requerendo-me a defesa de seus direitos, e a mantença da sua *liberdade e independencia*. Cumpre-me, portanto, oh! Brasileiros, que eu vos diga a verdade: ouvi-me, pois.

A minha felicidade (convencei-vos) existe na vossa felicidade: *é minha gloria reger um povo brioso, e livre*. Dai-me o exemplo das vossas virtudes, e da vossa união. Serei digno de vós.»

CAPITULO V

A gloria dum fluminense

CAPITULO V

A gloria dum fluminense

Iremos commemorar agora, com festas retumbantes e pomposas, o primeiro centenario da independencia brasileira. Entretanto, o pesquisador que mergulhar os olhos de sua intelligencia no mar politico daquelle tempo de formação social, verá, com assombro, que a figura mais refulgente que ahi se movimenta, não é o ardego primogenito de Carlota Joaquina, tampouco o astuto letrado da terra santista. Maior, em trabalhos pela causa nacional, em abnegação e esforço, é, sem duvida, o fluminense Joaquim Gonçalves Ledo. Foi elle o chefe da reacção anti-lusitana. Foi elle o fundador da Maçonaria Politica, em favor da Independencia. Foi elle o fautor magno da conspiração separatista a que se refere o decreto de 16 de março de 1821, fracassada pela prisão do juiz da alfandega Targini, dos desembargadores do paço Luis José de Carvalho, João Severiano Maciel da Costa e Izidro Francisco Guimarães, e pela fuga do almirante Rodrigo Pinto Guedes, e do brigadeiro Felisberto Caldeira. Foi elle quem, emquanto José Bonifacio recebia dinheiro do governo português (cerca de um conto de réis por mês) para prestar serviço á familia real, desservindo a causa separatista, fundou o jornal *Reverbero Constitucional Fluminense*, que se tornou o porta-voz da campanha nacionalista dos amigos da independencia do Brasil. Foi elle quem, guiando a maçonaria, rodeado de um pugillo glorioso de flu-

minenses, obrigou José Bonifacio e Pedro I a adherirem ao movimento, emancipador, obrando, para tal, com uma habilidade inacreditavel. Foi elle finalmente que accelerou a marcha dos acontecimentos, instigando, com sua palavra de fogo, o sentimento nacional.

Em 4 de dezembro de 1821 dizia o intendente de policia:

— «... pois o movimento da independencia é por demasia generalizado pela obra maldita dos mações astuciosos, com a chefia de Gonçalves Ledo».

E Pedro I, em carta de 30 de dezembro de 1821, informava ao real pae:

— «... Tudo está do mesmo modo... a differença que ha é que dantes a opinião (da independencia) não era geral; hoje é e está muito arraigada.»

Emquanto José Bonifacio recebia grandes proventos do thesouro português, a ponto de provocar o celebre protesto do deputado Borges Carneiro em 30 de outubro de 1821 (*Diario das Côrtes*, n. 213), e recommendava aos paulistas que era impatriotica a nossa separação de Portugal (*Instrucção Politica*, de 9 de outubro de 1821). Emquanto Pedro I dizia, ao pae, em carta de 4 de outubro de 1821: «A independencia tem-se querido cobrir commigo e com a tropa; com nenhum conseguiu, nem conseguirá, porque a minha honra e a della é maior que todo o Brasil; queriam-me e dizem que me querem acclamar imperador; protesto a vossa majestade que nunca serei perjuro e nunca lhe serei falso, e que elles (os brasileiros) farão essa loucura, mas será depois de eu e de todos os portuguezes estarmos feitos em postas»; emquanto esses heróes consagrados no bronze, unidos na mesma lealdade a d. João VI, assim procediam, que fazia Gonçalves Ledo? Trabalhava pela independencia do Brasil, pelo movimento se-

paratista, conspirando e agindo de tal modo, que até nas tropas e no proprio paço e no proprio elemento português conseguia adeptos para a causa santa.

Em 23 de junho de 1821 Gonçalves Ledo, por intermedio de seos agentes, os irmãos Alvins, derrubou, em S. Paulo, o governo tyrannico do capitão-general João Carlos Oyenhausen; José Bonifacio repo-lo na governança.

Em 23 de dezembro de 1821, por inspiração de Ledo, e em nome do Rio de Janeiro, Pedro Dias chegou a S. Paulo com a seguinte incumbencia: convidar José Bonifacio para um movimento politico. E Bonifacio ante probabilidades de exito, «aquiesceu» ao pedido, escrevendo a celebre carta de 24 de dezembro de 1821.

A permanencia de Pedro I no Brasil foi obra de Gonçalves Ledo e não de José Bonifacio.

O decreto de 16 de fevereiro de 1822, idem; o de 4 de maio (exigencia do «cumpra-se»), idem; a petição de 23 de maio de 1822, idem; o decreto de 3 de junho, acto mais importante do que o 7 de setembro, idem; a entrada de d. Pedro I para a Maçonaria, idem (1); finalmente, foi Gonçalves Ledo quem na sessão Grande Oriente Maçonico, de 20 de agosto de 1822, antes de Pedro I, deu o grito da independencia brasileira. Eis um trecho da acta (Livro I, anno 1822, Archivo do Grande Oriente):

— «... dirigio elle (Ledo) do sólio um energico e fundado discurso, demonstrando com as mais solidas razões que as actuaes circumstancias politicas da nossa patria — o rico, fertil e poderoso Brasil — demandam e *exigem imperiosamente* que a sua categoria seja *inabalavelmente* firmada com a proclamação da nossa Independencia».

Em carta de 23 de julho de 1821, dizia elle ao conego Januario:

(1) Vasconcellos Drummond, em suas Memorias, conta que Bonifacio a principio se oppoz á entrada de Pedro I na Maçonaria.

— «. . . é preciso que façamos sacrificios para a divulgação do *Reverbero Constitucional,* o nosso querido *Reverbero,* que é o clarim das liberdades nacionaes. Que não haja sacrificios capazes de impedir a sua publicação. Continuemos firmes em nossa propaganda. Perdi a esperança de chamar para o nosso Gremio o conselheiro Andrada. Convirá tentar mais uma vez? Os acontecimentos de 23 desilludiram-me.»

Em 1 de novembro de 1822, perseguido pelas iras de José Bonifacio, a quem derrotára numa eleição, e de Pedro I, a quem dissera uma verdade amarga, Gonçalves Ledo refugiou-se numa fazenda de S. Gonçalo. O conego Thomaz de Aquino, amigo de José Bonifacio, declarou, na devassa de 31 de outubro, que, si lhe perdoassem o assassinato, arrancaria as tripas de Joaquim Gonçalves Ledo.

Diz o barão do Rio Branco, annotando a *Historia da Independencia,* de Varnhagen:

— «O consul da Suecia, Lourenço Westine, facilitou-lhe (a Ledo) o embarque para Buenos Aires em um navio mercante de sua nação. A vida de Gonçalves Ledo correu perigos aquelles dias. Os capangas (de José Bonifacio e Pedro I) José de Oliveira, Porto Seguro, Miquelina e outros pediam em altas vozes a sua cabeça.» (pag. 228).

Dirigindo-se a d. Pedro, em carta datada de 2 de novembro de 1822, diz o nobre perseguido:

— «Póde a força privar-me da vida, e da fazenda, que por ora é a que herdei de meus paes; mas não da honra, que é haver da opinião publica, que eu muito prezo... O publico deve ser instruido da verdade em assumpto em que se promette o seu socego; quem for culpado deve ser castigado.»

Deputado diversas vezes, politico dos mais illustres, nunca recebeu um vintem siquer do erario publico, pois recusara o subsidio.

Mais tarde, quando morreu José Bonifacio, o

grande fluminense, em carta a José Clemente Pereira, disse:

— «... Não vivo para sugar o Thesouro como os Andradas fizeram e fazem. Nunca fui pezado ao meu paiz e delle jámais recebi paga pelos meus serviços, pois sempre o servi abnegadamente, recusando qualquer recompensa material, como você sabe. José Bonifacio perseguiu-me tenazmente e implacavelmente porque o meu prestigio popular fazia-lhe mal. E por isso tributou-me o mais infernal odio que uma creatura humana póde ter. Combateu-me por todos os meios possiveis, confiscou-me propriedades, expulsou-me de minha patria, calumniou-me chamando-me vendido aos inimigos de Buenos Aires, tirou de sua intelligencia a mais ferina satyra, fez-me todo o mal que poude, mas morreu agora e a ultima pá de terra jogada pelo coveiro levará o meu ultimo resentimento e nada mais direi sobre esse grande espirito que se apagou.

E penso e quero e rogo que você esqueça tambem todos os males que elle nos fez e vá á Maçonaria dizer algumas palavras sobre esse illustre brasileiro, que no governo não soube vencer-se a si proprio, ao seu orgulho desmedido, á sua vaidade e ao seu temperamento despotico; mas que nem por isso deixou de prestar serviços ao paiz, com a sua grande intelligencia. E lembre-se você do que se dizia em Roma: — *De mortius nihil nisi bene...* Que do morto não se fale senão o que tinha de bom.

Esqueçam-se os defeitos. Pediu elle no testamento que a nação auxilie sua filha Narcisa e pague na pessoa do seu futuro genro os serviços que prestou ao Brasil. Aconselharei aos meus amigos e aconselharei principalmente a você que trabalhem para esse fim... — Meu amigo, estou enojado de politica. Fiz o que pude pela patria. Hoje farei o que puder pelo meu socego, e cultivarei a terra, nossa abençoada mãe, que não tem as ingratidões da po-

litica e dos reis. Mas não direi, como respondeu José Bonifacio aos juizes, que me arrependi por ter trabalhado pela independencia. A Independencia não fui eu, não fomos nós, não foi José Bonifacio, nem Pedro I, que a fez. Foi a vinda de d. João VI ao Brasil, foi o decreto de 16 de dezembro de 1815, foi a estupidez das côrtes portuguezas querendo recolonizar o Brasil, foi a vontade popular exigindo do principe a Assembléa Constituinte (facho luminoso de toda a historia da independencia, facto culminante), foi emfim a fatalidade do tempo. A Independencia dum povo não póde ser feita por um só homem... — E' obra da opinião publica que é soberana, que é invencivel quando lateja a consciencia nacional na ansia de liberdade, anniquilando despotas e tyrannos...»

Haverá pagina mais vibrante do que essa que ora transcrevemos? Nella se photographa a acuidade de um grande espirito, a sublimidade de uma nobre alma, as estuações dum grandioso sentimento de patriota.

Pois bem. O fluminense Joaquim Gonçalves Ledo, que foi o principal constructor de nossa independencia, conforme pudemos verificar em estudo dos acontecimentos politicos dessa epoca, não é lembrado pela patria ingrata, que levantou monumentos a José Bonifacio e a Pedro I, simples adhesistas.

Nem a homenagem de uma praça ou de uma rua tem o glorioso esquecido.

Mas ainda é tempo. Ao governo fluminense, ao povo fluminense, compete a nobre empreza de focalizar agora, no primeiro centenario da independencia, a figura augusta, abnegada e empolgante de Joaquim Gonçalves Ledo, o tribuno, o jornalista, o chefe verdadeiro da revolução emancipadora de 1822. E ainda que tardiamente, como se fez com Felippe dos Santos, a patria lhe seja agradecida, dando-lhe nas paginas da Historia o pedestal que lhe cabe.

CAPITULO VI

Deodoro e a questão militar

CAPITULO VI

Deodoro e a questao militar

O manifesto de 3 de dezembro de 1870 causou ao espirito publico o effeito de uma vistosa girandola.

Isso, simplesmente. Os partidos monarchicos (tanto o liberal como o conservador) eram fortemente amparados na formidavel machina eleitoral manejada de accôrdo com a vontade do imperador. Mais tarde, intensificada a propaganda, os republicanos conseguiram alguns logares na representação nacional. Mesmo em 89, em vesperas da revolução, o partido republicano demonstrava a sua fraqueza, pois em S. Paulo, reducto da idéa democratica, o chefe revolucionario Campos Salles fôra estrondosamente derrotado pelo dr. Silveira Cintra, filho do liberal barão de Campinas, e Prudente de Moraes pelo conde de Pinhal. Si os republicanos não soubessem tirar partido da questão militar, absolutamente não teriam forças sufficientes para um movimento revolucionario. No Brasil só triumpharão revoluções chefiadas por chefes militares de grande prestigio na classe e em contacto com a engrenagem militar. Foi o que succedeu com a Republica e, pouco depois, com a deposição de Deodoro. No primeiro caso, Deodoro era o chefe querido das forças militares do Rio. No segundo, Custodio dominava soberanamente a Armada Nacional e contava com o apoio do marechal Floriano, vice-presidente da Republica.

Revolução popular é que não conseguiria coisa alguma. E o povo, diga-se a verdade, era profunda-

mente monarchista em 89. O imperador constituia um idolo nacional, merecidamente.

Assim, o historiador que mergulhar os olhos argutos da analyse na sombra do passado ficará certo de que foi a questão militar a geratriz verdadeira da Republica. E como principiou essa questão?

Foi em 1886. Na Camara, um deputado censurou acremente o coronel Cunha Mattos. Este e seu amigo tenente-coronel Madureira rebateram, pela imprensa, as accusações assacadas no parlamento nacional. Diziam que a farda e a espada não lhes suffocavam a dignidade de homens e que indiscutivelmente a lei lhes permittia o direito de manifestarem o seo pensamento na defesa de uma prerogativa da classe militar.

Alfredo Chaves, ministro da Guerra, reprehendeu-os severamente e expediu a todos os corpos do Exercito e repartições annexas uma circular em que firmava a doutrina da illegalidade das manifestações, pela imprensa, do pensamento de militares.

Era o rastilho de polvora que iria incendiar as consciencias dos soldados e que tres annos depois provocaria a explosão de 15 de novembro. Em toda a parte os militares protestaram.

Nessa época commandava a região militar de Porto Alegre o general Deodoro da Fonseca. Valente e resoluto, aspero mas bondoso, impulsivo mas querido, Deodoro immediatamente se poz ao lado dos camaradas, contra o ministerio. E em Porto Alegre permittiu que se fizesse uma reunião militar de protesto. Fez mais ainda: adheriu ao que nella se resolveu.

Esse acto de Deodoro foi uma revelação para o presidente do Conselho, o barão de Cotegipe. Reconhecendo o alevantado prestigio de Deodoro, prevendo as consequencias de uma represalia immediata, Cotegipe tentou afasta-lo do movimento. Mas o general, em correspondencia que se encon-

tra no Archivo Militar, declarou peremptoriamente que era solidario com os seos collegas e que «si elle proprio não tomara a iniciativa, fôra porque os cargos que exercia lhe impunham o dever de falar pessoalmente, e não collectivamente, ao governo, em nome dos militares, levantando as suas queixas.»

Cotegipe tentou suborna-lo. Offereceu-lhe uma cadeira de senador e o titulo de barão ou visconde. Deodoro, soldado desprendido de vaidades, sincero e bom, respondeu altivamente. E expandiu-se:

«*A minha resposta é que as cadeiras do Senado devem ser offerecidas aos politicos, e aos que se julgarem aptos para serem legisladores; e que, quanto aos titulos nobiliarchicos, eu me contentarei com a fidalguia dos sentimentos. Quero ser simples soldado, e portanto recuso uma e outra coisa, preferindo antes de tudo ficar ao lado dos meus irmãos de armas.*»

Espirito arguto e de uma habilidade sem par, o ministro Cotegipe tirou Deodoro do Rio Grande, onde estava como chefe da região militar e vice-presidente da provincia.

Chamou-o para o Rio. Deodoro veio, mas, contra a praxe até então adoptada, não visitou o presidente do Conselho, e, como um cartel de desafio, convocou uma reunião militar, que teve logar em 2 de fevereiro de 1887. Cerca de duzentos officiaes ahi estiveram e receberam Deodoro sob uma catadupa de palmas.

Secretariado pelo coronel Simeão e tenente-coronel Madureira, tendo tambem ao lado o republicano e positivista Benjamin Constant, Deodoro abriu a sessão. Madureira leu quatro artigos de moção francamente revolucionaria, assignada por officiaes de terra e mar. Approvada sob applausos, e sem discussão, Deodoro, confessando que elle e sua familia muito deviam ao imperador, poz-se á frente

do Exercito, e de fronte erguida desafiou o governo, com palavras vehementissimas. Em 5 de fevereiro de 1887 escreveu ao imperador, transmittindo-lhe as queixas do Exercito. E terminava:

— «*E, pois, Imperial Senhor, com o mais profundo respeito, venho em nome da classe militar, ante V. M. e peço-lhe se digne de attender á questão e resolvel-a com aquella inteireza e jusstiça que preside a todos os actos de V. M. I.*».

Essa carta, aliás escripta em termos palacianos, ficou sem resposta. O governo desprezava o Exercito. Preparava-se para uma reacção, da qual seria a primeira victima o mesmo Deodoro.

Encorajado pelas manifestações militares e civis de que era alvo no Rio de Janeiro, cercado pelo apoio de toda a classe, Deodoro dirige-se novamente ao imperador e diz-lhe que escolha: ou attenda á queixa do exercito, ou conceda a sua demissão de serviços publicos. Eis a sua carta:

— «Rio, 12 de fevereiro de 1887. Senhor. — Eis-me ainda, e sempre com mais profundo amor e respeito e a maior lealdade, ante o throno de V. M. I., deprecando, por mim e pelos meus companheiros de armas, a justiça que nos falta. Attendei, Senhor! O que os militares pedem é tão justo e tão pouco — o reparo de uma injustiça que os affronta e vilipendia ao vosso exercito, senhor, ao exercito a que pertence o vosso inclyto genro, Senhor, pois a causa tem tanto de digna como de grave. E, não somos nós os militares que o sentimos; o povo tambem o comprehende e, como que se associa ao nosso desgosto. A causa é muito séria, Senhor, e sómente quem, por um lado não tiver a intuição do brio e pundonor militar, e por outro quem não cogitar das consequencias a advir, póde encarar descuidado a tormenta que se annuncia. Senhor, vosso ministerio vos atraiçôa, pelo menos nesta causa. Tem exasperado o exercito e o provoca á reacção. Eu,

nascido e creado, como todos os de minha familia, no mais acrysolado devotamento ao imperador; eu que me prezo de ser fiel, franco e leal, eu que altamente confio em V. M. Imperial, espero de vós justiça, essa justiça que nos nega o secretario de Estado de V. M., nos negocios da guerra. Sinto-me receioso, pesaroso, de incorrer no desagrado de V. M.; mas, senhor, a ser negada a justiça, terei vergonha da farda que visto, eu que me orgulho de pertencer ao exercito, e nesse caso será uma vérdadeira graça, Senhor, a exoneração do serviço. De V. M. Imperial, subdito reverente. — *Manoel Deodoro da Fonseca.*»

O imperador não respondeu.

Cotegipe, no Senado, pediu, com energia, represalias que abafassem a indisciplina. Foi então que o senador visconde de Pelotas, glorioso vencedor de Cerro-Corá, pediu a palavra e com a maior sinceridade disse que se jogava na questão a propria dymnastia imperial, o throno.

Riu-se Cotegipe, e Pelotas, solemnemente, se ergueu, olhou com olhares acerados o ministro afoito e disse:

— «O nobre presidente do conselho terminou rindo-se, e o seu riso me contristou. Nós estamos atravessando um momento grave, e s. ex. não lhe dá importancia. Confiado no seu valor, porque já nos disse que não tinha mêdo, deixa-nos cheios de apprehensões e de receios. Um de nós dois está inteiramente illudido nesta questão. Declaro com toda franqueza que queria ser eu o enganado. Desgraçadamente, parece que é s. ex.... Peço encarecidamente ao nobre presidente do conselho que reconsidere o seu acto, por amor a este paiz, não por satisfação a mim que pouco ou nada valho. Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apezar de confiar o nobre presidente na força

armada que tem ás suas ordens. Taes serão as circumstancias, que póde ser que ella falte.»

Era a voz do exercito que ainda tentava salvar o throno combalido.

O senador Gaspar da Silveira Martins tomou, então, a palavra e enfrentou com vantagem a dialectica de Cotegipe. Terminou apresentando a celebre moção *convidando* o governo para declarar sem effeito a reprehensão dirigida aos officiaes pelo ministro da Guerra. Approvada, acceitou-a Cotegipe, — *com alguns arranhões em sua dignidade,* disse elle.

Em fins de fevereiro de 1888 surge nova questão.

O governo preparava uma acintosa força policial para enfrentar o Exercito e a Marinha. Uma occasião, certo official de Marinha foi affectado das faculdades mentaes. Preso pelos soldados de policia, foi por estes barbaramente espancado. Surgiu uma questão gravissima. A Marinha quiz um desagravo. Nas ruas do Rio de Janeiro os marinheiros e os policiaes atiravam-se valentemente uns contra os outros, como chacaes enfurecidos. A officialidade naval reuniu-se e resolveu representar collectivamente á princeza regente. O ajudante-general da Marinha prohibiu tal representação, ameaçando com penas severissimas os subscriptores. Esse acto acabou de destruir as ultimas sympathias da Armada brasileira pelo governo imperial.

Caiu o ministerio. Surgiu o gabinete de 10 de março. Novo incidente militar, provocado em São Paulo pelo chefe de policia, que penetrára, sem as formalidades militares, no quartel do batalhão 17º.

O 17º foi removido para o Rio de uma fórma insolita, e o chefe de policia demittido a bem do serviço publico.

Temendo a presença de Deodoro na Côrte, o governo delicadamente fez vêr ao velho soldado que havia perigo de uma guerra com a Bolivia, e confiado em seo valor, destacava-o para commandante

da região de Mato-Grosso. Era um pretexto, mas Deodoro fingiu não comprehender. E foi. Conta um dos membros desse gabinete que o ministerio queria abonar-lhe larga quantia, pretextando a grande distancia, ao que Deodoro respondeu:

— «Minha familia sou eu e minha mulher. Basta-nos o meu soldo.»

E foi. Impossibilitado de lá continuar, pois a sua saude declinava aos poucos, Deodoro procurou voltar. Na sua ausencia o governo tomára todas as providencias possiveis para vencer o Exercito, com a força policial e com a Guarda Nacional.

Quando Deodoro regressou, já se achava em franca actividade o gabinete de 7 de junho de 1889, isto é, o gabinete Ouro Preto.

Affonso Celso, confiado em sua energia, enfrentou de viseira erguida o Exercito nacional. Já então alteava o collo, explorando habilmente o descontentamento das classes militares, o arregimentado, mas fraco partido republicano.

Advertido por um militar fiel dos manejos republicanos, respondeu-lhe o ministro:

— «Os netos de nossos netos, serão governados pelos netos dos netos de sua majestade.»

E riu-se, com despreso.

Approximavam-se as eleições. Os 7º, 8º e 9º districtos eleitoraes eram o reducto dos republicanos de S. Paulo. Por elles deveriam ser eleitos os dois chefes: Prudente de Moraes e Campos Salles. Mas o governo déra ordens terminantes para a victoria dos monarchicos. E os dois candidatos da idéa republicana foram batidos.

Affonso Celso, diz um historiador da Republica, para conseguir o objectivo traçado, organizara seos planos visando a derrota dos candidatos republicanos, de modo que o partido republicano não pudesse ter um só orgão no parlamento. Ao mesmo tempo premeditava a reorganização da guarda na-

cional, afim de poder dispensar e dissolver o Exercito.

Medidas diversas confirmaram as intenções do ministro e atiraram aos braços dos republicanos os militares perseguidos. Officiaes de grande prestigio eram destacados para o norte longinquo e para o centro inhospito do país. Latejou mais que nunca a questão militar. A casa de Deodoro foi theatro de conspirações. E essa questão militar que se apresentava como um tumor maligno no corpo debilitado da dymnastia bragantina chegara ao estado resolutivo.

Transformara-se em questão *institucional*.

O throno era o inimigo commum dos militares e dos republicanos. E na lei natural da defesa os perseguidos se colligaram.

No dia 13 de novembro o artigo de Ruy no «Diario de Noticias» — *Crime contra a nação*, foi o toque de clarim annunciando a alvorada da Republica. Nesse mesmo dia, á noite, disse-nos ha pouco o conselheiro Ruy Barbosa, foi elle convidado para uma reunião na casa de Deodoro.

Lá se combinou a proclamação da Republica.

O novo ministerio revolucionario já ficára organizado.

No dia 15 explodiu o movimento. Querem hoje negar a Deodoro a honra de ter sido o proclamador da Republica. Ruy diz que foi elle; Floriano, em sua carta de 20 de junho de 1895, datada de Divisa, affirma que foram Benjamin Constant e Deodoro os proclamadores. Si no dia 13 já estava assentada a proclamação da Republica, segundo a affirmação de Ruy, como se admittir que Deodoro ainda a tentasse impedir no dia 15? Depois, o bom senso não está indicando que si o throno não caisse sobreviriam as perseguições?

A verdade, porém, é que quem fez a Republica foi a *Questão Militar*. E o chefe impavido do Exer-

cito, nessa estrondosa luta entre a classe militar e o governo, foi incontestavelmente Deodoro.

Confiado em forças que julgava fieis, Affonso Celso affrontou o Exercito. O governo já estava advertido pela voz leal de Pelotas. As forças poderiam faltar no momento opportuno. Dissera o vencedor de Cerro-Corá: — Taes serão as circumstancias, que póde ser que ellas faltem!

Em verdade faltaram.

E através da poeira provocada pelo baque estrondoso do throno bragantino, vêem-se na alvorada da Republica duas figuras serenas representando os dois elementos irmanados na consecução de um mesmo fim, na luta contra a prepotencia: Deodoro da Fonseca e Prudente de Moraes. Aquelle, o symbolo do Exercito Nacional, o chefe do governo provisorio; este, o prototypo das virtudes republicanas, o presidente sereno e prestigioso da Constituinte. Aquelle, a alma gloriosa da *Questão Militar;* este, a centelha da *Propaganda Republicana*. Aquelle, a força incontrastavel da espada; este, a avalanche indomita dos ideaes democraticos.

CAPITULO VII

Civilizações mortas

CAPITULO VII

Civilizações mortas

Ha monumentos antigos que perturbam o espirito humano.

Na China vemos as celebres muralhas que protegiam o Imperio do Sol Levante e sobre as quaes assim fallou, ha quatro seculos, o classico Fernão Mendes, em sua «Peregrinação»:

— «Diz a Historia que em vinte e sete annos se fechou o extremo destes dois imperios de ponta a ponta, que é distancia de setenta jãos, que por nossa conta, a razão de 4 leguas e meia por jão, são ao todo trezentas e quinze leguas, na qual obra dizem que trabalharam continuos setecentos e cincoenta mil homens. Este muro vi eu em algumas vezes, e o medi, que é por todo geralmente de seis braças de alto, e quarenta palmos de largo no massiço de parede.»

E mais do que isso, a celebre Torre de Nankin, monumento de 60 metros de altura. As placas desta admiravel torre são de porcellana colorida de todas as côres e os tijolos dourados, que resistiram á acção destruidora de 30 seculos, ainda hoje se vêem com as juncturas tão perfeitas que só a lente as revela.

Na India, a phantastica gruta dos elephantes, em Bombay; o soberbo templo de Virnola-Sah; o formidavel monumento de Tandjore de Faggernat, ante o qual as maiores basilicas do Occidente se desprestigiam, humilhadas; os mysteriosos asylos de Tehianlonbrom, Mahabilopone; Madora; e outros.

No Iran, o glorioso Iran, cujas populações actuaes representam a sombra mesquinha de uma civilização morta, ha o templo de Susa, cujos capiteis causam a admiração profunda da arte soberba do seculo XX. E ante um delles, que se acha no Museo do Louvre, em Paris, ouvimos a exclamação dum estatuario de Roma:

— «*Ma, questo è divino!*»

No Egypto, o maravilhoso templo de Dendera, com suas estatuas magnificas que serviram de inspiração a grandes buriladores do seculo passado. E as pyramides? Ao defronta-las no grande mysterio do Deserto, a potente civilização européa queda-se, humilhada...

Na America, na Bolivia, quasi em nossas fronteiras, o famoso templo de Tihuanaco, á beira do lago Titicaca, ostentando seus formidaveis monolithos, suas maravilhosas escadarias, gastas pelas peregrinações de milhares de gerações anteriores á descoberta do continente americano: suas immensas capellas assombram, suas enigmaticas imagens perturbam a imaginação do visitante; suas originalissimas torres espantam. E quem seria essa gente que arrancou da Cordilheira dos Andes immensos blócos graniticos de dezenas e dezenas de toneladas e os transportou para a região de Tihuanaco, vencendo a distancia de 40 ou 50 leguas?

Na Europa, os monumentos de Meklenburgo, as descobertas archeologicas feitas em Hallstadt, na Alta-Austria, em Tena, na Suissa, offerecem um vasto campo aberto ás conjecturas dos nossos sabios.

Affirmemos, pois, a existencia de civilizações milenarias, anteriores á nossa, não sómente na Asia, como na America, na Africa e na propria Europa.

As trinta e tantas cidades soterradas pela areia no deserto de Gobbi, descobertas por Prejevalsky e estudadas proficientemente pelo sabio orientalista dr. Stein, com os monumentos incomprehensiveis, são

um extraordinario livro aberto para o estudo das civilizações mortas. E as formidaveis muralhas do rio Khan-Ke, no valle do Kara-Karoum, bacia do Tarin? E as ruinas majestosas de Tchertchen, a 4.000 pés acima do nivel do rio do mesmo nome, ruinas que escondiam tres mil e tantos esqueletos gigantescos de gente afastada dos nossos typos? E com elles, vasos de porcellana, guarnições de ouro, objectos de uso desconhecido, e outras mais coisas que assombraram os investigadores.

Considerando tudo isso, a etnographia moderna póde exclamar com o sabio Poussin:

— «Les races humaines dépassent les cataclysmes au milieu des transformations produites dans la structure terrestre, les suivent en quelque sorte; et à chaque convulsion géologique, succède une convulsion etnique, si nous pouvons nous exprimer ainsi.»

Supponha-se (e a supposição não é absurda) que os quatrocentos e tantos milhões de chinêses, empurrando deante de si as barbaras populações do centro e do noroeste da Asia, se atirassem como formidaveis ruminões sobre os europeos, ora enfraquecidos pelo terramoto social que se chamou expressivamente Conflagração...

Guiados por novos Gensiskans, Tamerlões ou Atilas, que não fariam elles? Si a herva não crescia por onde passava o corcel de Atila era porque o rastro desse corcel significava a ruina, o saque, o morticinio, o incendio, a destruição...

E esse mongol que se disse — *o flagello de Deos* — arrazou setenta cidades da Europa e mais arrazaria se não fôra o seo fim prematuro. Imagine-se um Atila chinês commandando 300 milhões de asiaticos, marchando triumphantemente sobre a extenuada Europa: destruiria, não 70, mas 700 cidades prosperas do velho mundo.

Os cataclysmos sociaes, não sómente os cosmicos, abalam e fulminam civilizações, que são como os sêres vivos: nascem, vivem, e morrem... E civilizações succedem-se a civilizações. O que acontece com as agoas do mar succede com os povos da terra: ha tambem fluxos e refluxos na multidão humana. E' isso o eterno vae-vem das cousas, o infindavel circulo vicioso que se observa em tudo, tanto na vida dos astros, com a lei de Schiaparelli, como na vida da materia, com a de Lavoisier: nada se crêa e nada se perde, seja na superficie da terra, seja na immensidão do Céo.

Mas, quantas civilizações já desappareceram na voragem dos milenios? Novél classificou-as. Jacolliot tentou expô-las.

1) civilização austral, 500 seculos antes de Christo; 2) attlantica, 450; 3) do Gobbi, 350; 4) do Thibet, 250; 5) da China, 150; 6) da India-Vedica, 100; 7) do Egypto, 50; 8) da Babylonia, 10.

E da America? Talvez se distancie dezenas de seculos da civilização christã.

Sergi, um dos mais profundos etnographos modernos, acredita que a civilização européa tenha saído da Africa, de um povo extincto: *os atlantes*. Estes prosperaram numa região outr'ora feraz e rica, hoje o deserto immenso do Sahara. Ernest Bosc, o admiravel e erudito autor do «Dictionnaire d'Orientalisme» e da «Egyptologie», escreve que «autrefois le Sahara était un pays fertile et très peuplé, parce qu'il était arrosé abondamment avec des eaux provenant des lacs du centre de l'Afrique, lacs qui formaient les sources mêmes du Nil». (Doct. Es., vol. I, pag. 272). E' aliás a supposição de Scott Elliot, soberbamente exposta na «The History of the Atlantis».

Os atlantes estendiam-se desde os montes Atlas até o lago Tchad, desde o mar Vermelho até o oceano Atlantico. Houve um formidavel cataclysmo

tellurico e as agoas do mar submergiram grandes cidades atlanticas. Outro movimento cosmico afastou as agoas, deixando, na Africa, o immenso deserto coberto de areia, que vae desde as dunas de Iquidi até ás terras de Dongola. Os atlantes que se achavam nas montanhas do Atlas, ao norte (Mauritania, Numidia) e do Gondar, a leste (Ethiopia), conseguiram salvar-se e espavoridos, baldos de recursos, dos pincaros que a agoa não attingira avistavam, humilhados, a placida superficie aquosa que sepultára a sua soberba civilização. Os sobreviventes do norte emigraram para a Iberia; os de leste desceram das montanhas, povoaram as margens do Nilo e fizeram a civilização egypcia. Essa inundação é perfeitamente entrevista na lenda do diluvio universal, ficção que existe em quasi todas as religiões antigas. A civilização prediluviana dos atlantes offerece um interessante paradoxo: é evidente, apesar de hypothetica... Dessa fecunda civilização já se vislumbra algo no celebre livro de Platão: *A Atlantida.*

Sobre a passagem dos atlantes para a Iberia, commenta o erudito Perestrello, em seo magnifico trabalho — «A antiga Lusitania» (D. G. H., 1850, tomo II, pag. 325):

«Autores ha que pretendem demonstrar por observações geologicas feitas nos dois pontos da Europa e Africa, separados pelo estreito de Gibraltar, pelas producções dos reinos organicos, por tradições concordes de mythologia e historia, que a peninsula Iberica fôra unida á Africa e della a separára o canal que hoje conhecemos pelo nome de Estreito de Gibraltar, occasionado por algum cataclysmo, transbordamento do Oceano ou explosão vulcanica. Accrescentam que os Atlantides Hesperios (povos que habitavam as cercanias do Atlas), entraram a pé enxuto na peninsula iberica; após estes, os Celtas ou Turdetanos desceram pela vertente cantabrica ao longo das margens norte e occidentaes da Iberia

até o Douro, Tejo e Promontorio Sacro, que a este chamaram Iberios; e a outros da mesma familia que se dispersaram pelas cabeceiras do Ebro se deu o nome de celtibericos.»

Nas lendas dos povos antigos ha referencias a um povo de gigantes cuja civilização foi destruida pelas agoas.

Dahi é que os gregos tiraram a legenda mythologica de Deucalião, modelo da ficção christã de Noé.

Veja-se a lenda de Hercules, aproveitada pela mythologia grega: o gigante separa os montes de *Calpe* e *Abyla* e as agoas mediterraneas, que eram fechadas (medi-terraneas, *no meio de terras*) encontram um caminho para o Oceano. Examinando-se a natureza geologica das rochas de Gibraltar (Calpe) e de Tanger (Abyla) verifica-se que ellas não poderiam ser vencidas pela erosão maritima, pois muitissimo mais frageis eram as de Panamá e de Suez e essas não foram destruidas pelos embates do mar, e sim pelo genio do homem. Os mais antigos documentos dos mais antigos povos referem-se ao trabalho de Hercules, representando este nome a extincta civilização atlantica. E durante milenios se chamaram columnas de Hercules ao Calpe e Abyla, entre os quaes fica o estreito de Gibraltar.

A lenda de Hercules roubando os pomos de ouro do jardim das Hesperidas é expressiva. Sabe-se hoje que o fabuloso jardim das Hesperidas, indicado ha trinta seculos, é a peninsula iberica. Ahi está a lenda confirmando a emigração dos atlantes representados por Hercules.

Uma terceira lenda: a de Prometheu. Prometheu é na mythologia o iniciador das civilizações. Symboliza o povo atlantico e não se pense que é uma lenda genuinamente grega, pois é egypcia, tendo sido aproveitada pelos gregos.

E', pelo menos, a suggestão do famoso egyptologo Adolpho Hermann, cuja obra sobre o Egypto antigo é um dos maiores monumentos de reconstrucção historica do seculo passado.

Prometheu tenta roubar o fogo do Céo (a civilização) e Jupiter castiga-o, prendendo-o no pincaro dum rochedo, onde um abutre lhe róe as entranhas, sem cessar. E Hercules livra-o desse supplicio. Hercules representa os atlantes do norte. Quando uma grande perturbação cosmica produziu as inundações (o diluvio), os povos atlantes de leste, imitando os seos irmãos do norte que cortaram o isthmo de Gibraltar, já haviam iniciado trabalho identico para communicar as agoas do mar Vermelho com as do Mediterraneo. Hermann, que esteve em Suez, com uma commissão geologica, muito antes de para lá se dirigir o engenheiro Lesseps, notou que as agoas do mar Vermelho entravam por uma abertura feita em rocha firme, que não poderia ser produzida sinão pelo trabalho humano.

Prometheu, preso ao cimo do rochedo por querer tirar o fogo do Céo, representa o povo atlante de leste isolado no alto dos montes de Gondac, cercado das agoas que submergiram a sua civilização. O atlante oriental tentou cortar o isthmo: é, na lenda, o roubo do fogo sagrado, pois é da alçada divina a disposição das terras e agoas. O atlante oriental, no alto da montanha, soffre o supplicio de ver sua civilização morta: é, na lenda, o supplicio do abutre. O atlante do norte refaz uma civilização na Europa (primeira civilização européa) e transporta-a para o Egypto: é, na lenda, a libertação de Prometheu.

Ah! Si o passado pudesse fallar, quantas revelações!

Quem faria, por exemplo, o «Colosso de Rhodes», a maior maravilha do mundo, destruida por um terramoto? Quem fez essa montanha de bronze,

ante a qual se annulla, humilhada, a estatua da Liberdade, de Nova York?

Provavelmente foram os atlantes, esses mesmos que cortaram o isthmo que ligava, ao norte, a Africa com a Europa. Muita razão tinha Le-Dain, perplexo ante as civilizações antigas: «Nós já fômos maiores do que somos agora!»

Si as ruinas falassem... ellas nos contariam, que as revelações de Sergi, Jacolliot, Poussin, Hermann, Renouf, Brugsh, Naville, Otto, Alberti, e outros sabios, ainda não disseram nem a metade do verdadeiro passado dos povos da terra.

E' que as civilizações são como os homens: nascem, vivem, e morrem. Civilizações succedem-se a civilizações... e detrás de cada selvageria quasi sempre se esconde uma grandiosa civilização-morta.

CAPITULO VIII

Magalhães e a geographia antiga

CAPITULO VIII

Magalhães e a geographia antiga

Na edade media a geographia não passava de um acervo de lendas e verdades, mal delineadas, extraidas dos ensinamentos geographicos de gregos, romanos e arabes.

Os romanos, gente eminentemente pratica, entendiam que a geographia era um conjunto de guias, roteiros e cartas itinerarias, das quaes ainda hoje existe um exemplar, conhecido pelo nome de *Quadro de Peutinger,* especie de mappa-roteiro do Imperio Romano, feito na primeira metade do seculo IV, constituindo uma copia, ligeiramente modificada, de modelo anterior, varios seculos. E por ter pertencido ao fidalgo Peutinger, grande senhor de Augsburgo, deram-lhe o nome citado.

Os gregos, muito propensos aos grandes problemas da intelligencia, eram mais theoricos. Discipulos dos egypcios, professavam um culto apaixonado á geographia, e, seculos antes da éra christã, já acreditavam na esphericidade da terra, ensinada por Hipparcos (125-160 a. C.) Thales de Mileto (640-548 a. C.), Anaximandro (610-547 a. C.), Anaximeno (588-534 a. C.), Herodoto (484-408 a. C.) e Aristoteles (384-322).

Nos seculos medievaes os conhecimentos geographicos da Europa eram profundamente mythicos, constituindo um amalgama de relatos gregos, de indicações romanas, de descripções arabes, encontradas em varias fontes, taes como a *Cosmologia*, de Thales; a *Theoria do Infinito*, de Anaximandro; *O*

Ar, de Anaximeno; *O Oceano,* de Possidonio; *Questões Naturaes,* de Seneca; *Metereologia,* de Aristoteles; *Montanhas e Rios,* de Ctezias; *Historia Natural,* de Plinio; *Geographia,* de Estrabão; *Topographia Christã,* de Cosmos Indicopleuste; *Geographia,* de Zemarco; *Geographia,* de Hipparcos e as *Peregrinações de um curioso* ou *exploração das maravilhas do Mundo,* do arabe Edrisi.

Desses livros tirou a sabedoria geographica dos seculos medievaes o seguinte ensinamento sobre a terra.

— «A terra é plana e divide-se em duas partes: *ecumena* ou parte habitada, e *anecumena* ou parte deshabitada. A primeira subdivide-se em tres regiões: Asia, Lybia e Europa, sendo esta ultima a mais extensa das tres. Limita-se a *ecumena* da seguinte fórma: ao norte, com o circulo polar, além do qual se estendem os gelos eternos; ao sul, com o tropico, marco das regiões do fogo; ao oéste, o mar Occidental ou mar Tenebroso, povoado de duendes; a leste o mar Oriental, mysterioso e insondavel. Os extremos habitaveis são as ilhas da Britannia, ao norte; o Sudão e a terra dos grandes lagos, ao sul: a China, a leste; e as ilhas Fortunadas, ao oeste.

O sol corre por cima da terra e, á tarde, esconde-se detrás de uma grande montanha para obrigar os mortaes ao descanso. Os homens tem varios aspeitos, conforme a região que habitam.

Ha gentes de cabeça de passaro; outras, de pés de porco; outras, de uma só perna; outras, de um só olho na testa; ha viragos, mulheres guerreiras, mulheres metade peixe, metade gente; anões bellicosos e gigantes antropophagos.

O mar Tenebroso tem agoas negras como breu, bravias como a ira divina. Suas ondas furiosas suspendem-se no espaço immenso e obscurecem a luz solar. Quem navegar o mar Tenebroso, perde a no-

ção do tempo. Nelle se encontram ilhas mysteriosas, ante-camaras do inferno. Ao longe, onde as encapelladas ondas se rebentam em turbilhões negros, se levanta a ilha do Castigo, pejada de arvores vermelhas, grande e pavorosa, na qual Judas soffre á pena de sua vil traição, recusado pelo inferno, e Nero cavalga um corcel de fogo, galopando doidamente. Gritos horriveis dahi se levantam em clangores, num ecoar lugubre e agoniado que gela o sangue nas veias dos atrevidos navegantes.»

Os arabes, senhores do caminho da Asia, intelligentemente comprehenderam os proveitos que adviriam para elles da conservação dessa geographia lendaria e ampliaram-n'a com o mytho de *Adamasstor*, assim descripto:

— «De lado do poente, *ex-abrupto*, o mar se convulciona e se abre, surgindo das agoas ensanguentadas o guardião milenar do mundo inatingivel, dizendo apenas, com seu aspeito horrivel, em voz de trovão:

— «*Não se passa aqui.*». E' Adamastor.»

E o geographo Edrisi falava do Atlantico ou *mar Tenebroso*, da seguinte fórma:

— «Ignora-se o que existe além do *Mar Tenebroso;* nada se sabe a seo respeito por causa das difficuldades que oppõem á navegação a espessura das trevas, a altura das vagas, a frequencia das tormentas, a multiplicidade de animaes monstruosos e a violencia dos ventos. Ha, comtudo, neste oceano grande numero de ilhas, ou sejam habitadas ou desertas; mas nenhum navegante se tem aventurado a atravessal-o, nem a cortar o mar alto, limitando-se todos a seguir as costas, sem perder nunca a terra de vista. As vagas deste mar, da altura de montanhas, bem que se agitem e se comprimam, ficam sempre inteiras e insulcaveis sempre.»

Tal era a sabedoria dos geographos notaveis da edade media, antes dos gloriosos descobrimentos da

gente iberica. Coube aos portuguêses a missão grandiosa de ir anniquilando, aos poucos, essas lendas esturdias que faziam da geographia medieva mais um tratado de mythos que uma descripção verdadeira de terras e gentes.

E foi quasi no fim desse portentoso periodo da Historia Universal, annos depois das viagens estrondosas de Colombo e Cabral, que surgiu a figura extraordinaria do arrojado e formidavel Fernando de Magalhães.

Já era facto conhecido e acceito a esphericidade da terra, embora a intolerancia de alguns espiritos sectaristas ainda procurassem contrarial-a.

Virgilio, bispo de Salisbury, no anno de 711, fez um livro procurando demonstrar a esphericidade da terra e a existencia dos antipodas, e de outros continentes, além dos que já eram conhecidos no seculo VIII. Era a repetição de uma conjectura do grego Hipparco.

Tal affirmação contrariava os textos biblicos e a Curia Romana formulou contra elle vehemente accusação de heresia. O famoso Bonifacio, cognominado o apostolo da Germania, foi encarregado de articular o libello. E sómente graças a uma formal retractação, conseguiu o bispo de Salisbury o perdão do papa Zacharias. Seculos depois surgiu uma nova tentativa para o esclarecimento da verdade geographica. O cardeal Nicoláo de Krebs, natural de Cusa, em sua admiravel obra — *Docta ignorantia,* repetiu, no meado do seculo XV, o ensinamento do bispo Virgilio.

Convidado pela curia romana a comparecer em Roma, para se ver processado, não chegou até lá, porque morreu em viagem. E no principio do seculo XVI, o conego Nicoláo Copernico expoz em Tranemburgo, os mesmos principios já ensinados por Krebs e Virgilio de Salisbury. Mas desta feita ia forte a reacção contra o romanismo, e a theoria do prus-

siano de Thorn, conego de Cracovia, conseguiu grande numero de proselytos, tornando-se victoriosa em toda a linha no anno de 1543, com a publicação do de *Orbium Celestium revolucionibus*. Comtudo, já em 1510 se imprimira um folheto com a sua theoria sobre a esphericidade da terra.

Leu-o o navegante português Fernando de Magalhães.

E dahi a sua idéa de contornar o mundo, tentando a primeira viagem de circumnavegação. Soldado destemido, foi um dos capitães das hostes portuguêsas que, sob o commando do grande Albuquerque, conquistaram Malaca em 1510. Depois de ter arriscado sua vida em beneficio do seu país, regressou a Portugal, requerendo a d. Manoel uma gratificação de 6 escudos (96 tostões ou sejam 9$600).

Allegava grandes serviços prestados na conquista de Malaca, dizendo que a India bem valia alguns tostões que el-rei desse aos capitães que a conquistaram. Seo requerimento foi indeferido e não sómente d. Manoel lhe recusou a gratificação pedida, como tambem o afastou da sua graça. Indignado pela ingratidão do monarca, Fernando jurou vingar-se cruamente daquelle que o desprezára. Sabendo que era grande a vontade de d. Manoel para a descoberta de um novo caminho para a India, e acreditando na esphericidade da terra, Magalhães foi á côrte espanhola onde então brilhava um sol politico em fulgurantes irradiações — Carlos V.

Expoz o seo programma de attingir o oriente pelo occidente, contornando o mundo, e discutida a possibilidade pelos cosmographos do rei-imperador, acertou-se a realização do emprehendimento. Deu-lhe Carlos V uma frota de cinco navios com uma guarnição de 250 homens. E com elles, em 1519, Magalhães deixou as agoas espanholas.

Chegando ás proximidades do Rio de Janeiro,

a marinhagem começou a sentir os effeitos desoladores de um calor insupportavel.

O esgotamento vencia a coragem daquella gente. Sobreveio a indisciplina que ameaçava o chefe da expedição com um levante geral. O retorno para a Espanha era insistentemente pedido pelos descontentes e desanimados. Foi então que Magalhães deu provas de sua formidavel coragem. Tendo apenas um terço de marinheiros fieis, não se intimidou, e no meio dos proprios descontentes, prendeu os seos cabecilhas *Mendonza* e *Quexada* e ali mesmo os executou como exemplo.

Deteve-se juncto a um cabo situado a 5º de latitude, onde logo appareceram aborigenes de talhe gigantesco. Eram os focalenses. Baptisando esse cabo com o nome de cabo da Virgem, por ser o dia de Santa Ursula, descobriu um estreito, com a largura de uma legoa mais ou menos, marginado de lado a lado por montanhas escarpadas. Ahi penetrou, navegando cerca de cincoenta legoas, até encontrar um outro estreito, maior que o primeiro, que desembocava nos mares Occidentaes da America. Baptisou-o com o nome de «Jasão Português», e proseguiu sua marcha.

Depois de ter navegado cerca de 500 legoas, desde a sua partida do cabo da Virgem, o capitão encontrou varias ilhas (hoje ilhas Mariannas e Philippinas), habitadas por gente inculta, idolatra. Os espanhóes foram bem recebidos pelo soberano malaio da ilha principal, que, com seo povo, se fingiu convertido ao credo espanhol. Era a terra de Cebu.

Achando a occasião propicia para vencer um inimigo, que era soberano da ilha de «Matan», o principe de Cebu pediu o auxilio dos espanhóes e com elle venceu os soldados de Matan. Comtudo, desconfiado e previdente, tendo observado que os espanhóes procuravam absorver a soberania da ilha, armou-lhes uma cilada, na qual pereceu Magalhães

em 1521. E dos seos navios sómente um poude escapar, regressando á Espanha pelo cabo da Bôa Esperança, sendo o primeiro que fez a volta do mundo.

A nova da descoberta do estreito nos mares do sul da America causou profunda sensação em toda a Europa e immensa magoa na côrte portuguêsa, pois fôra o descobrimento feito por um português naturalizado espanhol, sendo o unico ponto (então conhecido) de communicação entre os oceanos Atlantico e Pacifico (a descoberta do estreito de Le-Maire data de 1616). O estreito foi desde logo sulcado por differentes navios e baptizado com o nome que ainda hoje conserva — « Estreito de Magalhães ».

Faz agora (1921) quatro seculos que a ingratidão de um rei avaro, pela miseria de 6 moedas, afastou da historia portuguêsa a gloria do descobrimento dos mares orientaes através das agoas do occidente. E sobre o primeiro homem que ideou e dirigiu quasi até o fim essa empresa gigantesca — « a circumnavegação » — cáiam as bençãos do seculo XX.

CAPITULO IX

Pedro Malazarte e a Independencia

CAPITULO IX

Pedro Malazarte e a Independencia

O primogenito de d. João VI era um espirito aventureiro. José Bonifacio, em carta de 14 de novembro de 1825, dirigida ao conselheiro Drumond baptisou-o (a elle, principe) — com o apellido de Pedro Malazarte.

Estudemos esse Pedro Malazarte através de sua correspondencia com o pae. Em carta de 4 de outubro de 1821 jurou elle a d. João VI que jamais consentiria a independencia do Brasil, que esta era uma loucura, que os brasileiros a fariam somente depois delle ficar em postas, que isso jurava pela sua honra e pelo seo sangue. E para dar maior valor ao juramento, escreveu na carta, com seo proprio sangue, a palavra JURO.

Eis esse precioso documento, que por si só diz um mundo de cousas:

«Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1821.

Meu Pae, e meu Senhor.

Com bem desgosto pego na penna para communicar a Vossa Magestade do motim e boatos mui fortes que correm de plano pela cidade. A independencia tem-se querido cobrir commigo e com a tropa; com nenhum conseguiu nem conseguirá, porque a minha honra e a della é maior que todo o Brasil; queriam-me e dizem que me querem acclamar Imperador; protesto a Vossa Majestade que nunca serei perjuro, e que nunca lhe serei falso; e que elles farão essa loucura, mas será depois de eu e de todos os portuguezes estarmos feitos em postas,

é o que juro a Vossa Majestade, escrevendo nesta com o meu sangue estas seguintes palavras: *Juro ser sempre fiel á Vossa Majestade, á Nação e á Constituição Portugueza.*

Deus guarde a preciosa vida e saude de Vossa Majestade como todos os portuguezes o hão mister e egualmente Este seu subdito fiel e filho obedientissimo que lhe beija a sua real mão. — PEDRO.»

Conspirava-se por toda a parte. Foi preso um conspirador e dessa prisão foi informado o rei de Portugal, na seguinte carta do principe regente:

«Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1821.

Meu Pai, e meu Senhor.

Hontem, á noite, assistia eu ao espectaculo, quando me vieram avisar que um cabo do regimento de cavallaria fôra preso no paço, e pelo proprio Visconde do Rio Secco, no momento em que lhe ia entregar um officio, tendo por fim decidir este senhor a entrar na conspiração de que vos falei, na minha carta de hontem. Estive hoje no Quartel-General para tomar informações a respeito. Fiel a meu dever, continuarei, Senhor, a informar a V. M. de tudo que occorrer. Deus guarde a preciosa vida e saude de V. M. Como todos os portuguezes o hão mistér e egualmente este seu subdito fiel e filho obedientissimo, que lhe beija a sua real mão. — PEDRO.»

Entretanto, Gonçalves Lédo, á frente da maçonaria e nas columnas de seo jornal o «Reverbero» apostolava a independencia patria. Os revolucionarios, sob a chefia do redactor do «Reverbero», ganhavam terreno, dia a dia.

Um francês (que aqui esteve em 1821) publicou em 1823 um livro sobre o Brasil. Nelle conta o viajante que em 4 de outubro de 1821 quasi explodiu uma formidavel revolução no Brasil, habilmente preparada com ardorosas proclamações, affixadas em toda a parte e com geral applauso do

povo carioca. (Angliviel, *L'Empire du Brésil,* Paris, 1823, pag. 90).

No dia 6 de outubro o principe bragantino, amedrontado com as estuações do patriotismo brasileiro e com a actividade maçonica, sciente de que o povo do Brasil repellia a união com Portugal, dirigiu aos habitantes do Rio de Janeiro a seguinte proclamação que, impressa, foi affixada em toda a parte, tanto nos quarteis como nos theatros, em associações e egrejas, ruas e praças publicas:

PEDRO AOS FLUMINENSES

«Que delirio é o vosso? Quaes são os vossos intentos? Quereis ser perjuros ao Rei e á Constituição? Contais com a minha pessoa para fins que não sejam provenientes e nascidos do juramento que eu, tropa e constitucionaes, prestámos no memoravel dia 26 de Fevereiro? De certo não quereis; estais illudidos, estais enganados, e, em uma palavra, estais perdidos se intentardes uma outra ordem de cousas, se não seguirdes o caminho da honra e da gloria, em que já tendes parte e da qual vos querem desviar cabeças esquentadas (*Gonçalves Lédo, Januario da Cunha Barbosa, Nobrega, José Mariano, José Joaquim da Rocha e outros)* que não tem um verdadeiro amor de El-Rei meu Pae, o Sr. D. João VI, que tão sabia, como prudentemente nos rege, e regerá emquanto Deos lhe conservar tão necessaria, como preciosa vida; que não tem religião e que se cobrem com pelles de cordeiros, sendo entre a sociedade lobos devoradores e esfaimados. Eu nunca serei perjuro nem á religião, nem ao rei, nem á constituição; sabei-o que eu vos declaro em nome da tropa e dos filhos legitimos da Constituição, que vivemos todos unidos; sabei mais que declaramos guerra desapiedada e cruelissima a todos os perturbadores do socego publico. Contai com o que eu

vos digo, porque quem vo-lo diz é fiel á Religião, ao Rei e á Constituição, e que por todas estas tres divinaes cousas, sempre estive e estarei prompto a morrer, ainda que fosse só, quanto mais tendo tropas e verdadeiros constitucionaes que me sustêm por amor que mutuamente repartimos, e por sustentarem juramento tão cordial e voluntariamente dado. Socego, ó Fluminenses! — PRINCIPE REGENTE».

——«:»——

Quanto mais, disse d. Pedro, *tendo eu as tropas que me apoiam!* Era, como se vê, uma verdadeira ameaça com a força armada para suffocar os estos patrioticos dos fluminenses. Mas os conspiradores não se intimidaram.

A conspiração, chefiada por Gonçalves Ledo, continuava, vigorosa, desafiando as iras e as ameaças de d. Pedro. De tudo o que se passava ia o principe regente fornecendo informações ao pae:

«Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1821.

Meu Pae, e meu Senhor.

Tendo dado ordens para que se fizessem todas as diligencias possiveis, afim de descobrir os promotores da conspiração de que falei a V. M., não foi possivel até o presente senão prender alguns dos miseraveis instrumentos que os conspiradores empregam. Entre estes acha-se o cabo que foi preso pelo Visconde, que continua a accusar os officiaes. O seu depoimento funda-se em provas, que se procuram reunir, afim de formular o libello contra estes militares, prendendo-os em seguida, se fôr caso disso. Tudo mais vai melhor, porque ha medo das tropas portuguezas. Bem dizia eu a V. M. que necessitava de tropas n'este paiz. Espero todavia que não seja forçado a extremos que repugnariam a meu coração. Deus guarde a preciosa vida e saude de V. M., como todos os portuguezes o hão mistér, e egualmente este seu subdito fiel e filho obediêntissimo, que lhe beija a sua real mão. — PEDRO.»

O facto a que se refere d. Pedro é o processo instaurado por sua ordem contra muitos officiaes brasileiros que conspiravam pela independencia. Um delles, tenente-general, mandou por um cabo uma mensagem, em nome da tropa, ao visconde do Rio Secco (1), convidando-o a tomar parte no levante. O visconde, miseravel aulico, prendeu o portador da carta, e em seo depoimento disse: — «... *pensando como Sua Excellencia o sr. Conselheiro José Bonifacio que não estamos nós os brasileiros capacitados para nos governarmos a nós mesmos, como querem os carbonarios da maçonaria e das tropas que conspiram.*»

A conspiração, comtudo, ganhava terreno. O chefe de policia, em officio de 14 de dezembro de 1821, informava ao principe que a ordem de prisão dada contra Gonçalves Ledo, seos maçons e os officiaes brasileiros da tropa, provocaria a revolução em toda a parte: — «... é a informação exacta que transmitto, mas permitta que diga sêr impossivel agir sem tropas fieis, pois as que temos estão na maioria filiadas aos conspiradores, sendo conveniente mandar buscar outras no reino, pois o movimento da independencia é por demasia generalizado pela obra maldita dos maçons astuciosos com a chefia de Gonçalves Ledo.»

Em 15 de dezembro de 1821 d. Pedro communicava ao real pae e senhor que os fluminenses desejavam pedir para elle ficar no Brasil e que para fazerem tal pedido só esperavam procurações de Minas e S. Paulo, pois o pedido deveria ser feito ao mesmo tempo pelo Rio, Minas e S. Paulo. Mas, accrescentava o principe, só a força será capaz de me fazer faltar ao meu dever: sou fiel e honrado.

Repare-se como o principe ia mudando: na carta de 4 de outubro jurava que nem a força o faria

(1) Mais tarde Marquez de Jundiahy.

acceitar a imposição dos brasileiros, pois preferia ficar em postas do que traír seo juramento; dois mêses depois ainda jurava fidelidade, mas dizia que só si o obrigassem a ficar no Brasil é que faltaria ao dever de leal subdito português, isto é, só a força seria capaz de o fazer perjuro. Eis a carta:

— « Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1821. Meu Pai, e Senhor.

Hoje soube que por ora não fazem (os revolucionarios fluminenses) representação sem que venham as procurações de Minas e S. Paulo, e outras, e que a representação é deste modo, segundo ouço: — « *Ou vai, e nós nos declaramos independentes; ou fica, então continuaremos a estar unidos e seremos responsaveis pela falta de execução das ordens do congresso; e demais tanto os inglezes-europeus como os americanos-inglezes, nos protegem na nossa independencia no caso de ir Sua Alteza.* » — Torno a protestar ás côrtes e á Vossa Magestade que só a força será capaz de me fazer faltar ao meu dever, o que será o mais sensivel neste mundo. Concluo dizendo: sou fiel e honrado. Deus guarde a preciosa vida e saude de Vossa Magestade como todos os Portuguezes o hão mistér, e egualmente este seu filho obedientissimo, e subdito fiel, que lhe beija a sua Real Mão. — PEDRO. »

Em 25 de dezembro communicava o intendente de policia, que já era quasi impossivel vencer o movimento marcado para meados de 1822, sendo talvez *de mui larga prudencia que o principe aproveitasse com astucia o movimento para dirigir a Maçonaria e torcer-lhe a acção nefasta.*

O principe informou immediatamente ao rei seo pae, conforme se vê nesta carta:

« Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1821. Meu Pai e meu Senhor.

Tudo está do mesmo modo que expuz nas duas cartas anteriores a esta a Vossa Majestade; a diffe-

rença que ha é que dantes a opinião (da independencia) não era geral; hoje é e está mui arraigada. Protesto desde já a Vossa Majestade e ao Congresso que por falta de diligencias minhas não se hão de deixar de cumprir tão soberanas ordens. Deus guarde a preciosa vida, e saude de Vossa Magestade, como todos os Portuguezes o hão mistér, e igualmente este seu Filho obedientissimo, e subdito fiel, que lhe beija a sua Real Mão, — PEDRO.»

D. João VI respondeu a essa carta com uma datada de 23 de abril em que, depois de longas considerações, diz: — «... *e assim, sê habil e prudente, pois aqui nas côrtes conspiram contra ti, querendo os reaccionarios que abdiques em favor de teu irmão Miguel. Tua mãe é muito pelo Miguel e eu que te quero nada posso fazer contra os carbonarios que não te querem.*»

Foi então que d. Pedro architectou o plano de attrahir d. Miguel ao Brasil, fazendo-o casar com sua filha Maria, tirando-o do meio dos seus inimigos (delle, d. Pedro). Sentindo-se ameaçado no Brasil pela conspiração, chefiada por Gonçalves Ledo, e que já era triumphante, pois o principe não se julgava com forças para vence-la, e tambem ameaçado pelas côrtes portuguêsas que o attrahiam a Portugal para obriga-lo a abdicar seos direitos em favor do irmão, lembrou-se dos conselhos paternos e escreveu:

— «Rio de Janeiro, 19 de junho de 1822.

Meu Pai, e meu Senhor.

Tive a honra, e o prazer de receber de Vossa Magestade duas cartas, uma pelo Costa Coito, e outra pelo Chamberlain, em as quaes Vossa Magestade me communicava seu estado de saude fisica, a qual eu estimo mais que ninguem, em que me dizia — *guia-te pelas circumstancias com prudencia e cautella* — esta recommendação é digna de todo o homem, e muito mais de um Pai a um filho, e

de um Rei a um subdito, que o ama e respeita sobremaneira. Eu ainda me lembro, e me lembrarei sempre do que Vossa Magestade me disse antes de partir dois dias, no seu quarto *(Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me has de respeitar do que para algum desses aventureiros)*. Foi chegado o momento da quasi separação, e estribado eu nas eloquentes e singelas palavras expressadas por Vossa Magestade, tenho marchado diante do Brasil, que tanto me tem honrado... Ainda que isto aconteça, *o que espero que não*, conte Vossa Magestade que eu serei Rei mas tambem gosarei da honra de ser de Vossa Magestade subdito, inda que em particular seja, para mostrar a Vossa Magestade a minha consideração, gratidão, e amor filial tributado livremente... Peço a Vossa Magestade deixe vir o mano Miguel para cá, *seja como fôr*, porque elle é aqui muito estimado e os Brasileiros o querem ao pé de mim para me ajudar a servir no Brasil e a seu tempo casar com a minha linda filha Maria. Tenho a honra de protestar novamente a Vossa Magestade os meus sentimentos de amor, respeito, e submissão de filho para um Pai carinhoso e de subdito para um Rei justo. Deus guarde a preciosa vida e saude de Vossa Magestade, como todos os Portuguezes o havemos mister. Sou de Vossa Magestade — Subdito fiel, e Filho obedientissimo que lhe beija a Sua Real Mão. — PEDRO.»

No dia 7 de setembro de 1822, d. Pedro, deixando seu secretario José Bonifacio no Rio, parou junto ao ribeirão do Ipiranga, affligido por uma violenta colica intestinal. Nessa occasião recebeu uma carta de Chamberlain, seo agente, communicando-lhe que sua causa em Portugal estava perdida, que d. João VI estava coagido, que si elle fosse a Portugal seria obrigado a abdicar seos direitos de reinar pelas côrtes. O mesmo correio trouxe-lhe uma intimação das côrtes para que partisse incontinente, uma

carta de José Bonifacio dizendo-lhe saber de fonte limpa que a revolução estava marcada para 1.º de outubro, e uma carta de d. João VI, reprehendendo-o injustamente. Eis a carta do rei de Portugal:

— «Meu filho. Não tendo respondido ás tuas cartas por se terem demorado as ordens das Côrtes: agora receberás os seus decretos, e te recommendo a sua observancia e obediencia ás ordens que recebes, porque assim ganharás a estimação dos portuguezes, que um dia has de governar, e é necessario que lhes dês decididas provas de amor pela Nação.

Quando escreveres, lembra-te que és um principe e que os teus escriptos são vistos por todo o mundo e deves ter cautela não só no que dizes, mas tambem no modo de te expressares. Toda a familia real estamos bons. Resta-me abençoar-te, como Pae que muito te ama. — JOÃO. — Paço de Queluz, em 3 de agosto de 1822.»

Assim, o principe d. Pedro se viu perdido. Si fosse a Portugal, seria obrigado pelas côrtes a abdicar em favor de d. Miguel. Si ficasse teria que enfrentar a revolução do povo e da maioria das tropas, sem esperança de vencer, pois os conspiradores chefiados por Gonçalves Ledo contavam com o triumpho certo. Demais, seo pae, que era o seo unico amigo em Portugal, abandonava-o. Que fazer? Declarar-se contra as côrtes portuguêsas e pôr-se ao lado dos revolucionarios, reservando para si a corôa, conforme o conselho paterno? E foi o que fez elle, muito prosaicamente, pois o grito do Ipiranga, como affirmou um companheiro de viagem do principe, não foi proferido como conta a Historia.

No dia 7 de setembro de 1822, achando-se no Ipiranga, local proximo á cidade de S. Paulo, recebeu noticias das Côrtes. Assim descreve o que houve o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, que se achava ao lado do principe:

«O Principe mandou-me ler alto as cartas trazidas por Paulo Bregaro e Antonio Cordeiro. Eram ellas: uma instrucção das Côrtes, uma carta de D. João, outra da Princeza, outra de José Bonifacio e ainda outra de Chamberlain, agente secreto do Principe. As Côrtes exigiam o regresso immediato do Principe, a prisão e processo de José Bonifacio; a Princeza recommendava prudencia e pedia que o Principe ouvisse os conselhos de seu Ministro; José Bonifacio dizia ao Principe que só havia dous caminhos a seguir: partir para Portugal immediatamente e entregar-se prisioneiro das Côrtes, como estava D. João VI, ou ficar e proclamar a independencia do Brasil, ficando seu Imperador ou Rei; Chamberlain informava que o partido de D. Miguel, em Portugal, estava victorioso e que se fallava abertamente na desherdação de D. Pedro em favor de D. Miguel; D. João aconselhava ao filho obediencia á lei portugueza. D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papeis e amarrotando-os pisou-os, deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, abotoando-se e compondo a fardeta (pois vinha de quebrar o corpo á margem do riacho Ipiranga, agoniado por uma dysenteria com dôres que apanhara em Santos) virou-se para mim e disse:

— E agora, Padre Belchior?!

E eu respondi promptamente:

— Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil será prisioneiro das Côrtes e talvez desherdado por ellas. Não ha outro caminho senão a independencia e a separação.

D. Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro, Carlota e outros, em direcção aos nossos animaes, que se achavam á beira da estrada. De repente estacou, já no meio da estrada, dizendo-me:

— Padre Belchior, elles o querem, terão a sua conta. As Côrtes nos perseguem, chamam-me com desprezo *rapazinho* e *brasileiro*. Pois verão agora quanto vale o *rapazinho*. De hoje em 'diante estão quebradas as nossas relações, nada quero mais do Governo portuguez e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal.»

José Bonifacio, si o principe não se revoltasse, estaria completamente perdido, pois as côrtes portuguêsas haviam decretado sua prisão e processo como traidor e desleal. Elle, que fôra contra a independencia do Brasil, se fez então o mais decidido apologista da ficada do principe e da emancipação politica do Brasil, ou melhor, da separação, pois nossa patria já era reino. De outro lado, a princêsa Leopoldina, mulher de Pedro I, intelligente e perspicaz, verificara que mais valia o sceptro de um grande imperio da America do que a corôa desmantelada dum carunchoso reinado da Peninsula Iberica E ambos, ministro e esposa, escreveram ao principe.

Para nós o 7 de setembro não passa dum acto secundario, como demonstraremos em outro logar.

Quinze dias depois do 7 de setembro, isto é, no dia 22 de setembro de 1822, d. Pedro, rebellado contra as côrtes portuguêsas, ainda se considerava subdito do rei de Portugal, quasi prisioneiro em Lisbôa pelos miguelistas, e se dizia, não rei ou imperador, mas simplesmente *principe regente do Brasil*. Eis sua carta:

— «Rio, 22 de setembro de 1822.

Meu Pae e meu Senhor.

Tive a honra de receber de Vossa Magestade uma carta datada de 3 de agosto, na qual Vossa Magestade me reprehende pelo meu modo de escrever e falar da facção luso-hespanhola (se Vossa

Magestade me permitte, eu e meus irmãos brasileiros lamentamos muito o estado de coacção em que Vossa Magestade jaz sepultado); eu não tenho outro modo de escrever, e como o verso era para ser medido pelos infames deputados europeus e brasileiros do partido dessas despoticas côrtes executivas, legislativas e judiciarias, cumpria ser assim, e como eu agora, mais bem informado, sei que Vossa Magestade está positivamente preso, escrevo esta ultima carta sobre *questões já decididas pelos brasileiros* do mesmo modo por que, com perfeito conhecimento de causa estou capacitado que o estado de coacção, a que Vossa Magestade se acha reduzido, é que o faz obrar bem contrariamente ao seu liberal genio. Deos nos livrasse se outra cousa pensassemos.

Embora se decrete a minha desherdação, embora se commettam todos os attentados que em clubs carbonarios forem fazendo, a causa santa não retrogradará, e eu antes de morrer direi aos meus caros brasileiros: *Vêde o fim de quem se expoz pela patria, imitai-me.* Vossa Magestade manda-me, que digo! mandam as côrtes por vossa majestade que eu faça executar e execute seus decretos; que executar e executal-os era necessario que nós brasileiros livres obedecessemos á facção; respondemos em duas palavras: «Não queremos». Si o povo de Portugal teve direito de se constituir — revolucionariamente — está claro que o povo do Brasil o tem dobrado, porque se vai constituindo, respeitando-me a mim e ás autoridades estabelecidas.

Firme nestes inabalaveis principios, digo (tomando a Deus por testemunha, e ao mundo inteiro), a essa cafila sanguinaria, que eu, como *Principe Regente do Reino do Brasil* e seu defensor perpétuo, hei por bem declarar todos os decretos preteritos dessas facciosas, horrorosas, machiavelicas, desorganizadoras, hediondas e pestiferas côrtes, que ain-

da não mandei executar, e todos os mais que fizerem para o Brasil, nullos irritos, inexequiveis, e como taes com um veto absoluto, que é sustentado pelos brasileiros todos, que, unidos a mim me ajudam a dizer: — «*De Portugal nada, nada; não queremos nada*».

Si esta declaração tão franca irritar mais os animos desses luso-hespanhóes, que mandem tropa aguerrida e ensaiada na guerra civil, que lhe fazemos ver qual é o valor brasileiro. Si por descoco se atreverem a contrariar nossa santa causa, em breve verão o mar coalhado de corsarios, e a miseria, a fome e tudo quanto lhes podermos dar em troco de tantos beneficios, será praticado contra esses coripheus; mas que! quando os desgraçados portuguezes os conhecerem bem, elles lhe darão o justo premio. Jogamos por muito tempo nas trevas; hoje vemos a luz. Si vossa majestade cá estivesse seria respeitado, e então veria que o povo brasileiro, sabendo fazer sua liberdade e independencia, se empenha em respeitar a autoridade real, pois não é um bando de vis carbonarios, e assassinos, como os que tem a vossa majestade no mais ignominioso captiveiro. Triumpha e triumphará a independencia brasilica, ou a morte nos ha de cortar. O Brasil será escravisado, mas os brasileiros não; porque emquanto houver sangue em nossas veias, ha de correr, e primeiramente hão de conhecer melhor o — *Rapazinho* — e até que ponto chega a sua capacidade, apezar de não ter viajado pelas côrtes extrangeiras. Peço a vossa majestade que mande apresentar esta ás côrtes! ás côrtes, que nunca foram geraes e que são hoje em dia só de Lisboa, para que tenham com que se divirtam, e gastem ainda um par de moedas a esse thysico thesouro.

Deus guarde a preciosa vida e saude de vossa majestade, como todos nós brasileiros desejamos.

Sou de Vossa Majestade, com todo o respeito,

filho que muito o ama e *subdito* que muito o venera. — PEDRO.»

Ahi está. Em 22 de setembro de 1822, d. Pedro ainda se considerava mero principe regente e subdito do rei de Portugal. Apenas se rebellára contra o partido luso-hespanhól (que era o de sua mãe, espanhóla e miguelista), e contra as côrtes que elle chamava de «facciosas, horrorosas, machiavelicas, desorganizadoras, hediondas e pestiferas.»

Além disso, confessava que «a revolução fôra feita pelos brasileiros». D. Pedro e José Bonifacio foram opportunitas. A revolução seria victoriosa, e por isso, á ultima hora, adheriram a ella. E tiraram melhor proveito do que Gonçalves Ledo, que a preparou admiravelmente, que era o seu chefe, que por ella arriscou a propria vida. A mesma cousa succedeu com a proclamação da Republica. Benjamin Constant foi o seu principal fautor, e justamente foi o republicano que mais soffreu com a Republica, que tudo lhe negou e que tudo deu aos opportunistas. E' que, no dizer de Michelet, a Historia é madrasta dos que muito fizeram e mãe generosa dos que pouco se esforçaram.

Dizia o ministro:

— «Senhor, as Côrtes ordenaram a minha prisão por minha obediencia a Vossa Alteza. E no seu odio immenso de perseguição attingiram tambem aquelle que se preza em o servir com a lealdade e dedicação do mais fiel amigo e subdito. O momento não comporta mais delongas ou condescendencias. A revolução já está preparada para o dia da sua partida. Si parte, temos a revolução do Brasil contra Portugal e Portugal actualmente não tem recursos para subjugar um levante que he preparado occultamente para não dizer quasi visivelmente. Si fica, tem Vossa Alteza contra si o povo de Portugal, a vingança das Côrtes, que direi?! até a desherdação, que dizem já estar combinada. Ministro fiel que ar-

risquei tudo por minha Patria e pelo meu Principe, servo obedientissimo do Senhor D. João VI, que as Côrtes tem na mais detestavel coacção, eu, como ministro, aconselho a Vossa Alteza que fique e faça do Brasil um reino feliz, separado de Portugal, que é hoje escravo das Côrtes despoticas. Senhor, ninguem mais do que sua Esposa deseja sua felicidade e ella lhe diz em carta que com esta será entregue que Vossa Alteza deve ficar e fazer a felicidade do povo brasileiro que o deseja como seu soberano, sem ligações e obediencias ás despoticas côrtes portuguezas que querem a escravidão do Brasil e a humilhação do seu adorado principe regente. Fique, é o que todos pedem ao Magnanimo Principe que é Vossa Alteza, para orgulho e felicidade do Brasil. E si não ficar correrão rios de sangue, nesta grande e nobre terra, tão querida do seu Real Pae, que já não governa em Portugal pela oppressão das Côrtes; nesta terra que tanto estima a Vossa Alteza e a quem tanto Vossa Alteza estima. — JOSE' BONIFACIO DE ANDRADA.»

A princêsa Leopoldina, aconselhava:

— «Pedro, o Brasil está como um vulcão. Até no Paço ha revolucionarios. Até portuguezes são revolucionarios. Até officiaes das tropas são revolucionarios. As Côrtes Portuguezas ordenam a vossa partida immediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças si partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que tem soffrido nossos paes. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Côrtes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. Chamberlain vos contará tudo o que succede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande paiz. O Brasil vos quer para seu monarcha. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio elle fará

a sua separação. O pomo está maduro. Colhei-o já, sinão apodrece. Ainda he tempo de ouvirdes o conselho de um sabio que conheceu todas as côrtes da Europa, que alem de vosso ministro fiel, he o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho de vosso ministro, si não quizerdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissesteis aqui o que irieis fazer em S. Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e contra a vontade do povo brasileiro os soldados portuguezes que aqui estão nada podem fazer. — LEOPOLDINA.» (1)

Chamberlain informava:

«Senhor. — Tudo está perdido, tudo anarchisado. A Rainha é coberta de injurias; o rei verdadeiramente prisioneiro. As suas cartas são lidas nas Côrtes com desprezo e risotas e quando viram o seu juramento de lealdade, disseram que *o Principe Regente* estava soffrendo do juizo tanto que escrevera um juramento na carta de 4 de outubro do anno preterito ultimo com sangue de gallinha. E todos riram da graçola. Parece que o Sr. D. Miguel conspira para ficar com a herança de Vossa Alteza. Falla-se abertamente na sua desherdação e o povo de Lisboa o injuría por ficar no Brazil. Já está decidido que o farão vir por bem ou por mal, e destituirão o Brazil de Reino para ficar novamente Colonia, como era dantes. E' o que tenho a informar. Beija a Mão de Vossa Alteza Real o servo fidelissimo — CHAMBERLAIN.»

E disso resultou a jornada celebre do 7 de setembro de 1822, que varios escriptores querem seja o passo principal de nossa independencia.

Martim Francisco, ha quasi 100 annos, em carta dirigida a Joaquim José da Rocha escreveu:

---

(1) A redacção desta carta é de Martim Francisco, conforme conjectura do dr. Silveira Brasil e Mello Moraes.

— «..» e o Imperador está na melhor intelligencia com o Pai e ambos trabalham de commum accordo para a união dos dois Estados e escravidão de ambos». (*Bibliotheca Nacional, cartas,* 58)

Nessa mesma carta, observa:

— «Nas nomeações do Rio foi excluido o partido de Lédo, isto é, o maçonico; si elle tem alguma força, talvez possa produzir algumas desordens, que suspendam a sentença definitiva da escravidão do Brasil.»

A conclusão que se tira de tudo quanto expuzemos é que Pedro I não fez a independencia do Brasil. Acceitou-a. Bem o disse a princêsa Leopoldina: com elle ou sem elle a liberdade do Brasil seria feita. O pomo, escreveu ella, estava maduro. Si não fosse colhido naquella occasião, apodreceria. E o apodrecimento do fruto era a revolução republicana, que seria feita por Gonçalves Ledo em 1822 si nos acontecimentos não adejasse o formidavel espirito monarchico de José Bonifacio. A dymnastia brasileira foi obra do grande sabio Andrada. Fez bem? Fez mal? Responda a critica historica de 1922, ao se commemorar o primeiro centenario de nossa separação do velho reino de Affonso Henriques.

CAPITULO X

No tempo de Isabel

CAPITULO X

No tempo de Isabel

Em 1562 um anonymo traduziu em inglês o poema italiano «Romeo e Julieta», escripto por dois poetas mediocres, Luigi Porta e Bandello. Essa traducção inglêsa, lida por Shakespeare, suggeriu-lhe uma adaptação theatral, destinada a um grande successo.

Sabe-se hoje que William Shakespeare foi um admiravel psychologo, um profundo conhecedor da alma humana. Antes de escrever uma peça, lançava os olhos para a sociedade de seo tempo e della retirava os typos desejados. E, através de um estudo genial, apresentava-os ao publico. Assim é que poz no palco Cesar, Coriolano e Marco Antonio sob um temperamento genuinamente inglêses, muito distanciados daquelles que nos foram revelados pela prolixidade de Tito Livio ou pela concisão impressionante de Plutarco. E assim, Cesar, Coriolano e Marco Antonio são méros retratos de inglêses sob a mascara romana.

Os inglêses, asserta Tobias Barreto, em todos os tempos levaram vantagem ás outras nações no gosto e no talento de copiar a vida real com uma fidelidade photographica. Em verdade, os typos de Shakespeare são verdadeiros retratos, exactas esteriotypias da gente do seo tempo. Romeo, Falstaff, Schilock e Hamleto são photographias admiraveis de

dos a uma lei psychologica incontrastavel, continuam a viver na sociedade actual, porque a alma humana, em sua generalidade, tem o quadruplo aspeito de Romeo, Schilock, Falstaff e Hamleto.

O tragico inglês, como todo o genio, não se submetteu ás normas literarias de seo tempo, prenhe de hellenismo. Seos personagens são o producto exacto da tara que herdaram, do meio em que viveram, da culpa que praticaram, isso tudo tão bem imaginado e estudado, que em cada heróe shakespeareano encontramos a força do destino impregnando o caracter e a força do caracter impregnando o destino. Essas duas prensas formidaveis, destino e caracter, que comprimem deste o principio do mundo, e continuarão até o fim, a comprimir a alma humana, delineando a psycho-objectividade da vida, foram o machinismo de que se serviu William Shakespeare na concepção e execução de suas peças, e que quatro seculos depois tambem foi manejado por outro genio saxonico — Heinerich Ibsen.

A personagem shakespeareana é de tão profunda observação, que sómente a philosophia moderna poude comprehende-la em sua essencia e explica-la como suprema verdade, consoante o grande e immortal philosopho Fuerbach: — «A verdade não é nem o materialismo, nem o idealismo, nem a psychologia: a verdade é a anthropologia».

E parece impossivel que essa sciencia nova e assombrosa tivesse sido advinhada e servido de base para um actor inglês escrever tragedias em versos de ouro, calcados sobre um fundo de rutilante verdade scientifica.

Em cada heroe shakespeareano enxergamos um grupo indiviso, constituido por uma locomotiva e um

machinista: a locomotiva é o corpo, o eu objectivo; o machinista é a alma, o eu subjectivo.

A machina sáe de uma estação inicial e deve chegar a uma estação terminal. Do machinista depende o cuidado das manobras, a rapidez da marcha, a suavidade da chegada. Mas, a estabilidade dos trilhos, a limpeza da estrada, o desimpedimento da linha não dependem do machinista. Tampouco depende do machinista a imperfeição da machina que póde inutilisar seos esforços. E para que uma viagem se effectue de principio a fim sem accidentes, será mistér que machinista, machina e estrada sejam bons. Em caso contrario, sobrevirão desastres, ou por impericia do machinista, ou por intransitabilidade da estrada, ou por todas essas coisas reunidas. Tal é a noção da vida que nos fornece um dos mais extraordinarios philosophos contemporaneos: Tolstoi.

Pois, quem estudar Shakespeare se aperceberá de que era essa a sua concepção sobre a vida humana.

O homem nasce com qualidades physicas e psychicas herdadas; cresce, vive e luta sob a coacção da sua alma, de sua natureza. Entretanto, considera-se e sente-se livre, e, em tal persuasão, age; mas suas acções não passam de actos reflexos, corollarios naturaes, dependentes do corpo e do meio em que esse corpo vive. E, na verdade, a paixão é o corollario logico e infallivel das condições da alma, do corpo e do meio.

Haverá, por exemplo, penna que possa retractar, com tamanha perfeição, um caracter humano como o de Ricardo III, bosquejado, traçado, colorido em um simples monologo? Esse monarca commette um crime sem que siquer uma unica circumstancia secundaria lhe obscureça a acção criminosa. Reune to-

dos os factos em uma reconstrucção terrifica, julga-os em conjuncto, depois, um por um, caracteriza-os e inquire sua origem. Reune em si, ao mesmo tempo, quatro entidades distinctissimas: accusador, accusado, defensor e juiz. E, accusando, relatando, defendendo e julgando um crime hediondo, elle representa a eterna ansiedade humana, acorrentada ao rochedo de Prometheo.

. . . . . .

Agora que vimos como Shakespeare apresentava ao publico seos personagens, estudemos a sua Julieta, que teve existencia real, que foi uma princeza da Inglaterra.

Julga-se geralmente, diz Haliwell («Life of Shakespeare»), que o grande poeta aproveitou todas as peripecias do poema italiano de Luigi Porta e Bandello, apresentando ao publico, em versos alambicados, um enredo de amor inverosimil, uma pieguice qualquer, propicia ao sentimentalismo dos meridionaes. Entretanto, accrescenta, quão erroneo é esse juizo superficial. Aquelle suave romantismo, cantado em versos sentimentaes por Julieta e Romeo, é, apenas, uma traducção fiel de devaneios de amor, tão naturaes na época quinhentista, em que brilhou Shakespeare.

E esse enredo, para muitos inverosimil, nada mais é do que, «mutatis mutandis», um episodio commoventissimo, desenrolado, não em Verona, como conta o poeta, mas na propria cidade de Londres, na mesma occasião em que a tragedia era posta em scena. Apenas havia um simile entre o enredo do poema italiano e o da tragedia londrina. Foi por isso que, representada a primeira vez, tendo causado um successo assombroso, e verificada a semelhança moral entre Julieta e lady Arabella Stuart, a mais lin-

da jovem das damas de honra da rainha Elisabeth de Inglaterra, teve a peça «Romeo e Julieta» de ser interdictada por algum tempo, emquanto o censor real procedia a uma leitura demorada e a uma analyse minuciosissima, terminando por entrega-la ao poeta com ordem formal de modificar o desfecho da tragedia. De facto, diz um critico inglês, Shakespeare terminava o «Romeo e Julieta» pelo banimento do namorado e suicidio da namorada. O 2.º filho de lord Nothurmberland, perdido de amores por lady Arabella, matara em duello o rival, neto do famoso conde de Lenox e foi, por isso, banido da Inglaterra. E assim, obrigado pelo censor real, para que se afastasse a allusão ao duque de Nothurbeland, o poeta fez morrerem ambos os amantes, socegando a susceptibiliddade da celeberrima rainha celibataria, que falleceu aos 80 annos, tendo vivido dissoluta e criminosamente, e sendo sepultada em um tumulo real, adredemente preparado, em que se lia o seguinte epitaphio: «Aqui jaz a mais pura das mortaes».

A Julieta de Shakespeare é pois, o estudo perfeito de uma hystero-amorosa do tempo de Elisabeth. Quando em 1599, foi representada a tragedia «Romeo e Julieta», brilhava na côrte de Inglaterra uma jovem de belleza fascinante. Era lady Arabella Stuart de Lenox. Descendia pelo lado materno, de sangue real, e pelo lado paterno da mais nobre familia inglêsa. — Recebera finissima educação litteraria, coisa mui rara naquelles tempos. Contava, em 1599, 24 annos, e até então sua vida tinha sido um verdadeiro romance.

Mal completava 16 annos quando foi promettida em casamento ao primo Esne Stuart. Lady Arabella accedeu ao desejo da familia. Entretanto, o duque de Saboia, então em Londres, viu-a e della se enamorou [illegible]. Desejando-a como espôsa, conseguiu

que a rainha Elisabeth retardasse o casamento de sua dama de honor. Foi ahi que entrou em scena o Romeo da tragedia, encarnado no ultra-romantico John de Northumberland, 2.º filho do duque do mesmo nome. E' conhecida por todos que conhecem a historia inglêsa a inimizade, havia seculos, existente entre as duas casas; Lenox (de lady Arabella) e Northumberland (de sir John). O jovem namorado, sem convite, compareceu mascarado, a um baile de fantasia que se realizava no velho palacio dos condes de Lenox. Cortejou lady Arabella, dando-se a conhecer, e a linda Stuart, impellida pelo temperamento hereditario de hystero-amorosa, que tantos soffrimentos e tantas tragedias já produzira na familia Stuart, deixou enlevar-se pelo arrojo de seo galanteador. Esquecendo velhos odios de familia, num instante se tornou apaixonada de um Northumberland, com quem, pouco tempo depois, se casou, secretamente, em uma egreja catholica, das muitas que então existiam clandestinamente, na capital inglêsa, fugindo, assim, ao odio de intransigente e doentio puritanismo, que obsecava a alma esteril da rainha Elisabeth.

Descobertos os amores de sir John e de lady Arabella, o orgulhoso e valente Northumberland foi insultado pelo promettido esposo e primo de sua mulher clandestina, e, ao insulto, respondeu com uma fatal estocada. A rainha indignou-se com essa historia amorosa de sua dama de honra e mandou prender sir John, encerrando-o na Torrre de Londres. O caso Northumberland-Lenox foi entregue á justiça publica. E viu-se de um lado a familia Stuart pedindo vingança e de outro os duques Northumberland implorando a clemencia da soberana. Sir John foi condemnado á prisão perpetua; mas a soberana commutou a pena em degredo, com ameaça de morte se o

mancebo retornasse á Gran Bretanha. No meio de um punhado de fidalgos catholicos, numa velha nave o Romeo da tragedia londrina partiu para a colonia inglêsa da America, hoje Estados Unidos, que então se constituira o refugio dos protestantes da França e dos catholicos da Inglaterra, submettidos a uma cruel perseguição por parte de seus respectivos soberanos.

Desesperada com o desfecho tragico de seos funestos amores, lady Arabella tentou matar-se dentro do proprio palacio real e, ou porque fraquejasse o punho da louca de amor, ou porque Deos a destinasse a soffrimentos maiores, o caso é que a morte respeitou a belleza, a mocidade e o coração saturado de amor da infeliz Arabella. Aqui pára a primeira phase da vida dessa jovem.

Essa historia impressionou vivamente o espirito da fria Londres. Shakespeare, arguto retratista da alma social, aproveitou a opportunidade para pôr no palco o poema de Porta e Bandello, estudando, porém, os dois personagens inglêses, pois o simile era quasi perfeito, despertando, dessarte, a attenção do publico, sem ferir as susceptibilidades nobres dos Lenox e Northumberlands.

O grande tragico, que conviveu pessoalmente com os protagonistas da tragedia, revelou qualidades assombrosas de observador, e conheceu tão bem o temperamento hystero-amoroso da lady apaixonada que a vida desta, na segunda e ultima phase, confirmou, plenamente, o julgamento shakespereano. De facto, lady Arabella não soube conservar-se fiel á lembrança de seo bem-amado, como muitas Julietas modernas, no dizer jocoso de Tobias Barreto, ainda o fazem hoje: «ou elle ou... um outro». O sangue derramado com a incerteira punhalada pareceu

ter-lhe dado mais fogo ao coração. Desterrado sir John, cicatrizada a ferida do peito, a ardente lady Arabella não conseguiu suffocar seo temperamento. Como castigo, imposto pela sua rainha e pela sua familia, punindo-a de sua leviandade, ella foi condemnada ao celibato, e encerrada no palacio de Lenox, sempre vigiada por uma terrivel aia, que nada lhe perdoava. Pois, mesmo assim, das suas janellas e dos seos jardins, conseguiu vêr, enamorar-se e seduzir um nobre vizinho, sir William Seymour, duque de Semmerset, amigo devotadissimo dos Lenox-Stuart. A peso de ouro a aia-vigilante se humanizou e se tornou protectora dos amores de Arabella.

Não podendo casar-se publicamente, ella, de novo, deu ensanchas ao seu temperamento romantico: fez um casamento secreto com Seymour. Mas, tudo se descobre, e o casamento foi descoberto. As iras reaes caíram sobre os dois namorados; elle foi preso e condemnado á prisão perpetua, na Torre de Londres, e ella encerrada, para toda a vida, no negro, lugubre e celebre castello de Durham. Os amigos de Seymour, entretanto, projectaram a fuga de ambos, e, combinando-a para um mesmo dia, 3 de Junho de 1610, deram-lhes, á custa de muito ouro, muita dedicação e muito arrojo, a sonhada liberdade. Seymour atravessou a Mancha e foi para a Flandres; mas, lady Arabella, quando seguia para o mesmo destino, foi presa. Encerrada numa horrivel cellula da Torre de Londres, ahi enlouqueceu de desespero, e, diz o chronista desse tempo, que escreveu as suas aventuras, — «morreu duma loucura do coração»!

Essa romantica e amorosa inglêsa deixou admiraveis cartas sentimentaes, que enriquecem e bri-

lham na litteratura inglêsa, revelando uma intelligencia aguda, um espirito culto, e um coração torturadissimo pelas chammas do amor.

Pois, foi essa a mulher que Shakespeare estudou e que falleceu um anno antes delle (1615).

Esse temperamento hystero-amoroso muito commum em todas as mulheres da familia Stuart, e que se revelou com intensidade na tragica rainha Maria, foi tão bem estudado, que só por si seria o sufficiente para immortalizar o poeta. O retrato da lady é tão fiel, tão vivo, tão exacto, tão perfeito, que nelle a psychiatria moderna enxerga um caso typico de tára mental, a anthropologia um especimen de atavismo interessante, a psychologia um exemplar admiravel de anormalidade psychica, a sociographia uma victima revoltada da insania social, a medicina uma doente incuravel pela fatalidade do nascimento, a religião uma criatura que paga a culpa ancestral. E a massa popular, ignorante, fria e cruel, que vê nessa extraordinaria personagem de Shakespeare? Apenas, uma louca de amor... inverosimil.

E ahi está a tragedia real que impressionou Shakespeare, constituindo uma sombra nas paginas da historia inglêsa.

Ha tempo, um philosopho alemão fez um estudo minucioso e serio sobre o «Romeo e Julieta». Esse notavel e paciente philosopho, Eduard von Harttmann, não se conformou, absolutamente, com o ponto de vista geral dos criticos de Shakespeare que veêm, na concepção do poeta, o objectivo de estudar o ideal, e a força do amor, pois, diz elle tal juizo é falso e erroneo por serem oppostos, completamente oppostos, os ideaes amorosos dos latinos e dos germanicos.

Entretanto, esse conceito emittido por uma das

grandes cerebrações do mundo alemão, é indiscutivelmente peccavel, porque, si, na verdade, houver um modo differente de amar-se nos latinos, e outro nos germanicos, haverá tambem certa modalidade de amor, que é uniforme, ou se manifesta com os mesmos phenomenos morbidos, em todos os povos da terra, desde o mais civilizado até o mais barbaro: é o amor-paixão, o amor-doença, o amor-nevrose, o amor-loucura, ou outro nome qualquer que se lhe queira dar. Esse, é o amor que se approxima do sêr humano sem lhe pedir permissão, que o anniquila traiçoeiramente, como a cholera ou como a febre, no dizer de Ivan Turgenieff. E' o amor que apanha o homem de surpresa e lhe subjuga a personalidade psychica, envenenando-a, como a septicemia envenena o sangue, no exacto expressar de Flaubert. E' o amor que monopoliza todas as emoções e as enfeixa e as reune e as synthetisa em um unico desejo, em um unico anhelo, em um sonho unico, no conceito verdadeiro de um grande medico e psychologo, o prof. Lange.

Dizer-se, como pensa Harttmann, que Shakespeare quiz apenas estudar o amor doentio da raça latina, é chegar-se a um absurdo, qual seja a inviolabilidade deste ou daquelle povo ás molestias da alma. A entidade psychica, seja na raça que fôr, está sujeita a perturbações varias, caracterizadas geralmente por emoções violentas, explosões moraes, acções impulsivas e invenciveis.

Harttmann devia conhecer o episodio historico que inspirou Shakespeare na tragedia celebre. Mas, porque soubesse que a familia Stuart, apesar de inglêsa, não era de sangue saxonico e sim de origem seltica, elle, nas concentrações pesadas de seo pesado cerebro alemão não comprehendeu que alguem, de

sangue germanico, pudesse, siquer, pensar em morrer por um sentimento tão despresivel como seja o amor.

Entretanto, si quizesse perscrutar a alma de seo povo, a historia de sua terra, a literatura de sua gente, encontraria grandes exemplos de dramas pungentes de amor. A alma aleman se reflecte amorosa nos vaporosos Niebelungen; a historia aleman é um encadeamento de dramas de amor em que surgem os Fredericos, os Lutheros, os Steins, as rainhas Luisas, os principes Rodolfos; a litteratura aleman é cheia de suicidios por amor como os de Werther, Arloing, Goldfren... Não ha, pois, razão alguma, que justifique o conceito de Harttmann, attribuindo um amor aos latinos, feito do caldeamento de soffrimentos e de loucuras, e um outro aos germanicos, feito da gelidez do raciocinio e da razão.

O amor não conhece raças, não conhece povos, não conhece individuos, não conhece corações, quando ataca e fére. Abrasa moços e velhos, fortes e fracos, validos e decrepitos... E' impetuoso, implacavel, irresistivel em seos ataques.

Si, em geral, assim é, em particular, na modalidade amor-doença, é muito mais terrivel, com suas manifestações explosivas e fataes. E foi isso que Shakespeare nos quiz ensinar em seo magnifico «Romeo e Julieta»

O tempo em que viveu lady Arabella foi de pleno idealismo. Era natural que produzisse as Arabellas na Inglaterra, as Joannas D'Arc em França; as Nilsas na Alemanha; as Sonias na Russia; as Lucrecias Borgias em Roma; as duquesas de Medina e as Theresas de Jesus na Espanha; as Ignêses de Castro e Maria de Vasconcellos em Portugal. Foram todas Julietas, aloucadas de amor; umas de

amor platonico, outras de amor da patria, outras de amor mystico, outras de amor criminoso, outras... e que havemos de dizer? O amor produziu, produz e produzirá sempre, emquanto houver Evas no mundo, as maiores tragedias, as maiores loucuras, os maiores heroismos, os maiores crimes, e tambem as maiores abnegações...

CAPITULO XI

A fabula dos aryas

CAPITULO XI

A fabula dos aryas

«Nous constatons tant de commencements qui sont des recommencements, tant de vieilles choses neuves d'aspect, tant de ruines récentes et vénérables, que, de toute évidence, les problemes mal éclairés, qui sont les plus nombreux, ne peuvent être abandonnés á l'induction».

(LOUIS POUSSIN)

Sergi, quiçá o mais fecundo ethnologo da actualidade, localiza os germens da civilização européa na Africa e não na Asia, como ensina Cesar Cantu. E diz:

— «*E quindi, infine, non esitiamo de affermare que i primi germi della civiltá siano portati dall'Africa, sulla della stirpe, che per noi é una specie umana ben distincta e con caratteri ben definiti — l'eurafricana*».

E como ficará então a engenhosa theoria, aryana criada pela critica historica do seculo passado? Admittir-se, com Sergi e outros, os germens da civilização européa na Africa é destruir-se um seculo inteiro de brilhantes investigações, é, na expressão suggestiva de Maspero, fazer-se dos ensinamentos historicos de grandes mestres de outróra um bellislissimo castello de cartas, cuidadosamente architectado, e depois, num segundo, derriba-lo com um

pequenino sopro... As famosas migrações arianas, contadas pelos sabios Retzius, Pruner-Bey, Le-Palay, Ed. Demolins, Léon Poinsard, Robert Pinot, Préville, Paul Bureau, Ronsiérs, Tourville, não passam de uma fabula tambem acceita por Cesar Cantu e outros mestres eminentissimos, como Sayce (*Principios de Philosophia Comparada*, appendice, 2.ª edição, 1893), Huxley (*A questão ariana e o homem prehistorico*, 1891), Rodolf von Ihering (*Les indo-européens avant l'Histoire*, Paris, 1895), Arbois de Jubainville (*Les premiers habitants de l'Europe*).

Mas é tal o destino da sciencia: *construir e destruir*. Pois Guilherme Harvey, com um pamphleto de 15 paginas, publicado em 1619, provando a dupla circulação do sangue e as communiccações veno-arteriaes, negadas pela Medicina, não derrocou vinte seculos de sabedoria medica?

Pois Nicoláo Copernico, com uma simples prelecção numa celebre universidade alemã, não destruiu a sciencia astronomica de dezenas de seculos, demonstrando o duplo movimento dos planetas sobre si mesmos e em volta do Sol? E Jorge Stahl com sua *theoria do phlogistico* e Lavoisier com sua *lei da materia* não revolucionaram a chimica?

Assim, as licções de Sergi não devem causar assombro. A fallibilidade da sciencia é uma verdade.

Sergi contesta a theoria ariana e localiza o germen da civilização na Africa e não na Asia. Esse homem, encerrado numa das melhores bibliothecas ethnographicas do mundo, depois de ter passado dezenas de annos medindo craneos e decifrando ruinas, ora tenta a solução do eterno problema: *donde vimos, o que somos e para onde vamos*. Assim fez Luiz Büchner, improficuamente. Si Sergi, como Büchner, não conseguiu resolver a eterna incognita, ao menos, com as dezenas de seos volumes publicados, destruiu totalmente a famosa historia das migrações arianas como origem da civilização européa.

As civilizações chinêsa, indiana, egypcia, babylonica, iberica, greco-romana e americana já se acham esclarecidas por centenas de obras. Os egypcios do norte criaram a civilização babylonica e expandiram-se, no periodo aureo de sua historia, até o rio Indus, conforme se deprehende dos ensinamentos de Sergi, Jacolliot, Poussin, Hermann, Renouf, Brugsch, Navolle, Otto, Alberti e outros. A decantada civilização do Iran (*Aryana ou Arya*) é de origem africana. No tempo em que a civilização da India se extinguia, os povos do occidente do *Indus* atravessaram o rio e conquistaram o occidente e o norte da India, determinando assim a divisão do país em duas partes, com profundos caracteres differenciaes, taes como ainda hoje existem. Depois, precipitaram-se numa grande migração (não em tres como affirmam os historiadores) e atravessaram o Caucaso. Os iranianos, impropriamente chamados aryas ou aryanos, eram descendentes dos egypcios do Alto Egypto e sua civilização o reflexo da civilização egypcia. Foram elles que invadiram a Europa ha 9.000 annos, carregando comsigo indianos já modificados pela conquista e pela mistura de sangue, e encontrando na Europa gente civilizada. Como se pretender, então, que o europeo é um descendente do legitimo asiatico? Pois o proprio povo aryano não é de origem africana?

A verdade é que não foram os fabulosos aryas ou aryanos os fautores da gente e da civilização da Europa. Houve, na Europa como na America, uma selvageria, mas é preciso convir, com o sabio Poussin, que muitas selvagerias têm detrás de si um longo passado que póde occultar uma civilização extincta. A hypothese aryana, que relata a migração, da Asia para as florestas germanicas, dos aryas, gente nobilissima, formosa, com uma lingoa rica, e que das selvas germanicas se espalharam pela Europa toda, criando os actuaes povos europeos, não póde

ser acceita agora nas licções de Historia, porque o sabio Sergi, com a publicação de seos livros, fructos sazonados de um estudo ethnographico de 40 annos, lhe deu o golpe de misericordia.

A *gente aryana*, como chamavam os gregos ao povo do Iran, era grosseira, cruel, amante da guerra e da destruição e sua lingoa era de radicaes hamiticos.

A origem do nome *Aryas* ou *Aryanos* diz tudo, pois é o vocabulo grego *Arys*, significando o deos da violencia e da destruição. E por serem crueis os habitantes da região iranica, os gregos chamavam-lhes *Aryas*, (de Arys) e sua terra: *Aryania*.

Hoje, a critica historica restringiu a significação do termo *Arya*, outróra empregado como synonymo de indo-europêo. Alguns ethnologos querem que signifique apenas o ramo oriental da chamada familia indo-européa, isto é, os indianos e iranianos. Mas, tanto sob o ponto de vista da religião, como da lingoa, os indianoss e iranianos constituem um grupo separado do europeo, embora com esse apresentem pontos communs. E' que os pontos dissemelhantes são mais profundos e mais nitidos. O que é rejeitavel, *in-limine*, é a denominação dada aos povos da Europa de povos *aryanos* ou *indo-europêos*.

Por que aryanos ou indo-europêos?

A designação é inexpressiva. Não se trata, como querem alguns philosophos, de uma simples corruptela (*Iran-airyanam*). O Iran era uma vastissima região ao oeste do Indus, mencionada nos textos biblicos. A geographia antiga dá-nos informação do *país aryano* com os seguintes limites: a Media ao oeste; o rio Indus, a leste; a Hycarnia e Bactriana, ao norte; os mares Persico e Arabico, ao sul. Comprehendendo o occidente do Afagnistan e o oriente da provincia de Khorosan, estava a *Arys*, commummente confundida com a *Aryania*. Os gregos deram

taes nomes a essas regiões porque seos habitantes eram máos, barbaros e traidores, qualidades essas inherentes ao deos *Arys* da mythologia grega. E' a explicação de um geographo da antiguidade.

Houve, em verdade, uma grande migração de asiaticos no oriente europêo, porém num tempo em que na Europa já havia povos civilizados. Dahi á affirmativa de que os aryanos foram os fautores da civilização européa ha uma grande distancia.

Em uma época remotissima, que se perde nos sombrios e indecisos recantos da pre-historia, foi a Europa invadida pelo *homo-afer*, sahido do Atlas. Esse, dominando o continente, criou uma civilização soberba, que ainda existia 6.000 annos antes de Christo, conforme um relato de Herodoto, confirmado hodiernamente pela archeologia e ethnographia. Depois chegou á Europa o *homo-asicus*.

A analyse geo-historica, com seos perfeitos methodos de pesquisa, delineados nas obras magistraes de Rosebery, destróe a lenda dos aryas, criada artificiosamente. No seculo XX, um estudante de historia ou de ethnographia, não deve repetir o erro que se acha nos compendios usuaes, qual o das tres phantasticas migrações dos aryas, pseudo-criadores da actual civilização européa.

A Europa, ha milhares de annos, já viu uma grande civilização, extincta pela força irreductivel do tempo, pela convulsão de grandes cataclysmos sociaes. A semelhança existente entre os radicaes das lingoas falladas, desde o Turkestão até o cabo Finisterra, não pode traduzir migrações de aryas, mas apenas revela as relações de uma origem commum, qual seja a africana.

Mas, não é sómente Sergi que combate a hypothese aryana. O professor Alberti, de Roma, insubordina-se contra essa fabula, que durante muitos annos dominou soberanamente a consciencia da Historia:

— «*Premesse queste cose, il famoso problema Ario, che per um secolo quasi non solo agitó la mente di tutti gli etnologi e filologi, ma che, dato per risolto con redute eminentemente nazionaliste, aveva inebbriato di orgoglio i tedeschi, permettendo loro di parlare de una grande stirpe Indo-Germanica che avrebbe portato la civiltá a tutta l'Europa, il famoso problema Ario, adunque, é oggi profondamente modificato nel modo con cui deve venir porto e con cui puó essere veramente risolto.*

Le cose (e il Sergi lo ha dimonstrato con una poderosa opera di indagine e di riconstruzione) andarono molto diversamente. Vi fu dunque in Asia un grande focolare di vera e originale civiltá aria, che si svoise da remotissime tempi fra gli Indiani e gli Irani, ma questi popoli erano di stirpe decisivamente propaginata dal ceppo dell'homo afer: la loro origine era adunque perfetamente analoga a quella della varietá mediterranea. Indiani ed Irani non mandarono mai direttamente orde o colonie proprie in Europa». (*Popolos*, pag. 198).

Deniker, em sua obra *Races de la Terre*, pag. 379 diz que — «*la question aryenne n'a plus aujourd'hui l'importance qu'on lui prêtait jadis*».

Nega que houvesse influencia aryana na constituição do typo physico e na civilização do europêo.

Um outro anthropologista notavel, Paul Topinard, ensinava, em 1900, na pag. 229 de *L'Anthropologie et la Science Sociale* que «*il n'y a pas de race aryenne*».

Numa celebre conferencia, realizada em 8 de novembro de 1902 na Escola de Anthropologia de Paris, o illustre ethnographo Zaborosky proclamou que «*on peut affirmer que les races blanches n'ont eu ses origines en l'Asie Centrale*». Depois de admiraveis considerações terminou dizendo que «*la théorie aryenne est plus litteraire que scientifique*».

Os maiores responsaveis pela disseminação da theoria aryana foram Quatrefages e Letourneau, este na supposição de que os aryanos affluiram á Europa para se misturar aos primitivos habitantes. Mas os primitivos europeos não eram selvagens e exerciam influencia nos adventicios que, no ensinamento do sabio Louis Poussin, «*ont problablement subi l'influence des autochtones* (da Europa), *qui n'étaient pas tous des sauvages*».

Assim, pois, digamos com o grande Sergi que a gente e a civilização européas saíram da Africa e não da Asia, e que a affirmação de Cesar Cantu e outros historiadores, ensinando que os aryas foram os fautores dessa gente e dessa civilização, é falha, improvavel, inveridica.

Os defensores da theoria aryana dizem que os aryas eram um povo formoso, pacifico, civilizado, possuindo uma lingoa propria. A gente aryana, diziam os escriptores gregos da antiguidade, era barbara, grosseira, cruel, amante da guerra e da destruição, fallando lingoa hamitica, e, portanto, não lhe sendo propria.

Onde está então a sua nobreza?

Si sua lingoa tem radicaes hamiticos, onde está a sua lingoa riquissima, independente?

Si era um povo civilizado, como se foi localizar em selvas e florestas virgens da Germania, formando tribus guerreiras, aliás crudelissimas, emquanto na Grecia, na Italia e na Iberia os povos gosavam, em cidades, os confortos da civilização?

A palavra germano é de origem seltica e significa *vizinho*, donde Germania quer dizer povos ou nação da fronteira (ou da vizinhança).

Além disso, é preciso dizer-se que os germanicos, denominados *barbaros do occidente* pelos civilizados europêos de ha 2.000 annos, em suas invasões ou migrações, não absorviam os povos vencidos, pelo contrario, foram por elles absorvidos.

Dominaram Portugal, Espanha, França, Italia, Belgica, Ilhas Britannicas, etc.

Entretanto, os povos desses países e suas respectivas lingoas não têm estructura germanica, e sim seltica. Não diremos latina, porque não existe raça latina, conforme já demonstrámos em outro estudo.

O fallar da Escossia, do País de Galles, da Irlanda é francamente seltico; o da Grã-Bretanha é o antigo bretão transformado, e o bretão, di-lo notavel philologo, não é lingoa da Germania.

A verdade é que os primeiros germens da civilização européa provêm da Africa (e não da Asia), transportados para a Europa por uma especie humana perfeitamente distincta, com caracteres bem definidos.

INDICE

Dedicatoria 1

Mentiras historicas 5

O julgamento de Calabar 13

O patriarcha Bonifacio 47

A independencia e a separação 65

A gloria dum fluminense 79

Deodoro e a questão militar 87

Civilizações mortas 99

Magalhães e a geographia antiga 109

Pedro Malazarte e a Independencia 119

No tempo de Isabel 139

A fabula dos aryas 153

163

EDITORA
A GRANDE LIVRARIA
LEITE RIBEIRO
Séde e officinas typographicas:
Ruas Béthencourt da Silva, 15, 17 e 19
(Antiga Santo Antonio)
e 13 de Maio 74 e 76
RIO DE JANEIRO

Digitalização e edição
L Vallejo
2019

https://cloneclock.blogspot.com/